

militia

ANO V

N.º 28

MAIO/JUNHO

— 1952

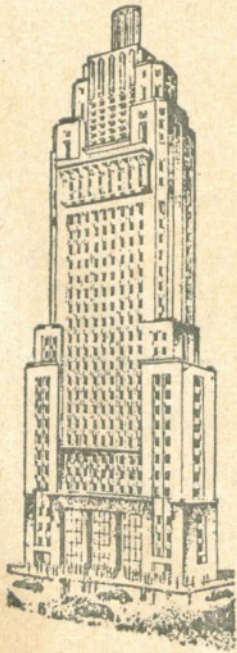
Imo. Sr.
1387/19-24
Ten. Cel. RUBENS TEIXEIRA PRANCO
S. T. N. da F. Publica
CAPITAL - S. Paulo



SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| NOSSA CAPA — Um soldado da Fôrça Pública em 1.913 | 106 |
| EDITORIAL — Em cada esquina um soldado | 5 |
| DIVERSOS | |
| A Colônia Militar de Itapura — Olímpio R. Coelho | 6 |
| Coisas da Fôrça Pública — cel. Anchieta Torres | 12 |
| A Sentença de Cristo — "Recantos de Minha Terra" de Eduardo S. Maia | 18 |
| Uniformização das Polícias Militares — ten. cel. Alves Mata | 20 |
| O Recurso de Embargos na Justiça Militar — Tibério Cancelli | 22 |
| A Federalização das PP. MM. — ten. cel. José H. Trigueirinho | 30 |
| Causas que influíram na derrota da Alemanha — Marechal Keitel .. | 32 |
| A Morte — 1.º sgt. Raymundo da Costa Cirne | 34 |
| O Cajueiro de Humberto de Campos — sgt. Azarias de Oliveira | 36 |
| Um metro de Livros — ten. Mário Wanderley Pimentel | 38 |
| Eterno Conflito — cap. Félix Morgado | 42 |
| Morte ao cinema do Brasil — Ortiz Monteiro | 45 |
| NOTICIÁRIO | |
| O dia de Tiradentes | 48 |
| A Polícia nos Bairros | 56 |
| C.F.A. — Reabertura de Cursos | 58 |
| São Carlos já tem Corpo de Bombeiros | 64 |
| Milicianos cearenses em visita a "Militia" | 65 |
| Augusto Severo — Mário Severo Maranhão | 66 |
| Reminiscências e Saudade | 71 |
| Curso de bombeiros auxiliares | 72 |
| Nova diretoria do XV de Dezembro | 73 |
| Quartel para a 2.ª Cla. Independente | 74 |
| Associação de Reformados | 75 |
| NOTÍCIAS DAS CO-IRMAS | |
| Distrito Federal | 76 |
| Rio Grande do Sul | 78 |
| Santa Catarina | 79 |
| Sergipe | 79 |
| Aprendizado ou Prática da Educação Física — major médico dr. Armando Bergamini | 83 |
| I Competição das Fôrças Armadas | 90 |
| Hípismo — cap. Plínio D. Monteiro | 100 |
| Tiro ao Alvo — Prova "Coronel Ferraz" | 102 |
| Vamos fisgar "tubarões"? | 103 |
| Secção de E'dipo | 104 |

Banco do Estado de S. Paulo S. A.



oferece aos dignos membros das nossas gloriosas forças policiais e militares brasileiras um

SERVIÇO BANCÁRIO

RAPIDO

EFICIENTE

SEGURO.

O nosso

DEPARTAMENTO DE DEPÓSITOS,

possuidor de perfeita organização, e dotado das mais modernas máquinas existentes, está habilitado a

RECEBER DEPÓSITOS

ou

PAGAR CHEQUES

dentro de poucos minutos e sem a menor espera !

M A T R I Z :

PRAÇA ANTONIO PRADO N.º 6 — SÃO PAULO

CAIXA POSTAL, 789

Enderço telegráfico: BANESPA

72 agências no interior do Estado de São Paulo, bem como nas cidades de: Rio de Janeiro (D. F.), Go'ânia (Goiás), Campo Grande (Mato Grosso) e Uberlândia (Minas Gerais).

Miliciano,

a

SEC. REEMBOLSÁVEL DO S. I.

(Quartel do S. I. — Rua Alfredo Maia, 194)

defende os seus interêsses
porque oferece o que Você
necessita, a preços inferiores
aos da praça.

Faça-lhe uma visita _____
_____ logo que puder

EM CADA ESQUINA UM SOLDADO

"São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo".

De fato, nos últimos trinta anos Piratininga estendeu-se, por todos os lados, cobrindo de casario morros e vales.

No centro, expandiu-se, verticalmente, coalhando-se de arranha-céus.

E a pacata vila de Anchieta, num crescendo, tornou-se a bulhenta "urbs" onde mais de dois milhões de habitantes se acotovelam, diariamente, em afanosa atividade.

Entretanto, essa evolução trouxe inúmeros problemas, quais os de transporte, água, energia elétrica, policiamento, pavimentação e outros vários.

Os serviços públicos, como é óbvio, não puderam acompanhar, "pari passu", a febricitante iniciativa particular.

Em outros tempos quando o ritmo do progresso não se fazia tão intenso, a ação pública era satisfatória.

No que tange ao policiamento, a nossa capa estampa histórica fotografia. Nela se vê um soldado da Fôrça Pública pertencente a um dos corpos da Guarda Cívica, usando uma caixa de aviso policial, destinada à comunicação com a nossa tradicional Central de Polícia.

É digno de nota que nessa época, 1913, havia para cada esquina um soldado da Fôrça Pública — Guarda Cívica — que, revezando-se, rondava, dia e noite, o quarteirão.

Destacado sempre para o mesmo pósto, conhecia o nosso soldado não só os moradores, mas até seus hábitos.

Era a polícia preventiva em ação.

Mas, paulatinamente, foi desaparecendo das ruas êsse tipo de policiamento, cuja necessidade, dia a dia, se torna mais imperiosa.

Dê!e depende a tranqüilidade e a segurança da família paulistana.


Urge reconstituí-lo.

É mister salientar que, em 1913, para uma população de 300.000 habitantes, tinha-se um efetivo de 2.000 homens no policiamento da Capital e hoje para 2.270.000 habitantes, o de 3.500 soldados apenas, destinados a atender não só ao serviço de guarnição como ao dos destacamentós nos postos policiais dos bairros.

A Colônia Militar

de Itapura

Olimpio R. Coelho

 MARGEM direita do Rio Tietê, pouco abaixo do majestoso Salto de Itapura, ainda podemos notar, após meio século de completo abandono, as ruínas do que foi outrora o florescente estabelecimento naval de Itapura.

A partir de 1628, quando Manoel Preto e Raposo Tavares, comandando numerosos mamelucos e índios, assaltaram as reduções jesuíticas de Guairá, os atritos entre portugueses e espanhóis, rivalidades da Península Ibérica transplantadas para as terras virgens da América, em virtude de injeções políticas, étnicas e geográficas, nunca cessaram. As correrias dos castelhanos na fronteira parecem remontar ao quinhentismo. Afonso de Taunay, o insígnio cultor do Bandeirismo, assinalou a presença de espanhóis no Avanhandava, já na segunda metade do XVI século. No governo de d. Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, o famigerado Morgado de Mateus, estabelecia-se a precária praça de Iguatemi, numa região infestada de endemias, onde pereceram no meio de atrozidades calamitárias, numerosos soldados e povoadores, além de presidiários que ali cumpriam suas penas. Esse arremêdo de baluarte destinado a defender nossa fronteira, foi

no dia 27 de outubro de 1777, investido por 3.000 homens comandados pelo capitão general do Paraguai, don Agostín Fernandes de Pinedo. Integravam essa força, brancos, índios civilizados e guaicurus. Deante da maioria esmagadora dos assaltantes, sem possibilidades de receber socorros, rendeu-se o reduto, assinando o termo de capitulação o vigário Ramos Louzada.

Antes, em 1752, mandava construir, o capitão general Luiz de Albuquerque Pereira e Cáceres, governador da província de Mato Grosso, o forte de Nossa Senhora da Conceição, à margem do Rio Guaporé. Em 1766 por ser considerado deficiente, foi substituído pelo magnífico Real Forte do Príncipe da Beira. Fazia assim Portugal, consolidando a arrancada dos «Barbaçudos de Piratininga», cujas botas deram um empurrão na «Risca Tordesilhana» demonstração de sua soberania naquelas remotas regiões. O arcabouço dessa maravilhosa obra arquitetônica, já envolvido pela ramaria secular e os muros cobertos pela pátila do tempo, foi redescoberto pelos membros da valorosa Comissão Rondon, quando da construção da linha telegráfica Cuiabá-Madeira.

As guerrilhas com os castelhanos, como dissemos, sucediam-se ao longo da fronteira e, no sul, com o correr dos anos, transformar-se-iam em conflitos de proporções inauditas, culminando nas jornadas de Monte Caseros e Aquidabã.

O Paraguai, pequena e belicosa nação encravada na mesopotâmia Paraná-Paraguai, timbrava em se transformar numa potência militar, com veleidades de conseguir o domínio dos países limítrofes, ditar a política continental e obter uma saída para o mar. Cada vez mais se adensavam as nuvens da política sul-americana.

O Brasil, não obstante o clássico pacifismo do seu magnânimo Imperador — o Grande Pedro II — ti-

nha que tomar as suas precauções na iminência de um conflito armado. Em maior escala, e contando com mais amplos recursos, reeditava-se a empreitada do Iguatemi. Por decretos imperiais, de 26 de junho de 1856 e 13 de março de 1853, criavam-se as colônias militares de Itapura e Avandava, próximas aos saltos que lhes deram os nomes. A iniciativa dessas fundações coube ao ministro da marinha de então, Conselheiro José Antônio Saraiva, sendo executor dos difíceis trabalhos de construção, o 1.º tenente da marinha, José Mariano de Azevedo. A margem do lendário caudal, outrora caminho líquido das bandeiras e monções, abaixo do Salto de Itapura, erguiam-se, num esfôr-



Uma casa em ruínas, como salu do nanquim de "OLAVO".

go que bem traduz o patriotismo e a tenacidade de nossa gente, os edifícios que serviriam para séde do comando militar, quartel e depósito de material e uma igreja para o confôrto religioso dos 400 habitantes que chegou a possuir a colônia. Ali, em pleno sertão brasileiro, que os mapas assinalavam lacônicamente com a legenda «Zona desconhecida e habitada pelos índios», montava-se, em precário e rudimentar estaleiro, à margem das espumantes águas que, em torvelinhos, desciam desde o salto, a fim de patrulhar o trecho de 5 quilômetros entre a Colônia e a foz do histórico Anhembi, um pequeno vapor de rodas, o «Tamandateí», da força de 40 cavalos e 34 praças de guarnição! Calcule-se o esforço dispendido no sentido de levar até o estabelecimento, Tietê abaixo, considerando as dificuldades materiais da época, as caldeiras e peças que constituiram essa unidade naval — «navio solto» da nossa esquadra — conforme lemos em L. Schneider em sua obra «A Guerra da Triplice Aliança contra o Paraguai».

Em agosto de 1867, quando nossos heróicos e desventurados soldados da Expedição de Mato Grosso, os bravos da «Constância e do Valor», acabavam de escrever com seu generoso sangue uma das mais belas páginas da História Militar do Brasil, epopéia immortalizada na obra do immortal Visconde de Taunay, apelava em officio o chefe da heróica coluna, já estacionada à margem do Ribeirão das Correntes, para o comando militar de Itapura, no sentido de serem remetidos armas, gêneros e roupas aos nossos soldados exinanidos e mal-

trapilhos. Esse apêlo traduzia o estado deplorável dos nossos homens, após longos meses de lutas incruentas e sacrificios sem conta. O officio referido, do qual foi portador o alferes Manoel Címaco dos Santos Souza, devia estar entre os documentos que faziam parte do arquivo da Colônia, se maior houvera sido o zêlo e o amor pelas sagradas cousas do Brasil.

Quando, em 1905, os membros da antiga Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, procedendo ao levantamento do Rio Tietê, atingiram Itapura, ali encontraram no mais lastimável abandono todos os documentos do arquivo. Data vênua, para êste modesto trabalho, transcrevemos um trecho do relatório da citada comissão: Faz referência ao «Sobrado residência do diretor da Colônia». Extraímo-lo do «Album Ilustrado da Comarca de Rio Preto».

«Êste edificio terá fatalmente o mesmo destino que os outros por não haver zelador encarregado de sua conservação; pois o matagal já atingiu a altura do pavimento superior e, com o tempo, cobrirá todo êle.

.....
No primeiro salão de entrada encontra-se um armário encostado a uma das paredes onde se achava coordenado todo o arquivo, porém encontramos-lo espalhado pelo soalho numa promiscuidade revoltante.

Ê po-ém de se lastimar que tivessem abandonado o arquivo de um estabelecimento daquela ordem».



Antiga rua D. Pedro II, vendo-se o que resta de uma das casas.

No alçar do nosso século, Itapura foi visitada por Garbe, naturalista viajante a serviço do Museu Paulista. Ali ainda encontrou o sábio uma agência do correio e umas quatorze casas ocupadas. A correspondência, para ali chegar, levava meses, pois era necessário aos estafetas dar uma grande volta por Uberaba e Sant'Ana do Parnaíba, em Matto Grosso. Os sinos e o cruzeiro da Igreja da Colônia encontram-se atualmente no Museu Paulista, o que, para nós, já representa uma parcela de conforto moral. Ao menos alguma cousa se pretendeu salvar!

Segundo um artigo inserto na revista comemorativa do 30.º aniversário de fundação do jornal «O Comércio», de Ibitinga, em 30 de junho de 1944 a imagem do Senhor

Bom Jesus, titular da paróquia, existente no altar mór da Igreja Matriz, foi tirada de Itapura e levada para aquela cidade no ano de 1866... Para tal organizou-se em Ibitinga, povoação ainda embrionária, uma caravana que desceu o Tietê. Os membros dessa caravana gastariam um mês na viagem de ida e volta. Custa-nos crer que as pessoas que foram à colônia, partindo de Ibitinga, não fôssem presentidas pelas sentinelas e moradores, tão numerosos ali, nessa ocasião.

Estas notas são trazidas para este trabalho com as naturais reservas, visto que não são baseadas em documentos autênticos. Supomos que deve ter havido equívoco dos caravanistas que se abalançaram em temerária aventura no sentido de conseguir, a qualquer custo, uma ima-

gem para a sua igreja. O estabelecimento naval de Avanhandava a montante de Itapura, fundado quase na mesma ocasião que este, conforme já assinalamos linhas atrás, foi abandonado poucos anos após a sua instalação. Havia ali, também, uma igreja. Não se trataria, portanto, de uma imagem que estivesse neste templo? Poderá ainda haver um engano de data, e a imagem então teria sido retirada de Itapura, isto naturalmente após o seu abandono, já neste século, e não em 1866, conforme o artigo da revista de Ibitinga.

A região de Itapura, centralizada pelo seu magnífico salto, era tão rica no concernente à fauna ornitológica que Garbe ali conse-

gulu coligir mais de 50 espécies interessantes. A devastação constante das matas, essa onda de dendroclastia que nos assola desde os tempos coloniais, está dizimando todo esse patrimônio natural. Todavia, ainda é tempo de salvarmos o que resta de nossas matas, de nossas encantadoras aves e dos notáveis espécimes da fauna terrestre, principalmente numa região privilegiada como a que está motivando este singelo trabalho, região emoldurada pelo seu lindo salto e com uma tradição militar que nos honra sobremaneira. Uma vontade bem orientada do poder público, sem percalços burocráticos e... demagógicos, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,



Interior, em ruínas, da igreja da Vila Militar

que é o órgão responsável em tal circunstância, poderá transformar aquelas edênicas paragens num atrativo esplendoroso para turistas e, principalmente, para aqueles que se dedicam ao culto dos nossos lugares históricos. Para tanto, bastariam algumas estradas entre as povoações mais próximas, tais sejam Pereira Barreto, Lussanvira, Andradina e a Colônia.

Poderiam restaurar o navio de rodas «Tamandafé», sugestão nossa, para ser empregado em passeios desde a Colônia até junto às miríficas quedas «magestosa obra q. fabricou a natureza», na expressão de Juzarte. E, para os turistas mais apressados, um campo de pouso para aviões, à maneira do de Iguacú,

que já conta até com um grande hotel.

Para encerrar este modesto e despretensioso trabalho, aqui incluo alguns dados sobre o desnível de Itapura. O nome é de origem tupi e pode ser corruptela de ita-apurá, significando «pedra levantada». Se, entretanto, o nome provier de itá-póra então significará «salto de pedra» ou «salto do peixe». O potencial do Itapura é calculado em 60.000 cavalos-vapor ou 44.100 quilowates, isto no tempo das águas médias. O estrondo da queda pôde ser ouvido a 3 quilômetros de distância, ou mais, com vento favorável. A posição geográfica é a seguinte: 51.º, 44', 45" Lat. Sul e 20.º, 40', 35", Long. do meridiano de Greenwich.

FONTES DE INFORMAÇÕES

Na Era das Bandeiras, Afonso de Taunay.

História do Rio Tietê, Melo Nóbrega.

Retirada de Laguna, Visconde de Taunay.

Catálogo das Aves do Brasil, Olivério M. O. Pinto.

Album Ilust. Comarca de Rio Preto, 1927, 1929 — Laurito e Remonte

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, Schneider.

Revista Comemorativa do 30.º aniversário de fundação do "O Comércio de Ibitinga".

Revista I. G. G., — Vol. II julho — Set.º 1944.

Histórico do Museu Paulista, artigo em "A Gazeta" de 23 de abril de 1949.



PREFIRA O NOVO PACOTE DE 400 GRAMAS

AMIDO DE MILHO

MAIZENA
DURYEA

MARCAS REGISTRADAS

É MAIS PRÁTICO, HIGIÊNICO E
MAIS BARATO!

COISAS DA FÔRÇA PÚBLICA

Cel. Anchieta Torres
Ilustração de Felix

— I —

Medalhas

Destinada a perpetuar um facto histórico ou acção militar, premiar um serviço destacado, um ato de bravura ou humanitário ou ainda lembrar uma data, a medalha é particularmente apreciada pelo militar e quem a ostenta sente-se orgulhoso, principalmente se tem consciência de que a obteve devido ao próprio mérito.

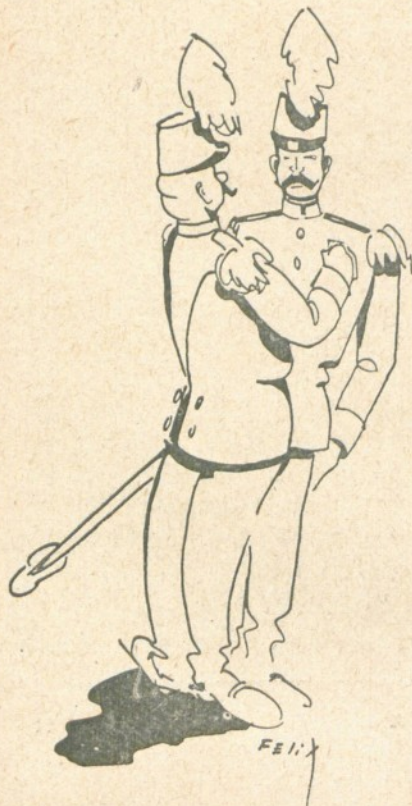
O uniforme militar, em si, quando constelado de medalhas e condecorações, toma outro aspecto e aquêlê que o enverga cresce de importância.

Na Fôrça Pública do Estado poucas são as medalhas existentes, apesar dos seus cento e muitos anos de vida, nem sempre bonançosa, o que tem privado a maioria de seus elementos de obter tão cobiçada distinção. As poucas criadas, que nem sempre foram distribuídas, datam do período repúblicano. Na monarchia não cogitaram os dirigentes da instituição de outra forma de recompensa, além daquelas usuais na vida militar: elogios, dispensas do serviço, etc.

É verdade que muitos oficiais e praças da corporação receberam, no período monárquico, principalmente os que serviram na guerra do Paraguai, condecorações e medalhas nacionais e mesmo estrangeiras. O Estado, porém, só cogitou de tais recompensas alguns anos depois de proclamada a República.*

Medalha de «Canudos»

A primeira medalha instituída para premiar serviços na milícia estadual foi a constante do Decreto n.º 402, de 23 de outubro de 1.897, em que o Presidente do Estado tendo em consideração os relevantes serviços que prestou, durante a expedição de Canudos, o 1.º Batalhão da Brigada Policial, e no interesse de premiar o valor dos oficiais, inferiores e praças, «resolveu conceder ao tenente coronel comandante, José Elesbão dos Reis e ao major fiscal,



José Pedro de Oliveira, uma medalha de ouro, a cada um; a cada um dos oficiais, uma de prata; a cada inferior e a cada praça, uma de bronze».

As medalhas de Canudos não chegaram a ser cunhadas, apesar de o próprio decreto que as instituiu haver recomendado providências ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça no sentido de que fôsem elas distribuídas solenemente, logo após os festejos com que o Estado tencionava receber os bravos soldados que tão dignamente acabavam de servir a República.

O batalhão regressou com muitas festas, luminárias e foguetórios. Erigiu-se no flanco esquerdo do Quartel da Luz um monumento em homenagem aos bravos do batalhão, mortos durante a campanha. As medalhas, até o presente, não foram distribuídas. É uma dívida do Estado para com os poucos sobreviventes daquela gloriosa jornada.

Medalha de «Mérito Militar»

Criada por Decreto n.º 3196-A, de 21 de abril de 1920, a Medalha de Mérito Militar, desenhada pelo saudoso major Nataniel Prado, destinava-se a significar o alto aprêço do Governo aos oficiais e praças da Fôrça Pública que se tornassem dignos, pelo mérito e lealdade com que houvessem prestado serviços ao Estado.

Era de ouro, prata e bronze e a elas faziam jús os oficiais e praças com 30, 25 e 20 anos, respectivamente, desde que não tivessem má conduta habitual e não houvessem sofrido sentença condenatória passada em julgado.

A concessão da primeira medalha e a sua substituição por outra de categoria superior era feita por decreto do Governo do Estado, mediante proposta do Comando da Fôrça Pública e parecer do Secretário da Segurança Pública.

Essa medalha foi normalmente distribuída aos que a ela fizeram jús até que foi substituída pela Medalha «Lealdade e Constância»

A medalha acima instituída por Decreto n.º 10415, de 11 de agosto de 1939, para substituir a anterior e o motivo dessa substituição foi evitar possível confusão com a «Ordem do Mérito Militar» do Exército, recém-criada, e também porque as côres da fita respectiva incidiam na proibição constitucional então vigente.

Desenhada pelo grande pintor patricio, Jorge Wast Rodrigues, a medalha «Lealdade e Constância» afastou-se do formato circular usual nas medalhas. Era de ouro, ou prata, ou bronze e esmalte, composta de uma Cruz de Malta patea contornada por um frizo de um milimetro de largura e medindo trinta milímetros, tanto na altura como na largura.

Destinava-se aos oficiais e praças com 30, 20 e 10 anos de serviço, respectivamente, e sua concessão dependia de parecer do Tribunal de Justiça Militar.

A princípio foi concedida sem restrições e em qualquer tempo, a todos, oficiais e praças, que a ela fizeram jús pelo seu tempo de serviços leais e constantes ao Estado, sem nota de culpa que os desabonasse ou sentença condenatória passada

em julgado, no fóro civil ou militar.

Posteriormente modificado por Decreto n.º 12858, de 31 de junho de 1942, o sistema de concessão e distribuição dessa medalha, ficou limitado o número a ser concedido anualmente, assim como a data da entrega, que seria feita solenemente no dia 15 de dezembro, data do aniversário da fundação da Fôrça Pública.

Assim, seriam distribuídas anualmente medalhas: de ouro, 1 para oficial e 1 para praça; de prata, 4 para oficiais e 6 para praças; de bronze, 8 para oficiais e 12 para praças.

A medalha «Lealdade e Constância» deixou de existir desde que a Constituição do Estado de 9 de julho de 1947, em seu artigo 149, restabeleceu a antiga «medalha de mérito militar», com a denominação de

Medalha «Valor Militar»

Essa medalha não teve ainda sua distribuição efetivada, estando em estudos o regulamento que trata do assunto.

Medalha da «Legalidade»

Destinada a patentear o alto apêgo em que foram tidos os grandes serviços prestados pela Fôrça Pública na restauração da Legalidade durante a campanha iniciada à 5 de julho de 1924, a Medalha da «Legalidade», instituída por Decreto n.º 3726-A, de 7 de setembro do mesmo ano, foi concedida exclusivamente aos oficiais e praças que, por sua bravura, se distinguiram naquela campanha.

De uso obrigatório nas formaturas e solenidades oficiais, era de

ouro, prata e bronze, para oficiais, inferiores e praças.

Após a vitória da revolução de 1.930 foi o decreto que a criou revogado pelo de n.º 5844, de 8 de janeiro de 1932, ficando seus detentores obrigados a devolvê-las no prazo de 60 dias, a fim de serem elas fundidas e vendido o metal correspondente, revertendo o produto da venda à Cruz Azul de São Paulo.

A Medalha da «Legalidade» foi restabelecida pelo artigo 20 de Atos das Disposições transitórias da Constituição de 9 de julho de 1.947, porém, até a presente, não foi feita a restituição aos que dela foram despojados.

Medalha «Ao Mérito»

Instituída por Decretos-leis n.ºs. 16453 e 16454, de 12 de dezembro de 1942, destinava-se a premiar serviços extraordinários prestados, respectivamente, por oficiais e praças da Fôrça Pública e do Corpo de Bombeiros.

De prata ou de bronze, segundo fôsse destinada a oficiais ou praças, seria concedida mediante parecer de conselhos militares, compostos pelo comandante geral da Fôrça Pública e 2 oficiais de alta patente e pelo comandante do Corpo de Bombeiros e 2 oficiais da corporação, ambos sob a presidência do Secretário da Segurança Pública.

A medalha «Ao Mérito» foi cunhada, porém, não chegou a ser distribuída senão aos primeiros membros dos conselhos militares então constituídos, por isso que os decretos-leis acima foram revogados pela Lei n.º 64 de 12 de fevereiro de 1948, revogação essa que só atingiu a Fôrça Pública. Medalha com

o mesmo nome e visando a mesma finalidade, instituída na mesma data para a Guarda Civil, não foi suprimida e continua a ser distribuída regularmente.

.....
Do que acima fica exposto, verifica-se que, no momento, não está

sendo distribuído nenhum desses prêmios ao pessoal da Força Pública.

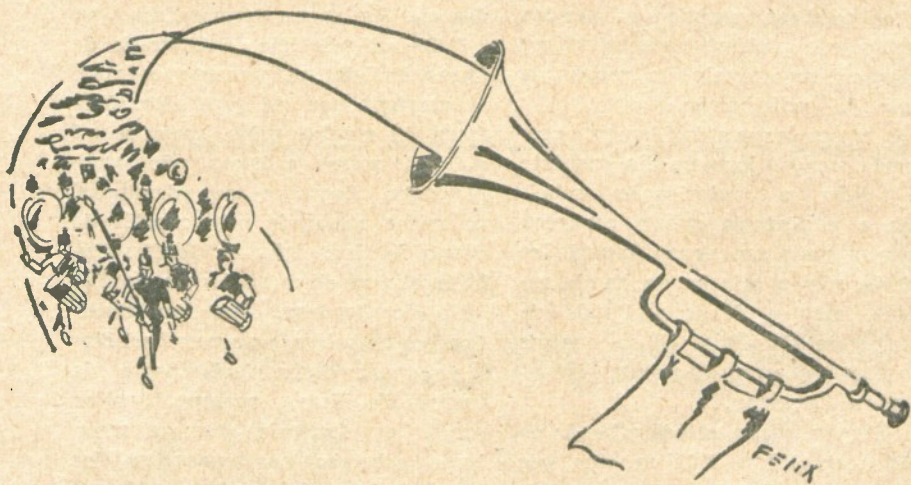
E não está sendo distribuído porque a medalha sobreexistente, a de «Valor Militar», pende de regulamentação pelos órgãos competentes, apesar de já se passarem perto de cinco anos da promulgação da Constituição Estadual, que a restabeleceu.

— II —

Origem da Banda de Música

Major Joaquim Antônio Fernandes. Major Joaquim Antão Fernandes. Quando o segundo nasceu, em 1864, é possível não mais existisse o primeiro. Desligados, embora, pelo tempo, há entre eles alguma coisa em comum na história da For-

mem que lhe deu prestígio e fez sua fama projetar-se fora das fronteiras do Estado, quiçá, do País. E fez mais. Deu-lhe o nome, porque hoje a Banda de Música da Força Pública é chamada Banda «Antão Fernandes».



ça Pública. Dois postos iguais, dois nomes semelhantes e, ligando esses nomes, a Banda de Música da Força Pública. Joaquim Antônio Fernandes foi o criador. Joaquim Antão Fernandes, o reorganizador. O ho-

Foi em 1843. O Corpo Municipal Permanente da Província de São Paulo contava pouco menos de doze anos de existência e pouco mais de uma e meia centena de homens em seu efetivo. Comandava-o, interina-

mente, o major Joaquim Antônio Fernandes. Soldado, unicamente soldado, sentiu êle que faltava alguma coisa ao corpo que comandava e essa alguma cousa era, precisamente, uma banda de música, órgão indispensável em qualquer corporação armada que se preze. Parece, no entanto, que, devido ao pequeno efetivo da tropa que comandava, teve certo acanhamento de fa'ar a-bertamente em banda de música. Torneou a questão e, em officio datado de 8 de junho daquele ano, comunicando ao Presidente da Província a existência, no corpo sob seu comando, de algumas praças que sabiam tocar vários instrumentos, solicitou permissão para organizar uma Banda de Cornetas, destinada a tocar, ao menos nos dias de gala, no interior do quartel. Tal providência, explicou, não traria ônus aos cofres públicos, prejuizo ao serviço e nem seria pretêsto para se retirar qualquer importância às praças, a título de contribuição.

O terreno estava devidamente preparado, porque logo no dia seguinte foi dada a autorização solicitada e a portaria que a concedeu avançou mais um pouco, quando se referiu, não a criação da banda referida, mas a de uma Banda de Música de Cornetas. Vê-se que as cornetas entraram na banda somente para despistar...

Estava, assim, criada a banda de música da Fôrça Pública, que por muitos anos funcionou em caráter particular, embora tratada com todo carinho pelo comandante, seu organizador, e pelos que se seguiram. Seus uniformes eram aparatosos, sobressaindo-se dos das demais praças o que chegou a mere-

cer reparo de um official encarregado de inspecionar o Corpo Municipal Permanente, o qual, em seu relatório ao Presidente da Província, em 1851, assinou: — «A par dessa insuficiência, por assim dizer pobreza» (referia-se ao fardamento das praças do corpo) «deparei com um fardamento vistoso, de algum custo, que pertence à banda de música do corpo».

«Convenho, e a decência dos atos públicos festivos o exige, que se desse um tal uniforme aos músicos, mas não estando êle em harmonia com o do resto do corpo, parecerá que só se atende a música e que as demais praças não merecem ser contemp'adas com um uniforme sequer de pol'icia, mas ao menos decente».

Apesar dêsse juizo severo, a Banda de Música merecia os cuidados que lhe eram dispensados.

De um relatório do Comando do Corpo Pol'icial permanente constam os serviços por ela prestados. Serviços de monta, pelos quais se vê que os nossos músicos não eram poupados. Tocavam, aos domingos, na missa celebrada pelo capelão do Corpo da Guarnição, no Jardim Público e o recolher no Largo do Palácio do Govêrno. Nos dias santificados, na missa e no recolher. Nos festejos nacionais fazia parte da Guarda de Honra, acompanhava as procissões, funerais, etc.; e mais, havia capricho nas execuções das praças, as quais eram quotidianamente ensaladas. Deve-se levar em conta que os músicos eram soldados de fileira, concorrendo a todo o serviço normal do soldado pronto.

Tal situação não podia perdurar e, em 1856, o comandante do Corpo,

ten. cel. Joaquim de Souza Guimarães Cananéa, ponderou ao Presidente da Província que a Banda de Música existente e organizada por ordem do Governo não poderia ser mantida. Não sendo os soldados-músicos dispensados do serviço, poucos queriam engajar-se com destino à Banda, por isso que solicitava fôsse ela oficializada, o que julgava necessário porque sendo a «única que ha mais pronta, para cumprir as ordens do Exm.º Governo, neste caso proponho a V. Excia. a reforma da mesma banda, contratando-se as praças que nela serviam para fazerem unicamente o serviço de musica, fazendo-se mesmo o engajamento de varios paisanos que com esta condição se oferecem para servir. Por esta maneira, asseguro a V. Excia. a boa organização da mesma banda e bom andamento, sujeitando-se as praças nela empre-

gadas às revistas e ensaios quotidianamente e dispensadas de qualquer distração».

O pedido do comandante foi encaminhado à Assembléa Provincial e já no ano seguinte a lei n.º 575, em seu artigo 5.º estabelecia:

«Fica aprovada desde já a banda de música existente no Corpo de Municipaes Permanentes, sendo ella composta de um mestre, com a graduação de primeiro sargento e soldo correspondente ao mesmo, e 17 músicos com o soldo e mais vantagens dos soldados, não podendo ser empregados em serviços estranhos à música».

Assim nasceu a Banda de Música, que mais tarde seria denominada «Banda Antão Fernandes».

O resto da história está contado na «História da Banda da Fôrça Pública», de Laura Dela Monica.



1 PACOTE DE 400 GRAMAS

CUSTA MENOS

DO QUE 2 DE 200 GRAMAS!

AMIDO DE MILHO

MAIZENA
DURYEA

MARCAS REGISTRADAS

TRIANGULO

A Sentença de Cristo

Texto existente na Real Academia de História da Espanha.
Apud: Eduardo Santos Maia — "Recantos de Minha Terra", págs.
14, 15 e 16. Taubaté Editora Edipus — 1937.

« No ano XIX de Tibério Cesar, Imperador Romano de todo o mundo, monarca invencível na Olimpíada CXXI e na Eliada XXIV, na criação do mundo, segundo o número e cômputo dos Hebreus, quatro vézes mil cento e oitenta e sete, do progênio do romano Império, no ano LXXIII e na libertação do cativo de Babilônia, no ano MCCVII, sendo governador de Judéa Quinto Sérgio, sob o regimento e governo da cidade de Jerusalem, presidente gratíssimo, Pôncio Pilatos; regente da Baixa Galiléa, Herodes Antipas; Pontífice do sumo Sacerdócio, Caifas; Mágnio do Templo, Alis Almael; Robas Acabel, Franchino Centauro, cônsules romanos da cidade de Jerusalem; Quinto Cornélio Sublime e Sixto Pompílio Rusto, no mês de março e dia 25 do mesmo. — Eu, Pôncio Pilatos, aqui presidente do Império Romano, dentro do palácio e archi-residência, julgo, condeno e setencio à morte, Jesus, chamado pela plebe — Cristo Nazareno — e Galileu de Nação, Homem sedicioso, contra a lei Mosaica — contrário ao grande Imperador Tibério Cesar. Determino e ordeno por esta, que se lhe dê a morte na cruz, sendo pregado com cravos como os réus, porque congregando e ajustando homens, ricos e pobres, não tem cessado de promover tumultos, por tôda a Judéa, dizendo-se filho de Deus, Rei de Israel, ameaçando com a ruína

de Jerusalem e do sacro Templo, negando o tributo a Cesar, tendo ainda o atrevimento de entrar com ramos e em triunfo, com grande parte da plebe dentro da cidade de Jerusalem, ligado e açoitado, e que seja vestido de púrpura e coroado de alguns espinhos, com a própria cruz aos ombros para que sirva de exemplo a todos os malfeitores; e que, juntamente com êle, sejam conduzidos dois ladrões homicidas; e sairão pela porta sagrada, hoje Antoniana e que se conduza Jesus ao monte público da Justiça chamado Calvário onde, crucificado e morto ficará seu corpo na cruz, como espetáculo para todos os malfeitores, e que sôbre a cruz se ponha êste título em três linguas: hebraica, grega e latina: Jesus Nazareno, Rex Judeorum. Mando também que nenhuma pessoa de qualquer estado ou condição se atreva, temerariamente a impedir a justiça por mim mandada, administrada e executada com todo o rigor, segundo os decretos e leis romanas, sob as penas de rebelião contra o Imperador Romano. Testemunhas da nossa sentença: pelas doze tribus de Israel: Rabaim Daniel, Rabaim Joaquim Banicar, Barbasu, Laré Petuculani. Pelos fariseus: Bullie, Simeão, Ranol, Babbini, Mandoani, Bancurfossi. Pelos hebreus: Matumberto. Pelo Império e pelo Presidente de Roma: Lúcio Sextilo. Amácio Chilicio».

José Silva - Tecidos, S. A.

(Casa fundada em 1885)



End. Telegráfico «SILVIUS»

CAIXA POSTAL, 445

TEL. 43-28-95 (REDE)

RIO DE JANEIRO, D. P.

TECIDOS E ARTEFATOS DE TECIDOS EM GERAL
— IMPORTADORES E EXPORTADORES —

FORNECEDORES DAS FORÇAS ARMADAS, INCLUSIVE
DA FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

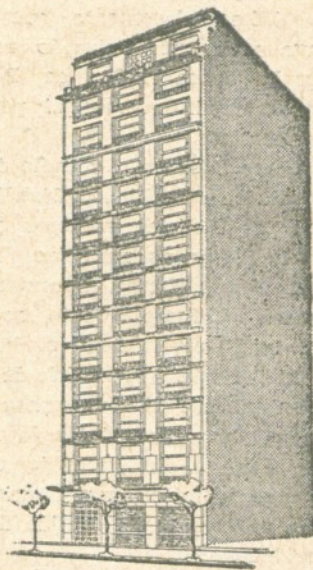
Departamento de vendas
em SÃO PAULO (Capital)

Av. Nova Anhangabau, 702-3.º, Sala 32

Caixa Postal, 3021 —

En. Telegráfico, "SILVIUS"

Telefone: 33-2662



Sede no Rio de Janeiro

UNIFORMIZAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES

Ten. Cel. *Alves Mata*
(Da Polícia Militar de Alagoas)

Nesta oportunidade em que tôdas as atenções estão voltadas para o grave problema da **Federalização** das Polícias Militares, que exige uma reforma na Carta Magna da Nação, eu me lembrei de falar aos meus bons colégas a respeito de um assunto muito simples, que é a nossa imprescindível **Uniformização**.

Quando a lei 192 foi baixada, dizia, em seu artigo 10: «As Polícias Militares adotarão o uniforme de campanha que fôr aprovado pelo Ministério da Guerra.

§ 1.º — Os uniformes, distintivos, e insígnias das Polícias Militares serão privativos dos oficiais, sargentos e praças».

Vê-se, claramente, que a lei visava uma uniformização radical. Naquela época tôdas as Polícias usavam uniformes cáqui para os seus serviços.

Como liderava a questão da feitura da lei a Polícia do Distrito Federal, as Polícias menores passaram a copiar as minúcias do plano de seu uniforme. Gerou-se uma pequena confusão quanto ao laço, a côr azul na gola e nos punhos. etc.

Mais tarde, o Ministério da Guerra baixou utilíssimas normas estabelecendo um gorro único, laço húngaro, cinto e distintivos iguais. Acabou-se a miscelânea. Deu-se um passo de gigante no sentido da uniformidade.

Ora, sendo o uniforme privativo das Polícias e cada uma usando uma côr e um modelo de gorro diferentes, em que situação ficariam as emprêsas particulares, as repartições públicas para confeccionarem os planos de uniforme para o seu pessoal?

Qualquer côr ou modelo causaria confusão com uma das polícias.

As normas puseram fim a essa mescla prejudicial.

Iamos bem encaminhados para uma uniformização geral. Em Porto Alegre reuniram-se 18 representante de Polícias Militares, em um congresso ali realizado, em 1.946, e todos envergavam o uniforme cáqui, só diferindo nos de passelo.

Não sei por que razão a Força Pública de S. Paulo, em cujo seio me encontro atualmente, cercado das maiores atenções, por parte de sua cavalheiresca oficialidade, aboliu o cáqui. Está usando ainda três uniformes diferentes dentro de sua própria organização: Polícia Florestal, Polícia Rodoviária e Força Pública, um todo, sob o mesmo comando.

Fêz o curso de educação física em S. Paulo um dos nossos colégas da Polícia Militar de Pernambuco. Possivelmente achou bonito o novo plano e lá se praticou a segunda exceção... Em Pernam-

buco foi abolído o cáqui e se usa uma c6r também diferente da de S. Paulo...

As outras co-irmãs observando o que ocorre naqu6le grande Estado, começaram a querer fazer suas mudançãs, pois o nosso maior mal e essa mania do papel carbono...

Estagiou, aqui em S. Paulo, o ten. Wilson Rodrigues, do Ceará. Contou-nos que ali irãõ usar o gorro cáqui, igual aos do pessoal da C.M. T.C. desta Capital...

Em 1.951, o Ministério da Guerra, naturalmente sentindo essa tend6ncia, determinou que diversas c6res de tecidos poderiam ser usadas no feito de farda, gorro, etc. Já prevejo o resultado. Se sem existir essa determinaçãõ andávamos multi-formes e multic6res, como nãõ serã para o futuro!

Considero que, sob o ponto de vista econ6mico, a uniformidade 6 recomendável. Sob os pontos de vista moral, disciplinar e patri6tico ela se imp6e como fator principal.

Nãõ serãõ apresentadas as humilhantes diferençãs do n6vel econ6mico entre grandes e pequenas

pol6cias. T6das se sentirãõ irmanadas e talhadas para um fim 6nico que 6 a defesa das instituiç6es.

Essa disparidade s6 acarretava separaçãõ, fragmentaçãõ, desuniãõ.

Devo frizar que nãõ sentem os nossos irmãs essas inspiraç6es ao elaborarem seus planos de uniforme. Absolutamente nãõ! O fato ocorre naturalmente, sem qualquer id6ia preconcebida, embora resulte infelizmente nisto...

Deixo aqui o meu ap6lo aos nobres colegas de t6das as Pol6cias Militares: que nãõ concorram para tãõ grave e injustificável transformaçãõ.

Existe uma comissãõ de intercâmbio em cada cong6nere e a elaboraçãõ de um plano geral de uniformes poderia ser assunto para se congregarem, traçãdo normas iguais a serem obedecidas nas c6res, nos mod6los, mesmo que o tecido tivesse de variar, de ac6rdo com o clima de regi6es diferentes.

Colegas, acabemos com a id6ia de liderançãs! Façamos um trabalho de equipe, de conjunto e Uniformizemos as Pol6cias Militares.



Torrefaçãõ e Moagem de Caf6

≡ TIRADENTES S/A. ≡

Rua Prates n.º 881 — S. PAULO

Fones 34-5248 e 34-6574

CAF6 TIRADENTES

"O MELHOR CAF6 DA TERRA DO CAF6"

O RECURSO DE EMBARGOS

NA JUSTIÇA MILITAR

Tibério Cancelli

Juiz Suplente do Tribunal Militar.

1.º Os lexicólogos costumam definir a palavra embargos como sinónima de impedimento, obstáculo, óbice; mas não são precisos no determinar-lhe a etimologia. Max Luebke tira o vocábulo, através do verbo embargar, do seu correspondente no baixo latim — «imbarriicare», que significava atravessar com barras, obstruir, embaraçar, impedir. A. Coelho entende ser proveniente de um certo «bárrica», ligado a barra, mais o prefixo em. Para Bluteau, embargos deriva do substantivo embaraço. E nesse sentido a Academia Espanhola, que prende embargar e «embarazar» às mesmas origens (Cfr. Antenor Nascentes, «Dic. Etimológico da Língua Portuguesa»).

A noção central, — e digamos, primitiva, — de embargos é, pois, a de impedimento. Impedimento que se põe à execução de alguma sentença, acrescenta o referido padre Bluteau («Voc. Português-Latino»). Assim lemos no Repertório das Ordenações, do Senador OLIVEIRA, que, escrevendo em latim, segundo era o vício da época, em nota à rubrica «Dos Embargos à Chancelaria», verte por «impedimenta» a palavra embargos, g. v: *Et nota quod atiam admittuntur secunda IMPEDIMENTA si agatur in illis incompetencia ju-*

dicis», que, trasladado ao vernáculo, soa dessa maneira: «de observar que são também admitidos segundos embargos (impedimenta) se nêles se cuidar de incompetência de juízo». Assim também em Santa Rosa de Viterbo, no seu Elucidário de título vasto e curioso («Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam e que hoje regularmente se ignoram»), encontramos definida a palavra embaraço, empregada no Prazo das Salzêdas, do ano de 1277, por embargo, dúvida, impedimento.

2.º Além dêsse sentido central a palavra embargos se apresenta, na linguagem técnica do direito processual comum, com várias acepções.

No singular, — embargo — tem sido sinónimo de: (a) — arresto, ou seja, a apreensão e o depósito de bens, não litigiosos, para a segurança de uma dívida, até se decidir a causa principal; (b) — interdito pôsto a uma coisa, para que permaneça no mesmo lugar ou no mesmo estado; (c) — nunciação de obra nova, impedimento judicial que se opõe às obras de uma construção, para que não prossigam, enquanto não se deslinde a dúvida suscitada; etc.

Empregado no plural, — **embargos** — têm constituído: (a) — meio de defesa em certas ações especiais; (b) — remédio possessório facultado a quem, não tendo sido parte no feito, sofreu turbação ou esbulho em sua posse ou direito, por efeito de qualquer ato de apreensão judicial (**embargos de terceiro**); (c) — meio de impugnar o pedido nas execuções de sentença; (d) — recurso contra sentenças finais e definitivas.

Somente como recurso é que nos interessa tratar aqui dos embargos.

3.º O recurso de embargos não tem raízes no direito romano. A chamada «intercessio», a que aludem CÍCERO e ULPIANO, e que, segundo alguns autores seria um instituto próximo ao de embargos, não era sinão uma oposição, uma fiança, uma caução, um abono, uma garantia; e mesmo a própria execução, na linguagem do Codex. E se alguma identidade pudesse ter com os nossos embargos, conforme vislumbrara Bento Pereira, no «Magnum Lexicon» e na «Prosódia», — essa mesma seria, quando muito, com os **embargos-impedimento**; nunca com os **embargos-recurso**, que são, na abalizada opinião de Pereira e Souza, Ramalho e outros praxistas, original criação do direito lusitano, não encontrada nem na legislação contemporânea de outros povos. Seus traços embrionários, seus primeiros balbucios, vamos-os encontrar nas Ordenações Afonsinas, de 1446.

4.º Segundo a lição clássica do clássico João Monteiro, por embargos se entende, ou melhor, se entendia o recurso que visa obter do juiz que proferiu a sentença definitiva, que êle mesmo a declare, a modifique ou a

revogue («Programa do Curso de Processo Civil»).

Esta definição, que se vem desatualizando em grande parte, com o correr do tempo, acolhia a realidade do direito então vigente, o qual, abstração feita aos embargos declarativos, que persistem ainda hoje, fazia distinção entre os chamados **embargos modificativos** e os **embargos ofensivos**, consistentes, aqueles, na mera modificação da sentença em sua extensão ou em algum ponto ou disposição accidental; e visando êstes (os embargos ofensivos), atacar a sentença em seu conteúdo essencial, em seus fundamentos.

Hoje em dia, ad instar das disposições do direito processual moderno, embargos são o recurso interposto perante o juiz que proferiu a sentença, para que êle mesmo a declare, a anule ou a revogue, no todo ou em parte.

São três, pois, as espécies de embargos conhecidas, atualmente: embargos de declaração, embargos de nulidade e embargos infringentes do julgado, dos quais daremos, mais abaixo, sumária notícia.

5.º O processo militar, disciplinado pelo Decreto-lei n.º 925, de 2 de dezembro de 1928, consagrou, em seus dispositivos, essas três espécies de recurso de embargos, aproximando-se mais do direito processual civil do que do penal comum, cujo vigente código só admite, em matéria de recurso de embargos, o de declaração aos acórdãos dos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas (art. 619, do Dec. Lei N.º 3.689, de 3-10-1941). Nas causas perante o Supremo Tribunal Federal são ainda admissíveis, segundo dispositivo

regimental, os embargos de nulidade ou infringentes, nas ações criminais originárias, bem como nas revisões criminais.

Pois bem, o art. 311 do citado Decreto-Lei n.º 925, que estabeleceu o Código de Justiça Militar, estatue que «às sentenças finais do Supremo Tribunal Militar (leia-se, hoje, ex-yl de preceito constitucional: «Superior Tribunal Militar») «podem ser opostos embargos de nulidade, infringentes do julgado e da declaração».

Os embargos de nulidade versam sobre a nulidade do processo ou da sentença, ou sobre a nulidade de ambos.

Os embargos infringentes (de «infringere», não observar, violar, transgredir a lei, o preceito, o pacto, etc.) têm por finalidade a reforma ou revogação total ou parcial da decisão embargada. Atacando a sentença, no todo ou em parte, em seus fundamentos ou em ponto acessório ou secundários, — os embargos infringentes compreendem, de modo geral quaisquer embargos que tenham por objetivo a modificação ou revogação da decisão, abrangendo e substituindo, assim, com vantagem, os vetustos embargos modificativos e ofensivos.

Em verdade, e segundo teve oportunidade de observar o desembargador Caetano Pinto, em luminoso voto vencido ao acórdão das Câmaras Reunidas da antiga Corte de Apelação do Distrito Federal, em sessão de 21 de agosto de 1913, tanto os embargos infringentes, como os de nulidade tendem, por sua natureza e fim, à reforma ou revogação da sentença embargada, com fundamento na vio-

lação ou inobservância da lei: os de nulidade, propriamente dita, em relação à sentença em sua feição jurídica, contrariando a lei em sua tese ou preceito abstrato («si expressim sententia contra juris rigorem data sit»...); os infringentes concernem com a lei em hipótese, isto é, à interpretação judiciária da causa, determinando a situação jurídica do réu (no caso do processo militar), ou a situação jurídica dos litigantes (no caso do processo civil).

Os embargos declarativos ou de declaração, que, a rigor, não constituiriam um recurso, são os por que se pedem que o juiz ou tribunal (a termos do texto acima) esclareça ou explique alguma passagem obscura ou ambígua da sentença embargada ou torne expresso algum ponto em que devia haver condenação ou absolvição e, todavia, foi omitido (Homero Prates, «Cod. Just. Mil. Comment.»).

6.º No citado art. 311 do Código de Justiça Militar, lê-se que o recurso de embargos será oposto «às sentenças finais» do Superior Tribunal Militar. Oposto para o mesmo Tribunal, que é, nos termos da estruturação estabelecida pela Constituição Federal, órgão de segunda instância, o órgão supremo do fóro especial militar.

Na órbita das justiças militares estaduais, destinadas principalmente ao julgamento da matéria penal de aplicação específica nas polícias militares (Código Penal Militar) e organizadas debaixo de submissão aos preceitos gerais da lei federal (Constituição, art. 5.º, n.º XV, letra «f»; art. 124, n.º XII), com órgãos necessários de primeira instân-

cia (os conselhos de justiça) e de segunda instância (Tribunal especial ou o Tribunal de Justiça), — a aplicação do Código de Justiça, embora possa afeiçoar-se às exigências técnicas locais, no que tange à organização de ditas justiças; todavia, no que concerne ao processo, nenhuma modificação essencial poderá sofrer, ressaltadas, naturalmente, as necessárias adaptações de linguagem.

Assim, no fóro militar estadual, os embargos serão opostos contra as decisões finais de segunda instância, seja ela organizada em Tribunal especial, ou se trate do Tribunal de Justiça local.

A justiça militar em nosso Estado de São Paulo, organizou-se de modo autônomo, possuindo um Tribunal especial como órgão de segunda instância, com jurisdição em todo o território do Estado. Criou-o e organizou-o a lei n.º 2856 de 8 de janeiro de 1937, com as modificações introduzidas pela lei n.º 73 de 21 de fevereiro de 1948. É o chamado Tribunal de Justiça Militar.

Pois bem, pelo artigo 79 do Regulamento Interno deste Tribunal, que não fez senão, como lhe competia, reproduzir e adaptar as disposições do processo militar constante do citado Decreto-Lei n.º 925 de 1938, mandado adotar neste Estado pelo decreto-lei n.º 9845, de 22 de dezembro de 1938, — se estabelece que aos seus julgados podem ser opostos embargos, para que o próprio Tribunal, reexaminando o processo, declare, anule ou revogue, no todo ou em parte, a sua decisão.

7.º Como vimos de observar até aqui, o recurso de embargos foge, por sua natureza, à noção geral que

se têm de recurso, qual é, no conceito tradicional, segundo expressões de Melo Freire («Inst. Juris. Civ., Liv. 4, tit. 23, § 1.º) a «legítima a iudice inferiori ad superiorem, ratione gravaminus facta, provocatio». É a provocação a novo exame do processo, suscitada pela parte que sofreu o gravame da sentença, feita do juiz inferior (1.ª instância) para o juiz superior ou tribunal (2.ª instância). Os embargos, em geral, são interpostos para o mesmo juiz da decisão embargada, ou, como se costuma dizer, do juiz «a quo» para o juiz «ad quem».

Convém notar, aqui, em relação à justiça comum, que, com o desenvolvimento das leis de organização judiciária, se vem modificando tal feição do recurso de embargos; pois, tem-se atribuído o julgamento dos embargos interpostos das sentenças definitivas de uma das Câmaras em que se dividem os tribunais em geral, a um número maior de juizes ou ao tribunal pleno, de que também fazem parte os ministros, desembargadores ou juizes que proferiram a sentença embargada.

No âmbito daquela justiça, os embargos vêm constituindo um verdadeiro recurso, na acepção técnica do termo («provocatio ab inferiori iudice ad superiorem»).

Mas, voltemos ao recurso de embargos no fóro militar.

8.º Deduzidos que são os embargos perante a mesma instância do julgado, — o Tribunal, — para que ele reexamine e reconsidere o julgado, assume o referido recurso a feição de pedido de retratação. Este o cunho marcante dos embargos, máxime no fóro militar. No

fôro civil, de acôrdo com a atual sistemática do processo, os embargos à sentença de 1.ª instância, nos casos de alçada, ainda conservam esta feição de retratação (art.839).

Pela retratação, cunho essencial e, sob certos aspectos, perdurável dos embargos, bem pode o juiz modificar a sua sentença ou o seu voto, no todo ou em parte. Com isso, não compromete a dignidade de seu ministério, nem o conceito de sua integridade. Ademais, razão primeira de todo o recurso, a retratação não torna suspeita a submissão que devemos ter ao decreto judicial, nem repugna à indole do direito. É que, como diz BELLOT, citado por João Monteiro e transcrito por Homero Prates (op. cit), — «partindô do princípio de que as sentenças nem sempre repousam na verdade e na justiça; de que a infalibilidade não é atributo do juiz, êle vê no sistema dos recursos, não só um meio indispensável para reparar as conseqüência do êrro e da justiça, como um instrumento eficaz para as prevenir.

9.º Dispõe o art. 322 do Código de Justiça Militar que não serão admissíveis embargos ao acórdão unânime. Esta é, pois, a condição fundamental. Aos acórdãos colhidos por maioria de votos, i. é., em que haja votos vencidos, poderão ser opostos embargos de nulidade ou infringentes do julgado, ou ambos cumulativamente. O texto citado, apesar de sua viciosa redação, não se aplica, já se vê, à hipótese de embargos de declaração. Estes caberão sempre que houver dúvida a declarar, obscuridade ou ambiguidade a sanar, omissão a ex-

pressar. Tanto que o Regimento do nosso Tribunal Superior da Fôrça Pública, mais explícito que o Código, estabeleceu em seu art. 84 que «sendo apresentados conjuntamente, embargos de declaração e de nulidade ou infringentes do julgado, o Relator submeterá os de declaração ao julgamento do Tribunal, antes de resolver, individualmente se são admissíveis ou não os de nulidade ou infringentes, como lhe compete».

Pois bem, estabelecido no citado texto o pressuposto de não ter sido unânime a decisão para o cabimento do recurso de embargos, não há mais que cogitar, como ainda pretendem alguns advogados e mesmo juizes, sôbre se os embargos trazem matéria nova, hipótese que ensejaria sua admissão, ou se envolvem matéria velha, já conhecida e discutida, que tornariam os embargos insuscetíveis de recebimento.

Na atual sistemática do processo, quer civil, quer penal-militar, a questão de matéria nova não constitue condição necessária de apreciação liminar para o cabimento dos embargos. Pode ocorrer; tanto que o art. 314 do Código de Justiça Militar estabelece, em sua segunda parte que «os embargos podem ser articulados e acompanhados de quaisquer documentos» (os documentos quando não exibidos inicialmente ou por acasião da fase processual de produção de provas, importam, em geral, — novidade). Mas a sua falta não obsta a que se conheça dos embargos, para discussão.

Os embargos podem consistir somente em direito, e nem por isso devem ser tidos como de matéria velha. Neste particular, vige ainda a

máxima do praxista GUERREIRO, apesar das críticas acerbas de LO-BÃO: «quid juris est, semper nova reputatur et admissibilis» (o que consiste em direito sempre se entende como matéria nova e admissível).

A questão de matéria nova constitue até velharia — proclamou o Ministro Philadelpho Azevedo, em memorável voto. Os embargos repetidos como de matéria velha, eram os opostos à execução de sentença, quando versavam sobre matéria que já havia sido tratada na causa principal. A origem dessa rejeição encontramô-la no livro 3, tit. 87, § 10, das Ordenações do Reino, que rezava:

«El porque os advogados algumas vêzes vêm com embargos de matéria velha e que já foi tratada no feito principal, e com isso dilatam as causas, mandamos que os advogados, que nisto forem compreendidos sejam condenados pelos juizes, que dos tais embargos conhecerem, em suspensão de seus officios».

Como se verifica, tratava-se de medida correccional contra os advogados. Visava combater a protelação, a chicana. Mesmo assim, seu alcance não ia além dos embargos — impedimento, opostos à execução de sentenças. Estenderam-no erroneamente à hipótese dos embargos-recurso, que não deixavam, como não deixam de ser um impedimento à execução da sentença embargada, (os embargos são um meio de impedir, e não de pedir, — diz o brocardo). Atualmente, porém, à vista de texto expresso de lei estabelecendo as condições de admissibilidade dos embargos, não mais se justifica a dúvida. Se já era

êrro levantar a questão de matéria nova, na velha sistemática do processo; fazê-lo hoje em dia constitue redobrado êrro, êrro grosseiro. Basta não ser unânime a decisão final do Tribunal, para que se tornem admissíveis os embargos, envolvam êles matéria velha, ou tragam matéria nova.

10.º O processo do recurso de embargos, perante o Tribunal de Justiça Militar de nosso Estado, tem o seguinte curso:

(a) — logo que receba os embargos, o Secretário do Tribunal os juntará por termo aos autos, fazendo-os em seguida, conclusos ao relator (art. 80 do Reg. Int.), o qual poderá deixar de recebê-los, por estar já esgotado o prazo, por não se tratar de decisão final ou por qualquer outro motivo de direito (art. 81, § 3.º);

(b) — recebidos os embargos pelo relator, correrá sucessivamente o prazo de cinco dias para a contradita e sustentação (art. 81, caput); (b) — opostos pelo Procurador os embargos, dêles e do acórdão embargado serão enviadas cópias ao auditor, a fim de que mande dar ciência à parte, por seu advogado ou procurador, para contestá-los no prazo acima, findo o qual, serão as cópias devolvidas, sem demora, à Secretaria do Tribunal com a contestação ou sem ela; (b) — a sustentação dos embargos opostos pelo acusado será oferecida, na Secretaria, independentemente de ciência ou intimação (§§ 1.º e 2.º, do art. 81, respectivamente);

(c) — do despacho do relator não recebendo os embargos, poderá a parte afetada pelo gravame do despacho, agravar, dentro de cinco dias, a contar da ciência ou intimação,

rêquerendo ao relator que apresente o feito em mesa; (c) — na primeira sessão subsequente à interposição do agravo, será êle relatado e julgado mediante processo verbal, podendo o agravante, por si ou por procurador, sustentar oralmente, após o relatório e durante quinze minutos, as razões do agravo (art. 82 e seus §§);

(d) — o prazo para interposição do recurso de embargos de decisão final do Tribunal, é de dez dias, contados da data da intimação ou ciência das partes (art. 312 do Código de Justiça Militar);

(e) — o julgamento dos embargos obedecerá à mesma marcha do

ju'gamento das apelações. Tem constituido praxe, entretanto, no Tribunal, a adoção de relatório oral.

11.º De modo geral, e verificando o pressuposto legal a que alude o art. 322 do Código, são embargáveis as decisões finais proferidas em grau de apelação. Não são embargáveis os acórdãos proferidos em grau de embargos (cit. art. 322), nem em grau de revisão (art. 330, do Código). Quando se trate de decisão proferida em recurso propriamente dito, só em casos restritos ao nosso ver, podem admitir-se os embargos: quando, por exemplo, o acórdão envolva decisão final, terminativa do feito.

COOPERATIVAS REGIONAIS:

Santa Isabel — Jacareí — Santa Branca — São José dos Campos — Paraibuna — Taubaté — Pindamonhangaba — Roseira — Guaratinguetá — Lorena — Valparaíba — Aguai.

COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS

DO

ESTADO DE SÃO PAULO

Regist. M. A. sob n.º 4 e S.A. sob n.º 47

Escritório e sede central: (Diretoria 9-2658
Rua Dr. Almeida Lima, 523 Fones (S. Comercial .. 9-2659
SÃO PAULO (S. Técnica 9-2681

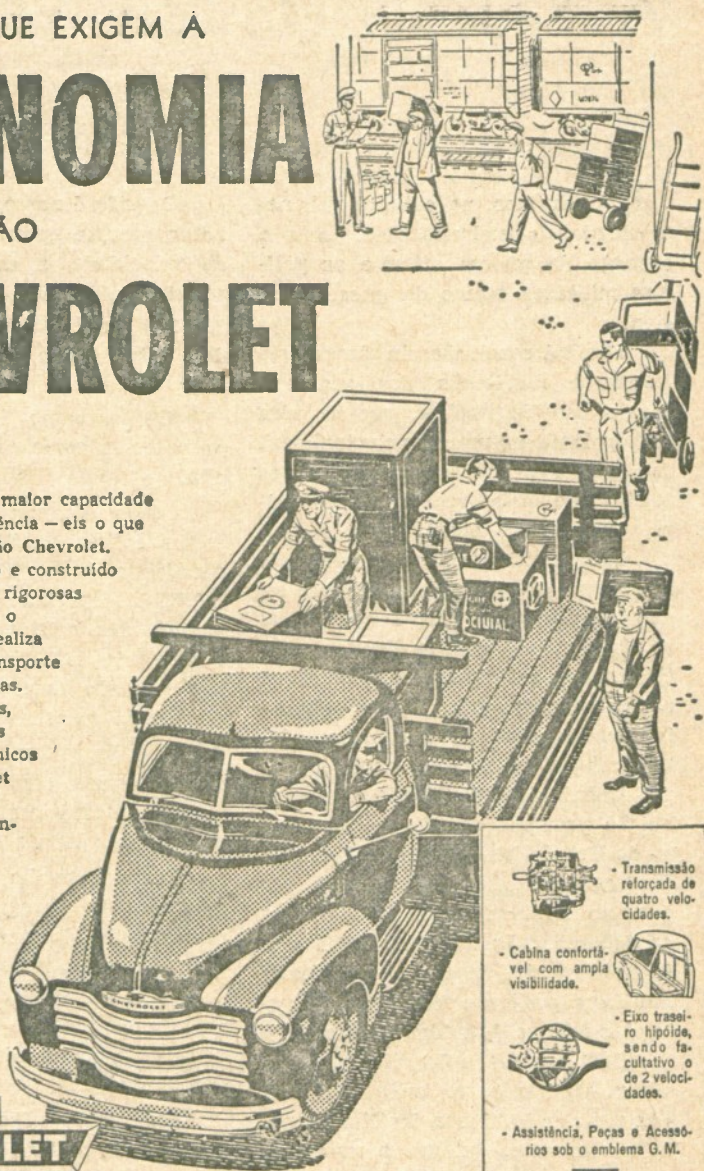
EMPRESAS QUE EXIGEM A

ECONOMIA

DO CAMINHÃO

CHEVROLET

Maior quilometragem, maior capacidade de carga, maior resistência — eis o que lhe oferece o Caminhão Chevrolet. Inteiramente planejado e construído para suportar as mais rigorosas condições de trabalho, o Caminhão Chevrolet realiza economicamente o transporte das mais pesadas cargas. O motor de 6 cilindros, o chassi reforçado e os inúmeros detalhes técnicos do Caminhão Chevrolet reduzem as despesas de manutenção e garantem maior economia.



- Transmissão reforçada de quatro velocidades.

- Cabina confortável com ampla visibilidade.



- Eixo traseiro hipóide, sendo facultativo o de 2 velocidades.

- Assistência, Peças e Acessórios sob o emblema G. M.



PRODUTO DA

GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A.

CONCESSIONÁRIOS EM TODO O PAÍS



A Federalização das PP. MM.

Ten. Cel. José H. Trigueirinho
Segundo de uma Série de Artigos.

Concluimos, no artigo I, pela necessidade do exército ficar com o encargo da guerra ativa e as polícias militares com o da guerra passiva.

E a tal conclusão chegámos pelo estudo e meditação dos acontecimentos político-sociais, que se vêm desenrolando no mundo principalmente após a primeira grande guerra 1914-18, e pela realidade brasileira, que está à nossa vista.

Mas, continuemos, a necessidade imperiosa de definir as atribuições das duas grandes forças não decorre unicamente das realidades político-sociais, externas e internas, a que nos referimos; senão, e principalmente, dos imperativos e supremos interesses da Defesa Nacional.

E a Defesa Nacional é da atribuição precípua das forças armadas — do Estado Maior Geral e Conselho de Segurança Nacional; razão por que, no meu entender, o problema da federalização das PP. MM. não é, unicamente, tarefa das Polícias Militares, porém, e fundamentalmente, das Forças Armadas Nacionais.

Bem por isso, a Constituição Brasileira vigorante, no artigo 183, diz «As polícias Militares, instituídas para a segurança interna e manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército».

O grifo é nosso, para revelar ao leitor, sempre apressado neste século de velocidade, a dupla missão das polícias militares:

1.º) manter a segurança e a ordem interna nos Estados e Territórios;

2.º) e, como forças auxiliares, preparar-se como reservas do Exército.

Tendo em conta a situação de «como forças auxiliares, são consideradas reservas do Exército», as PP. MM. deveriam organizar-se nos moldes das unidades de infantaria e cavalaria do Exército, como reservas que são d'ele, sujeitas aos encargos da mobilização.

E então teríamos, hoje, unidades dessas armas com vários tipos de armas automáticas e até canhões, bem como bazucas, mosquetões, etc.

Sucedee, porém, que essas armas não são as apropriadas para a manutenção da ordem interna em contacto com o povo cujos problemas de ordem não são problemas de guerra; d'onde concluir-se que não podemos seguir, à risca, a organização do exército.

Mas, no quadro geral da organização da defesa nacional, temos como qualquer cidadão, deveres sagrados para com o Brasil, deveres que não estão bem claros, e sim vagos, no artigo 183 citado.

Por isso, veio a Lei Federal 192 já anacrônica para os dias que correm, pois é anterior à última guerra, cujos ensinamentos servem de base ao nosso raciocínio.

Urge, portanto, que nova lei seja baixada, mais clara e completa que a referida 192-36; lei que estabeleça de modo objetivo, a missão das PP. MM. no quadro da Defesa Nacional, como força auxiliar e reserva do Exército.

E essa missão terá de ser a da defesa passiva, mais concorde com a realidade brasileira, conforme evidenciamos no artigo I.

Nessas condições a lei prescreverá: a organização das unidades da defesa passiva, sua instrução, seu armamento, a maneira de organizar, instruir e dirigir a população, tendo em conta, simultaneamente, as necessidades da manutenção da ordem e segurança internas (policciamento).

E' óbvio que algumas unidades poderiam ser organizadas similares às do Exército, para ações carecentes de maior força e violência, bem como para atender aos planos de mobilização nacional em consonância com as necessidades dos prováveis teatros de operações.

Creio que não é necessário, a esta altura, repisar na questão primordial: definir, de modo claro, a missão das PP. MM. no quadro geral da Defesa Nacional.

Dessa missão decorrerão os outros problemas: organização, arma-

mento, instrução, modo de ação, etc. em, harmonia com as necessidades do policiamento normal, em tempo de paz.

Todos esses problemas são, em suma, questão de Segurança Nacional, do interesse federal como do estadual, das Forças Armadas como das PP. MM., da guerra como da paz; razão por que não pôde e não deve ser tratado unilateralmente, isto é, só pela União ou só pelos Estados, senão por ambos conjuntamente:

1.º) por uma comissão mista de oficiais das Forças Armadas e das PP. MM. e de delegados de polícia, aquêles da designação do Governo Federal e estes dos governos estaduais, para estudo e elaboração do projeto de lei, que deve substituir a 192;

2.º) apreciação pelos governos federal e estaduais, desse ante-projeto, para os prováveis retoques;

3.º) conversão deste em Lei (substitutiva da 192) pelos poderes Legislativo e Executivo federais.

Estabelecida a missão das PP. MM. no quadro da defesa nacional, surge uma consequência lógica: dar aos seus oficiais unidade de doutrina, para execução dessa tarefa.

Esta unidade só poderia ser obtida através de uma ESCOLA CENTRAL DE OFICIAIS DAS POLÍCIAS MILITARES, a ser criada pela nova lei, e cujas vantagens esplanaremos no próximo terceiro artigo.

—:—

PRODUZIR MAIS É VIVER MELHOR

Causas que influenciaram na derrota da Alemanha

— III —

“Opinião do Marechal Kettel”

“Em toda guerra abundam as oportunidades desaproveitadas, e, em verdade, a última guerra foi especialmente rica em alternativas. A guerra foi de tão gigantescas proporções, que nenhum dos adversários podia prever ou exercer domínio sobre todas as eventualidades, possibilidades e ocasiões. Os Aliados, como nós, desperdiçaram muitas oportunidades, porém lograram reabilitar-se de seus erros, enquanto que os nossos nos conduziram à derrota e à capitulação.

Uma das maiores oportunidades desperdiçadas pelo Exército Alemão foi a de El Alamein. Aventurarme-ia dizer que, naquele preciso momento da guerra, estávamos mais próximos da vitória do que qualquer outro das hostilidades. Em tal ocasião, apenas fazia falta um pequeno esforço para chegar a Alexandria e prosseguir até o Canal de Suez e Palestina. Porém, nosso exército não era suficientemente forte nessa região, em virtude da dispersão de nossas forças e, principalmente em consequência de nossa campanha na Rússia. Em lugar de haver atacado a Rússia, podíamos ter estrangulado o Império Britânico fechando o Mediterrâneo. O primeiro passo para esse objetivo devia ter sido a con-

quista dos rochedos de Gibraltar, outra grande oportunidade que não aproveitamos. De fato, haviam se realizado até os últimos preparativos para atacar esta fortaleza. Entre outras operações de adestramento, havíamos efetuado manobras nas montanhas do Jura, na França, para provar a eficácia de nossos canhões S.F.H. 18-105 e S.F.H. 18-150 e morteiros 220, contra a rocha sólida. Franco estava perfeitamente disposto a ceder-nos bases em território espanhol, com a condição de que repetiríamos na Península Ibérica o artil praticado na Grécia, a fim de salvaguardar sua reputação perante a opinião pública mundial. O artil em questão consistia em provocar um desembarque de tropas britânicas nas costas da Espanha ou Portugal, de maneira que o generalíssimo falangista tivesse justificativa para solicitar ajuda a Hitler e abrir as portas dos Pirineus ao «monstro alemão».

Sob essas condições a conquista de Gibraltar teria sido fácil, sem dúvida alguma. A Wehrmacht, a Luftwaffe e a esquadra alemã poderiam ter feito um ataque combinado. Várias horas de bombardeio sobre a fortaleza, com nossa artilharia instalada em Algeciras, um permanente

bombardelo aéreo e um ataque frontal ao norte, pelo exército, haveria eliminado de pronto toda a resistência da fortaleza.

Entretanto, Hitler se absteve de intentar a conquista de Gibraltar; o Führer sabia de memória os episódios das guerras napoleônicas e constatava intimamente que as guerras na Espanha são geralmente longas e custosas. A última hora cancelou o intento por ter de envolver-se em complicações e, além do mais, porque não desejava ver-se comprometido, simultaneamente, em conflitos bélicos em ambas as extremidades do continente europeu.

A última oportunidade que perdemos foi a ofensiva de Von Rundstedt contra Amêres, em 1944. Se houvéssemos ganho essa campanha, teríamos obtido tempo suficiente para pôr completamente em operações nossos aviões de propulsão a jacto e os «super-foguetes».

Esta ofensiva fracassou em virtude de muitos equívocos cometidos pelos ajudantes do Marechal Von Rundstedt, particularmente os do ex-sargento Sepp Dietrich, que tinha sob sua autoridade sete divisões, porém carecia da indispensável competência militar para comandá-las.

Conforme expressei ao começo, os Aliados deixaram também pas-

sar numerosas ocasiões propícias. Alimento a firme convicção de que os Aliados poderiam ter ganho a guerra imediatamente depois de seu início. Se tivesse estado à frente das forças aliadas na França, os alemães não teriam entrado nesse país. A 3 de setembro de 1939 — e os dias subsequentes — foi para nós uma grande surpresa e um mistério incompreensível observar que os Aliados, em vez de iniciarem uma ofensiva em grande escala, limitaram-se a tatear nossas defesas da muralha ocidental. Estou certo de que então dispunham de forças suficientes para atravessar nossas fortificações. Dita ofensiva poderia ter tido por objetivos o Sarre, a Renânia e o passo do Reno. Atingidos rapidamente esses objetivos, Hitler não teria tido outro remédio que retirar forças da frente oriental, o que concorreria para mudar completamente o aspecto da campanha na Polônia. As consequências para a economia e opinião pública do Reich haveriam sido graves.

Pelas razões precedentes, sustento que a vitória e a derrota dependem de um número de circunstâncias imponderáveis. Toda guerra é um azar desde o primeiro até o último dia. Nós nos arriscamos, porém, perdemos».

(Transcrito da «Revista Militar Brasileira».)

— :: —

NOSSOS CLICHÊS SÃO CONFECCIONADOS

— PELA GRAVARTE LTDA. —

A Morte

1.º sgt. Raymundo da Costa Cirne

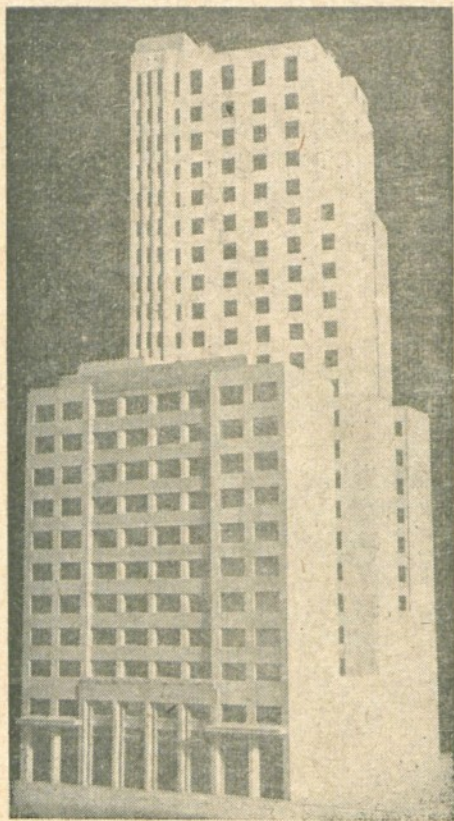
NEGRA visão que, célere, no espaço,
Leva o seu bisturi enferrujado,
Ceifando o vigilante e o descuidado,
Com seu fúnebre e místico compasso.

Jamais cessou o seu tirano braço,
Nem encostou, num canto, o seu cajado;
Sabe tirar de tudo o mor bocado,
Sem sentir, no mister, qualquer cansaço.

Espalha, com horror, sua semente,
Não consegue chorar se uma alma a sente,
Não procura sentir se uma alma chora.

Entim, consciente de fatal cegueira,
Serena, indiferente, justiceira,
Vai renovando a vida, mundo afora!

COMPANHIA NACIONAL DE TECIDOS



Fachada do edifício — sede, em São Paulo

Secção especializada em fornecimentos às Repartições Públicas, a cargo dos srs.

CIRILO ELOY PESSOA DE
BARROS

- e -

WALTER DO AMARAL

— :: —

TELEFONES: } 33-5129
Rede Interna } 33-5120
 } 33-6644

RUA BRIGADEIRO TOBIAS, 700-722

CAIXA POSTAL, 192

END. TELEGR. "TECIDOS"

SÃO PAULO

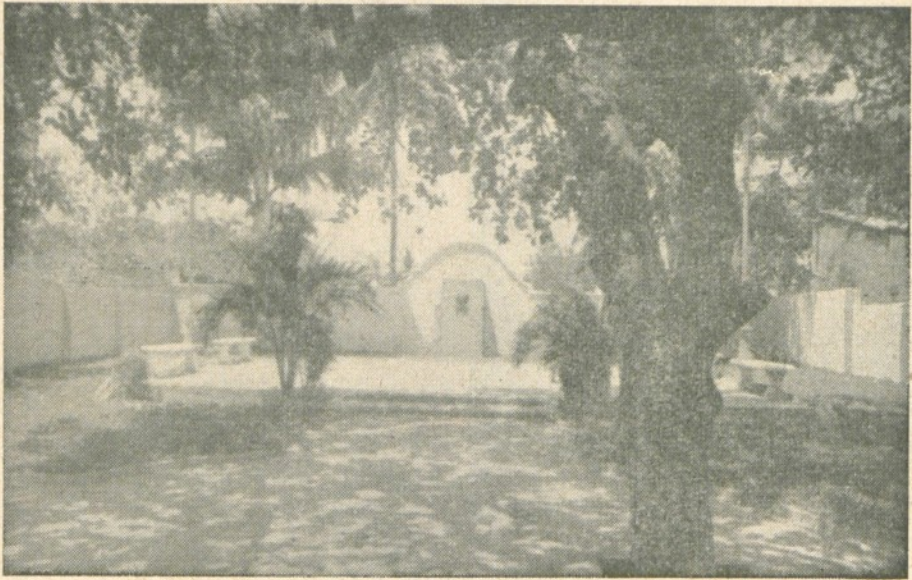
O Cajueiro de

Humberto de Campos

Sgt. Azarias de Oliveira

De Parnaíba, a florescente cidade piauiense, recebi uma fotografia que mãos gentis me enviaram com esta dedicatória: **Eis o cajueiro de Humberto de Campos, plantado nos seus tempos de criança sonhadora, cuja fronda lhe tonificou a memória e cujos frutos simboli-**

Contemplei com emoção a árvore querida do inolvidável escritor patricio, representada nesta foto que numa linguagem inarticulada, fala, saudosamente, de sua juventude florida. Graças ao milagre do pensamento, mergulho nos longes do passado e, do tópo da imaginação, re-



zaram saudades distantes. Hoje é propriedade Municipal. O obelisco ao fundo é um tributo de Parnaíba estudiosa àquele que «tinha todos os atributos para ser um triste, um rústico e um revoltado».

vejo, no quintal, o menino a brincar em redór do tronco de cajueiro, sem perceber que um futuro brilhante o aguardava e que haveria de ser mais tarde, um dos luminares da literatura brasileira. A árvore, regada

com o desvêlo carinhoso de seus donos, crescera forte e vigorosa, para depois distribuir seus frutos como recompensa às generosidades recebidas. O amigo de infância do grande escritor, coberto de flôres, ostentava, nos aúreos tempos, a vaidade de um colegial voluntarioso. Seus ramos estendidos no alto alongavam sombra e, compadecidos, abrigavam os animais da canícula abrasadora. Repleto de virtudes silenciosas, o cajueiro acalentava o idílio amoroso dos passarinhos em multidão. No verde macio de suas fôlhas bailava a alegria dos insetos inofensivos; o sol nas manhãs deliciosas vinha sorver o perfume que saturava a atmosfera impregnada de doce suavidade. Agora, seu aspecto já não é o mesmo. Nas suas feições, uns laivos de nostalgia caracterizam a tristeza do ancião que, meditativo, recorda as grandes alegrias do passado. Sôzinho, ilhado entre muros, exilado enfim, parece acenar com seus galhos enfraquecidos, um adeus às fôlhas arrebatadas pelos ventos que vão brutalmente conduzindo a destinos incertos. Mas a tua sina, oh velho cajueiro, se assemelha à vida dos heróis que não obstante a profundidade dos tempos, jamais serão esquecidos. Se amar a árvore é compreender a vida, Humberto de Campos não esqueceu a verdade de que «nela está impregnada a harmonia do Universo». Por isso, êle, reconhecendo tua bondade, consagrou os méritos na crônica escrita com ardor de seus sentimentos iluminados e que é uma verdadeira demonstração do quanto te estimou. Sim, porque foste no passado os motivos de alegrias à criança que brincou sob a proteção de tuas sombras. Foste o templo

«composto de verdura, de relva, de musgo, de suspiros de avezinhas, de brandas trevas e de ramos agitados».

Cajueiro de Humberto de Campos, quantas tristezas me invadem o coração ao ver-te de longe, mergulhado numa desolação quase amargurada, onde um halo de saudades circundando tua figura majestática, traduz a nostalgia — tudo que ficou dos teus dias cheios de encantamentos. Dias que se abismaram no sorvedouro dos tempos. Hoje no recinto em que estás insulado tudo te falta, menos as recordações que te servem de consôlo à grande mágua da ausência daqueles que te criaram, te amaram e te glorificaram!



UM METRO DE LIVROS

Ten. Mario Wanderley Pimentel

O calmo velhinho confiava a barbicha, como indício do desagrado e da impaciência que lhe iam pelo íntimo, ante a loquaz interlocutora. Procurava refugiar-se numa dobra de esquina porém, fôra visto e inapelávedmente assediado:

— Bons ventos, bons ventos, dr. Sobriedade! Então, sempre firme? Claro, todos sabem que o sr. nunca passa da conta! Em compensação o meu homem... O sr. conhece... Não!? Conhece sim... Quem não conhece o Porretinho! Ah! meu Deus, aquê! maroto! Bem, deixa estar o que está, não é doutor? E a vida, como vai a vida?

— Assim, assim, dna. Conversinha; prestes a deixar o mundo...

— O mundo, que coisa horrível está o mundo doutor! Mas o sr. ainda chega aos cem! Viverá mais uns aninhos neste mundo endiabrado, egoista! Tudo subindo, tudo tão caro. Uns querendo comer os outros, pensando que vivem sôzinhos... Amigos de ontem, como o Farolito, que só tinha uma roupa velha p'ra vestir, pensando que são os tais, olhando p'ros outros com ar complacente, só porque estão por cima, agarrados num bom galho, na doce ilusão de que êste nunca apodreça; os que recebem favor, guardando raiva e prometendo vingarem-se na primeira oportunidade; os lambe-sapatos, intrigando e fazendo média p'ra su-

bir; os safados, que inventam histórias, e contam mentiras, e fazem baixezas para agradar o patrão... Eta mundo ingrato! Dá vontade de matar, de esganar!...

— Não, dna. Conversinha, nada disso; nós é que fazemos o mundo mau. Devemos sempre fazer o bem, mesmo para quem não o merece. A humanidade luta pela sobrevivência. Erradamente, nesta luta, os indivíduos desprezam as classes, abandonam as coletividades, estiolando-se e concorrendo assim, para o próprio aniquilamento. As consciências, dna. Conversinha, as consciências estão sendo afogadas!... Conserve-mos as nossas e sejamos bons. Nada perdemos pois, é certo, algo nos espera mais além...

— Isso mesmo, dr. Sobriedade! Deus nos dará o céu por sermos bonzinhos aqui. Mas a gente também se diverte com o mundo... O sr. conhece dna. Risoleta? É a professora do Juquinha. Ontem ela me falou a respeito de dna. Giandóla. O senhor conhece dna. Giandóla? dna. Giandóla é uma nova rica. Depois de grandes e árduos estudos, sôbre os pomposos bairros da Capital, resolveu fixar residência no aristocrático Jardim América. Procurou grangear novas amizades, condizentes com o «granfinismo» exigido pela condição de senhora da «alta ródada» e passou a preocupar-se com a

mêlhoria do seu aspécto. Suas mãos foram cuidadas por competente manicurista que afilou, limpou e pintou suas unhas virgens de tratamento especializado. Um famoso pedicure, o dr. Farnel, de óculos de aro de tartaruga e maleta de couro de crocodilo, tratou dos seus pés; seus cabelos foram cortados à moda, cuidou da cútis, começou a usar rimél nos cílios, creme no rosto, e uma porção de outros ingredientes destinados a aformosearem as filhas de Eva. Certas ocasiões, ao sofrer essas tiranias, dna. Giandóla tinha pensamentos de revólta: «Fazer a manicure da mão vá lá, porque todo o mundo vê, mas fazer a manicure do pé é bobagem, é jogar dinheiro fora. Essa sociedade obriga a gente a cada uma!...»

O abuso do rimél e do creme valeu-lhe o cognome de «a mulher de olhos rimelados e cara cremosa», com a qual as novas amizades, grandes damas de nascença, a mimosearam. Ela foi infatigável na faina de modernização e atualização do seu «modus vivendi». A nova moradia foi decorada por mestres, distribuiu-se farta tapeçaria por todos os cantos, móveis de estilos diversos foram adquiridos, cortinas multicôres foram penduradas às janelas, formando tudo um conjunto que, indiscutivelmente, bem patenteia o confuso gôsto da proprietária.

Uma vez instalada no Jardim América, dna. Giandóla, exercitando a memória, lembrou-se de que uma dama perfeita, entre outros, cultivava o hábito de boa leitura. Descobriu um regular espaço na sala de estar e resolveu aproveitá-lo; mediu-o e lá se foi, exibindo o Cadillac último tipo, em demanda da cidade.

Ao descer do carro, o motorista, enfiado num imponente uniforme, com túnica de colarinho alto, abriu-lhe a porta, respeitoso e de boné na mão. Entrou na livraria sendo obsequiosamente atendida:

— Madame, ao seu dispôr.

— Oh! — sobressaltou-se com o inesperado madame — eu quero uns livros; quero literatura.

— As ordens, quais os títulos?

— Não tem importância, qualquer um.

Surpreendido, ante a estranha compradora, o rapaz perguntou:

— Quais os autores da sua preferência, minha senhora?

— Ó, qualquer um, eu quero um metro de livros.

O livreiro, agora aturdido, sómente após uma explicação da madame conseguiu atendê-la. Não conformado com o aviltamento da arte, por ser um leitor apaixonado e de bom gôsto, ia resmungando: «Ora Capistrano, livros para encher espaço! Tanta cousa boa e pede um metro qualquer! Meus amigos, meus queridos escritores, novos e antigos mestres, a que ponto chegamos; um metro, ela quer um metro de livros!...».

Em dado momento largo sorriso bordejou seus lábios. Algo aflorara à sua mente, talvez uma idéia compensadora à mágua sentida. Solícito começou a escolher, aqui e ali, nesta e naquela estante. Abria um livro, dava uma vista de olhos, ria satisfeito e o colocava no monte ao lado. Outras vêzes abanava a cabeça, descontente, e devolvia ao lugar de onde fôra tirado o volume que não merecera a sua aprovação. A freguesa estava perdendo a paciência. «Santo Deus! Tanto tempo para

vender um metro de livros! Uff! É horroroso».

— Moço!

— Pronto, madame, aqui está o «metro», demorou um pouquinho mas a senhora vai bem servida.

Algo de malévolo brilhava em seus olhos; vendera, por certo, um lote de livros encalhados nas estantes Sem dúvida, fizera um bom negócio.

Passados alguns dias dna. Giandóla entrou abruptamente no estabelecimento comercial amedrontando o livreiro pois, esquecida da sua nova condição de mulher «chic», a êle se dirigiu furiosa, usando termos de pouca elegância.

— O seu coisa, vem cá!

As côres fugindo, trêmulo, balbuciante, já arrependido da idéia que antes o fizera divertir-se, atendeu-a:

— Sim, madame, ao seu dispôr...

— O senhor não tem vergonha, não tem um pingo de vergonha!?

— Madame...

— Qual madame, nem meia madame, é p'ra todo mundo ouvir!

(Os fregueses e os empregados da casa, surpreendidos e curiosos, acompanhavam o desenrolar da cena. Dna. Giandóla estava possessa, gritando, gesticulando...)

— Uma indecência! Uma porcaria! Quem o senhor pensa que eu sou!? Li um, imundície; li outro, imundície; imundície, história porcas do primeiro ao último!... Piores do que as de papagáio!

— Perdão, deve ter havido engano minha senhora, garanto, eu lhe troco os livros, a senhora não precisará pagar mais nada...

Ouvindo isto, dna. Giandóla, não libertada ainda das misérias do dinheiro contado, vendo a possibilidade de não gastar mais um níquel, — abrandou-se.

— Está bem, acredito, mas agora quero um metro de livros com capas bonitas e sem aquelas indecências.

— Perfeitamente madame. Enquanto a senhora mesma escolhe os de sua preferência eu mandarei um empregado buscar os outros.

Dna. Giandóla emudeceu, pensou refletiu e:

— Não, hoje não. Só pode ser na próxima semana. Estão todos emprestados; emprestei todos à mulher do dr. Chutinho; na outra semana eu troco, ouviu bem! Fica para a outra semana...

E lá se foi tôda ancha, tôda satisfeita, pois resolvera aquêles assunto de u'a maneira galharda e econômica.

— Dna. Convesinha, dna. Conversinha, a senhora é incorrigível, passe bem.

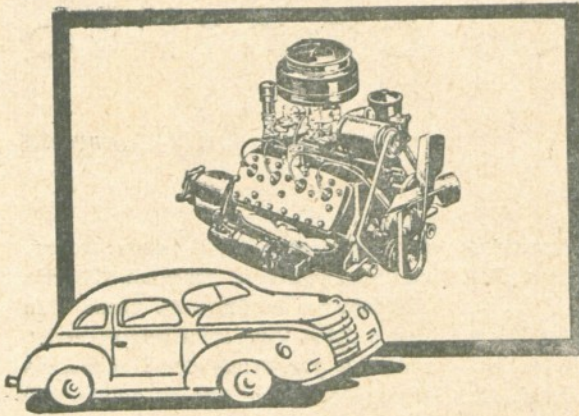
— Mas, dr. Sobriedade, ainda não lhe contei o que dna. Risoleta me falou a respeito de dna. Giandóla!

O velhinho afastou-se tão rápido quanto possível, sentindo no queixo impertinente dorzinha, deixada pelos fios que nervosamente arrancava da barbicha.

E dna. Convesinha? Bem, certamente, dna. Convesinha foi mais adiante, contar a indelicadeza do dr. Sobriedade

—:—

“MAIOR PRODUÇÃO, MENORES PREÇOS MELHORES SALÁRIOS”



Recondicionamento de
motores * Retificação de
cilindros e virabrequins
Retificação de válvulas
e sédes * Colocação
de camisas * Enchimento
e mandrilagem de bielas
e mancais centrais
Motores Recondicionados
para troca * Pistões,
Pinos, Aneis, Camisas,
Mancaes, Juntas para
qualquer tipo de motor.

MARIEN S/A

• INDÚSTRIA E COMÉRCIO •

ALAMEDA CLEVELAND, 509 - TEL. 51-4714 - S. PAULO

Consumir

É um dever de patriotismo.

Produtos

É contribuir para o
desenvolvimento da
nossa produção

Nacionais

É ajudar a libertação
econômica do Brasil.

Eterno conflito

Cap. Felix Morgado

Alguém, de cabelos encanecidos pelo tempo e voz cansada, me disse uma vez:

«Meu amigo. Nunca pretenda ser diferente. Nada há mais suave nem mais confortável que ser igual. Os originais sempre pagam caro pela dissemelhança, que muitos trazem no físico ou no espírito, sem o de-sejar quase sempre.

«Confundir-se no meio da multidão, passar por este ou aquêle — como se fôsse possível ser igual a todos — ser Pedro e Paulo. E viver dentro da sua época. Ah, este é o ponto mais importante. Não precedê-la nem vir depois dela. Seria doloroso, como o é para muitos. A extemporaneidade significa nostalgia, recolhimento, a redução do nosso mundo a nós mesmo, ao que pensamos, que é tão diverso do que se pensa «lá fóra». Ou então, surge um desejo irresistível de escapar do nosso mundo diminuto, de ultrapassar-lhe as fronteiras e invadir o outro mundo incomensurável dos outros. Mas, esse não é o nosso e nos parecerá inóspito, coberto de florestas que receamos penetrar, orlado de penedias que são muralhas naturais e intransponíveis; e as suas estradas não nos conduzem para onde queremos ir, perdem-se em encruzilhadas sem número. Vagaríamos por uma região estranha por completo, cujo clima acabará nos matando, como se a sua atmosfera estivesse saturada de ga-

ses venenosos. Inútil seria tentar, continuaríamos à margem. Jamais acertaremos o ritmo da nossa vida com o deles. Viveremos sempre atrás, nunca a par. Além disso as nossas concepções, sobre isto ou aquilo, lhes parecerão obsoletas, deformadas sob a pátina do tempo. Concepções próprias dum velho, que sobrevivendo à passagem duma geração, ou de duas, sente-se deslocado, que já não assimila — como acontece com o seu metabolismo — que não mais se adapta, que persegue as novas idéias, sem nunca compreendê-las, ou que as repudia, escudado nos argumentos que o saudosismo gera e fortifica.

«É de compadecer, meu amigo. A nossa mentalidade está de há muito formada e é impermeável. Quem o afirma extraiu da própria existência suas conclusões.

«O pior não está aí, contudo. Está naquilo que atinge os princípios morais e ainda os profissionais.

«As leis morais eram antes mais severas e intransigentes. A faixa da moralidade alargou-se e os fora do seu tempo acham-na larga demais não lhe alcançam as margens, sentem-se sem forças, desesperam-se e clamam aos céus. Tudo ofende a sua moral e, horrorizados diante da irreverência em que está mergulhada a Humanidade, situam-se na posição quixotesca dos remanescentes duma época em que as leis eram duras e surdas como o granito e a

conduta humana tolhida por preceitos muitas vèzes ilógicos e de interpretação dúbida. O gênero humano mexia-se vagarosamente e meio asfiziado dentro do nevoeiro turvo e cerrado do convencionalismo. Aí daquele mancebo que surgisse desprovido dos bigodes que caracterizavam o indivíduo respeitável; ou da queela dama que, ao subir o degrau duma escada elevasse as barras plissadas das suas muitas saías, acima da curva dos tornozélos! Hoje u'a mulher de «short», que numa práia recebe a ação benéfica dos raios solares, é algo costumeiro como suportar os martirizantes espartilhos usados nas épocas que se foram.

«Profissionalmente, os homens fora de época não sofrem menos. Sofrem os intelectuais, os técnicos, os militares. Eles que trilharam um caminho carroçável não desculparão nunca a quem atingir a sua meta após vencer etapas sobre estradas asfaltadas. Ao médico que ainda consulta formulários infalíveis a sulfa e a penicilina estão por convencer; ao militar que julga que a infantaria deve andar sempre a pé, porque isso significa um seu apanágio glorioso, ou que a cavalaria se caracteriza pelo uso da lança, as inovações racionais e ditadas pela evolução dos métodos da guerra constituem algo pouco sólido e que não atende a qualquer requisito referente à tradição. Para êsses os infantes ainda são miseráveis andarilhos infatigáveis. Como os cavalarianos devem considerar qualquer batalha como um cavalheiresco torneio, em que existe uma dama por quem pelear, de viseira caída e lança em riste.

«O tempo marcha, essa é uma verdade implacável e evidente em

cada segundo das horas que passam. As idéias, as fórmulas, as concepções sofrem a ação do tempo, como os homens que envelhecem e morrem. Surgem outras idéias, outras fórmulas e novas concepções dirigem o espírito da Humanidade, como novos homens nascem, tornam-se adultos, para morrer mais tarde. Subsistem as idéias de valor transcendental, nos livros, nos tratados, nos códigos e na memória do povo, como se immortalizam alguns homens geniais nos monumentos, nas biografias e no reconhecimento do povo.

«Que seria da Humanidade se as leis fôssem imutáveis e os princípios tivessem um caráter vitalício?

«Se tantos foram queimados vivos, em épocas passadas, por divulgarem novas idéias. Se Galileu foi forçado a negar o Heliocentrismo para fugir à fogueira da Inquisição. Se Pasteur sofreu ataques acérrimos de médicos ilustres ao impôr revolucionadoras verdades no campo da Medicina. Se tantos mártires e paladinos se sacrificaram pela renovação de sistemas, de métodos, de terapêuticas, de fórmulas científicas e de preceitos morais, não é de admirar-se que ainda haja escravagistas após a Abolição, nem escribas na era da mecanografia.

«A reação dos que envelhecem é, portanto, natural e histórica. Não suportam a instabilidade das suas convicções diante dum espírito novo. Refutar o que lhes parecia um axioma é algo sacrílego. Julgarão tudo demasiado e concluído sob o beneplácito eivado da irresponsabilidade dos jovens. Esquecem-se de que já foram moços também e que enfrentaram situação idêntica: cum-

prir a árdua tarefa de remover princípios e fórmulas atingidos pela caducidade.

«É uma situação conseqüente do avanço do tempo. Perdoáveis são, pois, os veementes protestos daqueles que atingiram a senectude. Pelo facto de haver entre eles e as coisas velhas uma grande afinidade apegam-se a estas como se fôsem as últimas armas possíveis para vencer um conflito que termina com a morte.

«O tempo nega-lhes o direito de subsistir e o tempo dá aos jovens a oportunidade de viver.

«Um dia êsses jovens serão velhos também. Sentir-se-ão tal qual êstes, fora de sua época e arrastados na voragem do tempo. O que lhes parecia eterno, o limite máximo da capacidade humana, a sublimação de todos os princípios e leis, estará, quem sabe, tão modificado que êles só terão forças para relembra-los, revoltados ou conformados. Tão sômente.

«O conflito é eterno, meu amigo»

Indústrias Cama Patente - L. LISCIO S. A.

A MAIOR FÁBRICA DE CAMAS DA AMÉRICA DO SUL



GRANDES FORNECEDORES DO EXÉRCITO NACIONAL
POLÍCIAS MILITARES — COLÉGIOS — HOSPITAIS etc.

FÁBRICA E ESCRITÓRIO:

FILIAIS

Rua Rodolfo Miranda, 97

Rio de Janeiro — Recife —
Bahia — Belo Horizonte —
Pôrto Alegre — Maceió —
Fortaleza.

———— São Paulo —————



Settimana ARTE

Morte ao cinema do Brasil

Ortiz Monteiro
Professor do Seminário de
Cinema do Museu de Arte
de São Paulo e Produtor
Cinematográfico.

NUNCA os filmes brasileiros foram tão prestigiados pelo público, que lhe vem dando todos os recordes de bilheteria. Basta examinar a renda de produções mais caracteristicamente nossas, como são "O Comprador de Fazendas", "Tudo Azul" e "Tico-tico no Fubá", para que o leitor, através do testemunho frio dos números, possa ver para que lado pende a preferência do povo, de norte a sul do país.

A média de bilheteria dos filmes americanos exibidos em nossa capital está assentada na casa do meio milhão de cruzeiros por semana, média que desaparece em confronto com a renda de "Tico-tico no Fubá", que alcançou OITOCENTOS MIL CRUZEIROS somente no primeiro dia de exibição em S. Paulo.

Essa preferência do público pelos filmes nacionais, ao mesmo tempo que ajuda a criar um novo e importantíssimo campo de trabalho em nossa Pátria, paradoxalmente aumenta a luta dos cineastas patricios para a consolidação e defesa do cinema do Brasil.

A explicação, nesta altura do amadurecimento cultural do país, é simplíssima. Acontece que certos produtores e distribuidores de filmes estrangeiros não admitem a hipótese de perder ou ver diminuído o mercado cinematográfico brasileiro.

Segundo o discurso do combativo deputado Jaurés Guisard, pronunciado na Assembléia Legislativa do Estado, em 16 de abril último, há uma evasão anual de rendas de DOIS BILHÕES E MEIO DE CRUZEIROS, ou seja, na linguagem antiga, DOIS MILHÕES E MEIO DE CONTOS DE RÊIS, somente para pagamento do aluguel dos filmes de Hollywood!

Com tal importância, que equivale a QUATRO VÊZES A RENDA DA LIGHT no mesmo período de tempo, e que é oriunda de pura exploração comercial, o Brasil poderia construir e equipar 25 (VINTE E CINCO) estúdios cinematográficos, ou produzir 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) filmes de primeira categoria, cada ano, que contariam com as vantagens do idioma nacional, das histórias de nossa gente e da imensa preferência popular, inclusive dos milhões de patricios que não sabem ler.

Tais aspectos, que colocam a nossa Pátria na posição de 3.º (TERCEIRO) mercado de filmes do mundo, vindo logo depois dos EE.UU. e da Inglaterra, com suas colônias de fala inglesa, não podiam deixar de bulir com a cobiça de certos grupos internacionais.

Desencadeou-se, então, uma guerra de morte ao cinema do Brasil. O

primeiro passo foi o MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por determinados exibidores intimamente ligados aos grupos estrangeiros, contra o decreto do Presidente da República que visa a reservar modestíssima parcela do mercado interno para o filme nacional.

Ao mesmo tempo, certos críticos cinematográficos, por sua vez intimamente ligados aos exibidores em questão, desenvolveram ao máximo a sua velha campanha de ridículo contra qualquer esforço dos cineastas brasileiros, exagerando as debilidades de nossos filmes, sem uma palavra de incentivo para os aspectos já positivos das produções do país, cujo progresso é por demais evidente.

Perfeitamente enquadrados dentro desse plano de combate ao cinema nacional, alguns jornais acabam de proclamar, em tom de grande satisfação, a "fragorosa derrota do cinema do Brasil", não tendo dúvidas em afirmar que "o senhor Ministro da Justiça oficiou ao senhor Chefe de Polícia, determinando a suspensão de todas as medidas de proteção ao cinema de nosso País".

Para que o leitor possa ver a que extremos chegam os inimigos do cinema nacional, na sua guerra inglória contra a nossa nova indústria, transcrevemos o texto da carta recebida por Carlos Ortiz, e publicada na *Folha da Manhã* de 29 de maio, a êle remetida por Jaime de Andrade Pinheiro, do Sindicato das Empresas Cinematográficas do Rio de Janeiro, com data de 26 do mesmo mês.

"Mentiu-se, mais uma vez, quando se noticiou que o Supremo Tribunal

teria concedido o mandado de segurança, pondo por terra as leis de proteção ao cinema brasileiro. NÃO É VERDADE. Apenas o Tribunal concedeu a liminar, para decidir em definitivo após receber as informações que solicitou ao Presidente da República. NADA MAIS. Peço-lhe que desminta pela imprensa de São Paulo a falsa versão dos fatos. Mesmo que o Tribunal decida favoravelmente aos exibidores, a decisão aproveitará apenas aos que impetraram o mandado, não a todos".

Como vê o leitor, nesta ofensiva combinada contra o filme brasileiro e contra todos aqueles que vivem da profissão cinematográfica, já não se recua nem diante do terreno escorregadio da falsificação. Para os inimigos do cinema nacional, cujos nomes ficarão tristemente na História do Cinema do Brasil, todos os ardís são bons.

Acontece, porém, que a guerra ao cinema de nossa Pátria foi declarada em momento infeliz para os adversários de tudo quanto é nosso. Nesta altura já existe uma consciência de defesa do cinema do Brasil. O público principia a amadurecer, e prestigia, cada dia mais intensamente, os esforços dos cineastas patrióticos.

Cada filme brasileiro que surge, é uma etapa de maior aprimoramento técnico e de maior critério na escolha das histórias. Cada filme novo que se lança, é mais uma legião de fãs que se passa para o campo do nosso cinema.

Cada película de qualidade que pudermos realizar, de hoje para diante, será, além do mais, uma vitória contra os inimigos do cinema nacional.

Peneiração

Para uma seleção de qualidade

○ Departamento
Cine-Foto de
CASSIO MUNIZ

oferece

2.000 artigos diversos

- câmeras, lentes, equipa-
mentos, tripês, material
de laboratório

critériosamente escolhi-
dos entre a produção
mundial das maiores in-
dústrias de aparelhamen-
to para profissionais e
amadores do cinema e
da fotografia



CASSIO MUNIZ S.A.
Importação e Comércio

Em São Paulo: Praça da República, 302 - esq. Arouche
No Rio: Rua Evrasto da Veiga, 34 e 36 - esq. Sen. Dantas



COMPRAR EM CASSIO MUNIZ
É ASSEGURAR-SE DE UMA COMPRA FELIZ!

BRILHANTEMENTE COMEMORADO

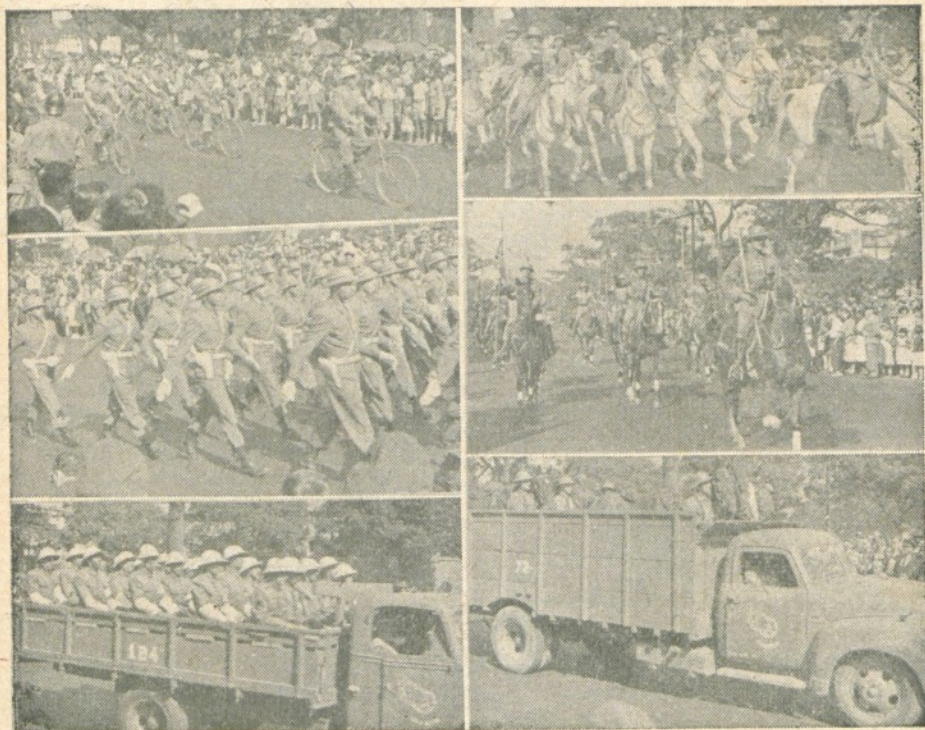
O DIA DE TIRADENTES

DESFILE NA AVENIDA TIRADENTES — PRESENTES O GOVERNADOR GARCEZ E ALTAS AUTORIDADES — NA ESCOLA DE POLÍCIA

Em comemoração ao «Dia das Polícias Cíveis e Militares», realizaram-se, em 21 de abril inúmeras festividades na Capital paulista. A Fôrça Pública de São Paulo, organização que sempre primou

por cultuar as magnas datas cívicas de nossa história, organizou imponente desfile em honra ao «Dia de Tiradentes».

Os soldados da tradicional milícia do Brigadeiro Rafael Tobias



Como se locomove a Fôrça Pública; a pé, a cavalo, em bicicletas e em caminhões (infantaria e cavalaria).



O gov. Lucas Nogueira Garcez, na tribuna oficial. Vêm-se ainda o dep. Asdrubal Cunha, presidente da Assembléa Legislativa; o dr. Armando Arruda Pereira, prefeito da Capital; o dr. Elpidio Reali, secretário da Segurança Pública; e o dr. Canuto Mendes de Almeida, secretário do Governo.

de Aguiar, ostentando vistosos uniformes, característicos de suas Unidades, estenderam-se ao longo da Avenida Tiradentes, aguardando a hora do desfile.

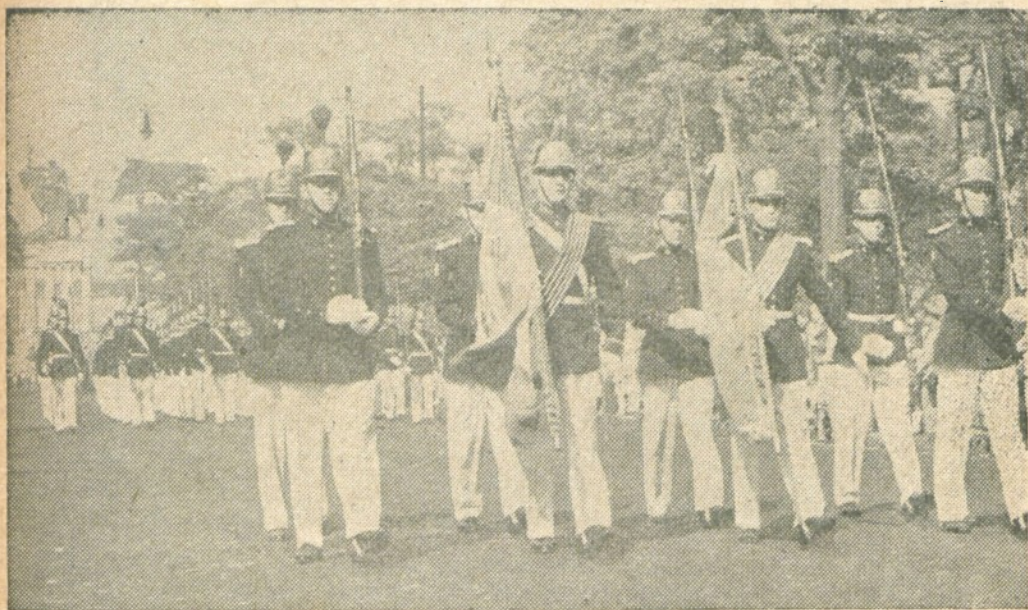
Momentos após, chegava ao palanque oficial, onde se encontravam altas autoridades, civis e militares, o senhor Governador Lucas Nogueira Garcez, acompanhado pelos senhores Secretário da Segurança dr. Elpidio Reali e coronel Euriale de Jesus Zerbini, Comandante Geral da Corporação.

Em seguida deu-se início ao desfile, sob o comando do coronel Cândido Bravo, estando a tropa assim organizada:—

1.º agrupamento — comandante, tenente coronel José Hipólito Trigueirinho. Tropa: Pelotão de Motociclistas, Curso de Formação de Oficiais, Escola de Sargentos e de



O cel. Cândido Bravo, comandante do destacamento que desfilou, em continência às autoridades.



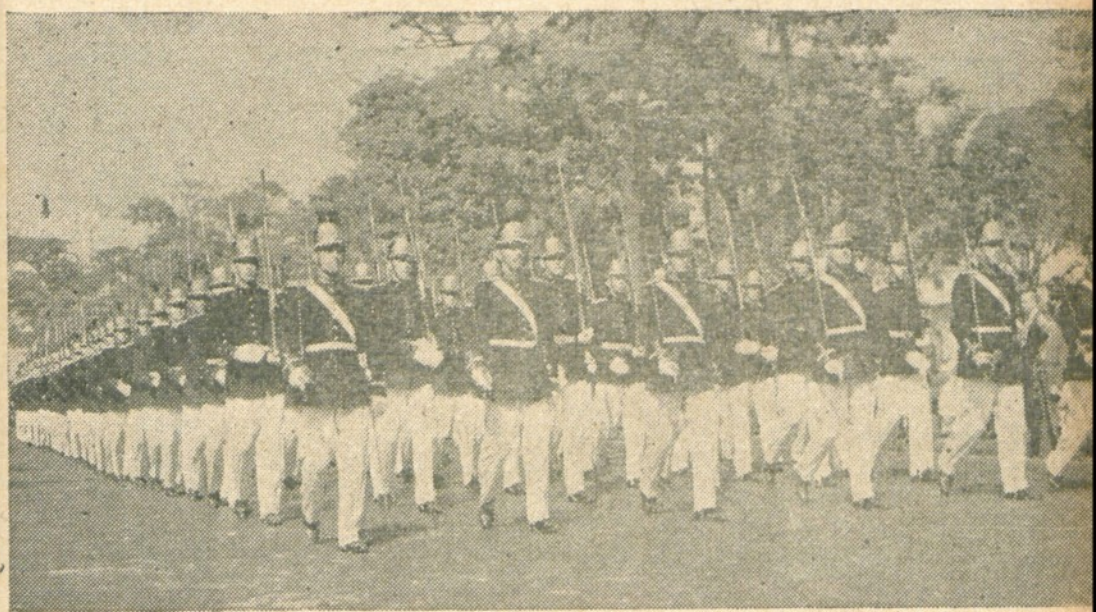
Bandeira Nacional e estandarte do C.F.O.



Passam os paraquedistas...



Batalhão de Guardas.



Curso de Formação de Oficiais.

cabos, Batalhão de Guardas e Batalhão Tobias de Aguiar.

2.º agrupamento — comandante, major José João Batal. Tropa: Delegacia Policial Militar, Núcleo de Para-quedistas, Companhia de Policiamento Florestal, Patrulhas a Cavallo (transportadas) e Serviço de Saúde.

3.º agrupamento — comandante, tenente coronel Zeferino Astolfo de Araújo Filho. Tropa: Batalhão Policial.

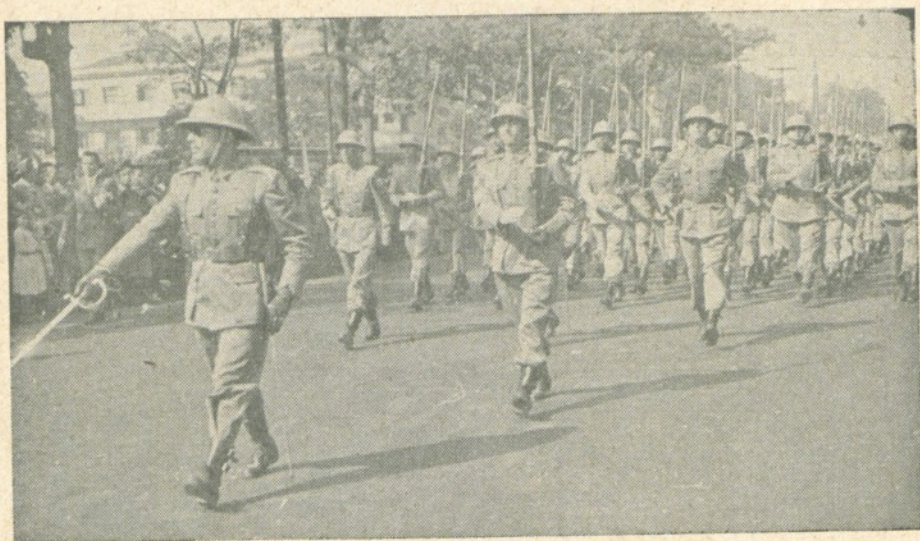
4.º agrupamento — comandante, major Agenor de Almeida Castro. Tropa: Regimento de Cavalaria, com sua banda de clarins à frente montando tradicionais cavalos brancos.

5.º agrupamento — comandante, tenente coronel Augusto Ferreira Machado. Tropa: Corpo de Bombeiros, com seu equipamento constituído de tanques para água, bombas, holofotes, escadas e outros materiais

empregados na extinção de incêndios.

Após ao desfile, realizou-se em cada Unidade a leitura do Boletim Comemorativo em que, a par da exaltação ao heróico procedimento do alferes de milícia Joaquim José da Silva Xavier, deu-se amplo conhecimento das razões que motivaram a escolha de Tiradentes para patrono das Polícias Cíveis e Militares, consubstanciadas nos seguintes considerandos do Decreto-lei-federal 9.208-46:

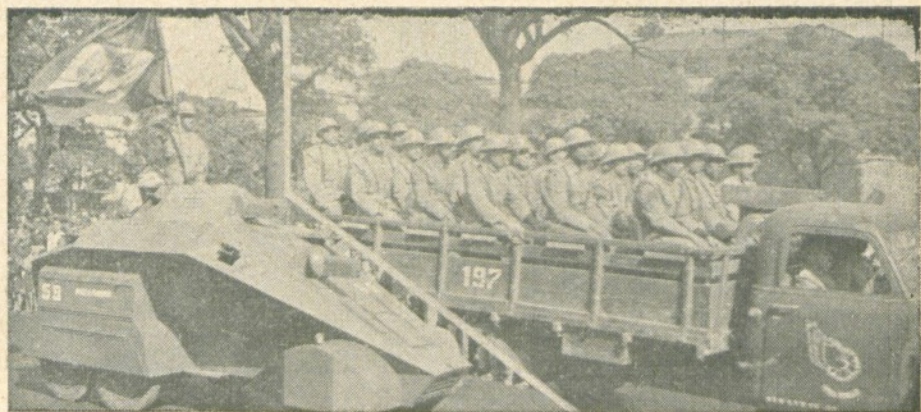
«Considerando que entre os grandes homens da história pátria que mais se empenharam pela manutenção da ordem interna, avulta a figura heróica do Alferes Joaquim da Silva Xavier (Tiradentes) o qual, anteriormente aos acontecimentos que foram base de nossa Independência, prestara à segurança pública, quer na esfera militar, quer na vida civil, patrióticos serviços assinalados



Uma unidade de infantaria.



Polícia escolta, de motociclistas.



Batalhão Policial.

em documentos do tempo e de indubitável autenticidade;

Considerando que a ação do indômito proto-martir da Independência, como soldado da Lei e da Ordem, deve constituir um paradigma para os que hoje exercem funções de defesa da segurança pública, como sejam as polícias civis e militares, às quais incumbe a manutenção da ordem e resguardo das instituições».

NA ESCOLA DE POLÍCIA

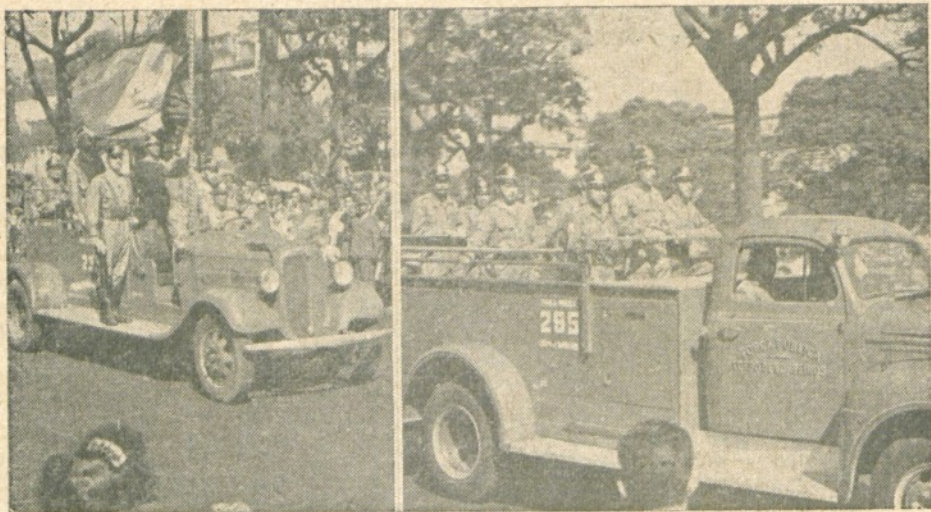
A Escola de Polícia, estabelecimento de ensino, cujo valor, dia a dia, cresce no conceito nacional, não deixou também de festejar a grande data. Fê-lo, entregando à sociedade paulista mais uma luzida turma de guardas-civís, aptos ao desempenho da árdua missão que lhes cabe no seio da coletividade. Formados em frente ao imponente edifi-

cio da Escola, prestaram os guardas civís continência à Bandeira e às altas autoridades civis e militares que compareciam à solenidade organizada para assinalar a magna data das Polícias.

A seguir realizou-se no pátio interno uma missa em ação de graças pelo término do curso, feito pelos componentes da briosa Guarda Civil.

Após uma demonstração de educação física e de ordem unida, o professor Clovis Vitali falou sobre a efeméride, ressaltando-lhe a importância.

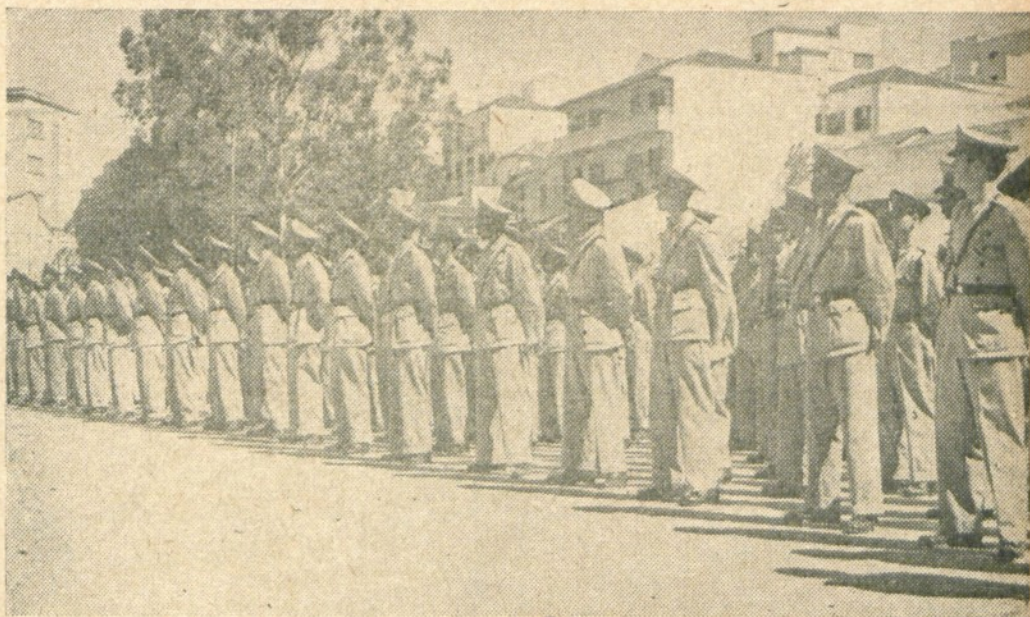
Seguiram-se com a palavra o dr. Walter Faria Pereira de Queiroz, diretor da Escola, o deputado Conceição Santamaria e, finalizando o dr. Elpidio Reali, secretário da Segurança.



Elementos do Corpo de Bombeiros.

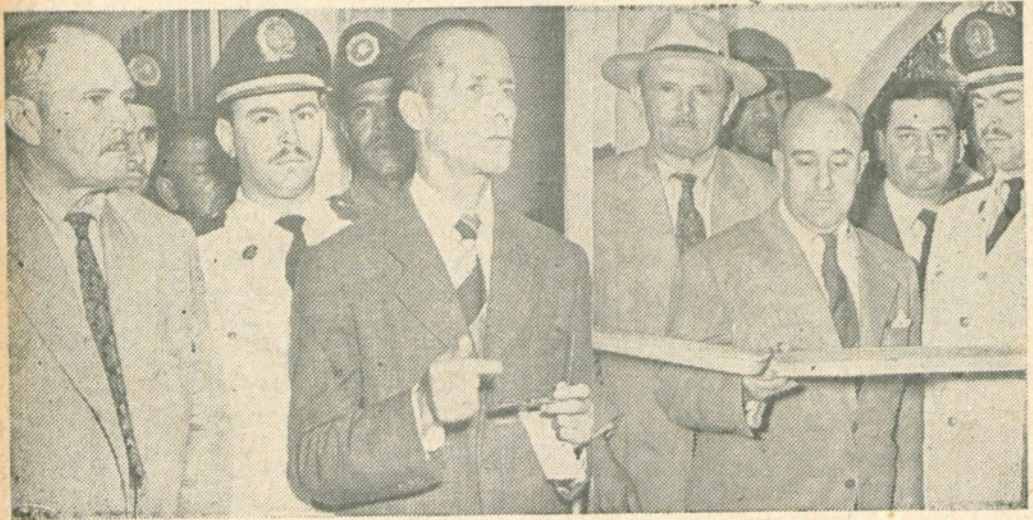


Aspirantes à Guarda Civil preparam-se para demonstrar seu aperfeiçoamento físico.

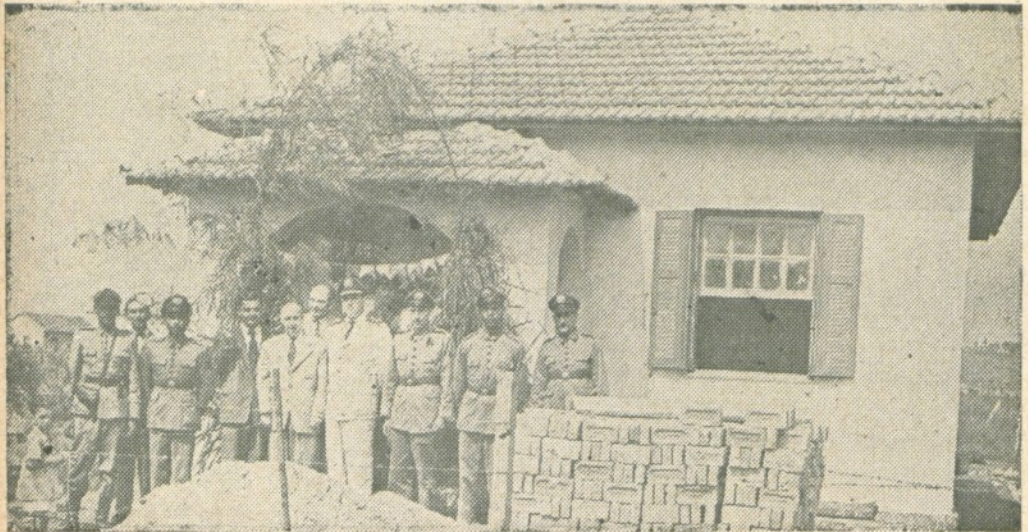


Turma de aspirantes à Guarda Civil, formados pela Escola de Polícia.

A POLÍCIA



Jaçanã



NOS BAIRROS

Continua em execução o programa de melhoramento do serviço policial nos bairros.

Muitas tem sido as delegacias e sub-delegacias ultimamente criadas, no intuito de descentralizar o serviço policial.

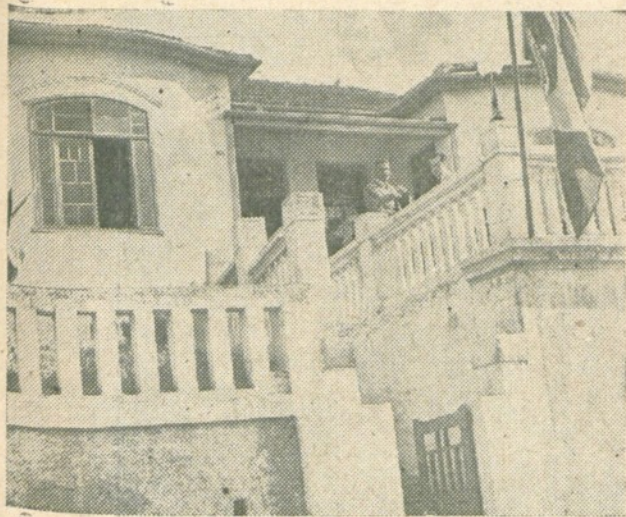
São Paulo abandonou o sistema, de há muito ineficiente, de resolver todos os casos por intermédio da «Central de Polícia». As delegacias, tendo à testa um delegado de carreira, estão habilitadas a tomar conhecimento e solucionar as questões policiais no próprio bairro.



V. Matilde

Subordinadas às muitas delegacias criadas, fundaram-se também inúmeras sub-delegacias.

Os clichês que ilustram esta notícia, gentilmente cedidos por «A Gazeta», patenteiam a atenção que vêm sendo dispensada aos bairros. As fotos foram tomadas quando da instalação da nova Delegacia da Vila Matilde e da ocupação de novo prédio pelo Posto Policial de Jaçanã.



C. F. A.

Reabertura de cursos

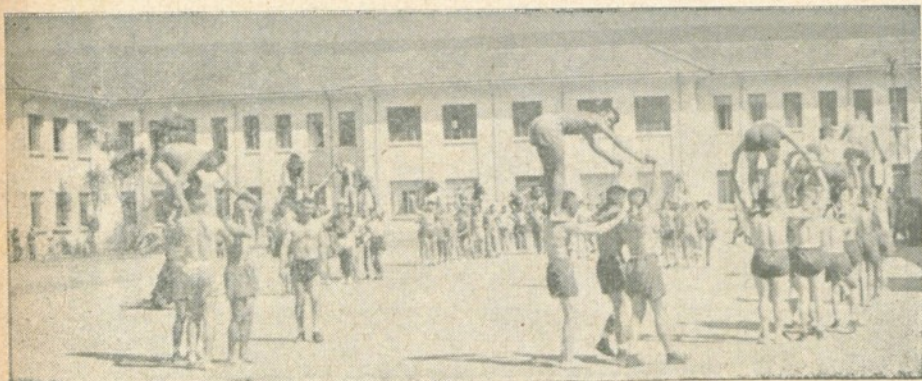
Presentes os srs. dr. Elpídio Reali, Secretário da Segurança Pública, coronéis Euryale de Jesus Zerbini e José Ribamar de Miranda, respectivamente Comandante Geral e Diretor Geral de Instrução da Força Pública, comandantes de corpo, chefes de serviço, diretores

No quartel do C.F.A., cuja fachada se vê na foto superior, os novos alunos-officiais, ainda em traje civil, desfilam para as autoridades (centro). Em baixo, no gabinete do Centro, o sr. Elpídio Reali, palestra com os ceis. Zerbini e Heliodoro ao mesmo tempo que saboreiam um "cafézinho", paulista.





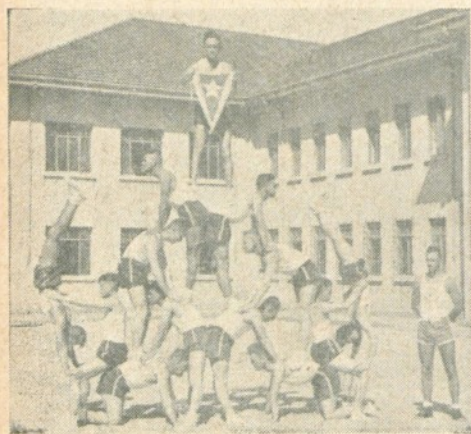
De cima para baixo: o secretário da Seg. Pública e o comando da Fôrça Pública passam em revista a tropa formada; autoridades e visitantes assistem ao desfile, de que damos um detalhe na foto inferior.



Demonstração de educação física.

de Estabelecimento e grande número de oficiais componentes de delegações das unidades sediadas na

Capital, tiveram lugar no Centro de Formação e Aperfeiçoamento, no mês de março último, as solenidades que marcaram o início das atividades escolares daquele estabelecimento de ensino, no presente ano letivo.



Pirâmide.

Altamente significativo para a vida da Corporação, o acontecimento foi amplamente abordado pelo cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques, comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento que, em seu Boletim Especial, mais uma vez apontou o passado da Fôrça Pública como exemplo a ser seguido por todos os novos alunos daquele estabelecimento.

Presente às festividades, «MILITIA» fixou os flagrantes estampados neste número.



..., a língua faz parte da terra. Se queremos defender a nacionalidade, defendendo o solo, é urgente que defendamos também, e antes de tudo, a língua, que se integrou no solo e já é a base da nacionalidade.

Coolho Neto

Entrega de espadins == aos novos alunos-oficiais



O comandante da 4.ª Zona Aérea, faz entrega do espadim simbólico a um dos novos alunos-oficiais.

Como parte do programa de festividades com que o Centro de Formação e Aperfeiçoamento comemorou a passagem do aniversário da «Batalha de Tuiuti», foi levada a efeito, no dia 24 de maio últi-

mo, a entrega de espadins aos novos alunos — oficiais da nossa Força Pública.

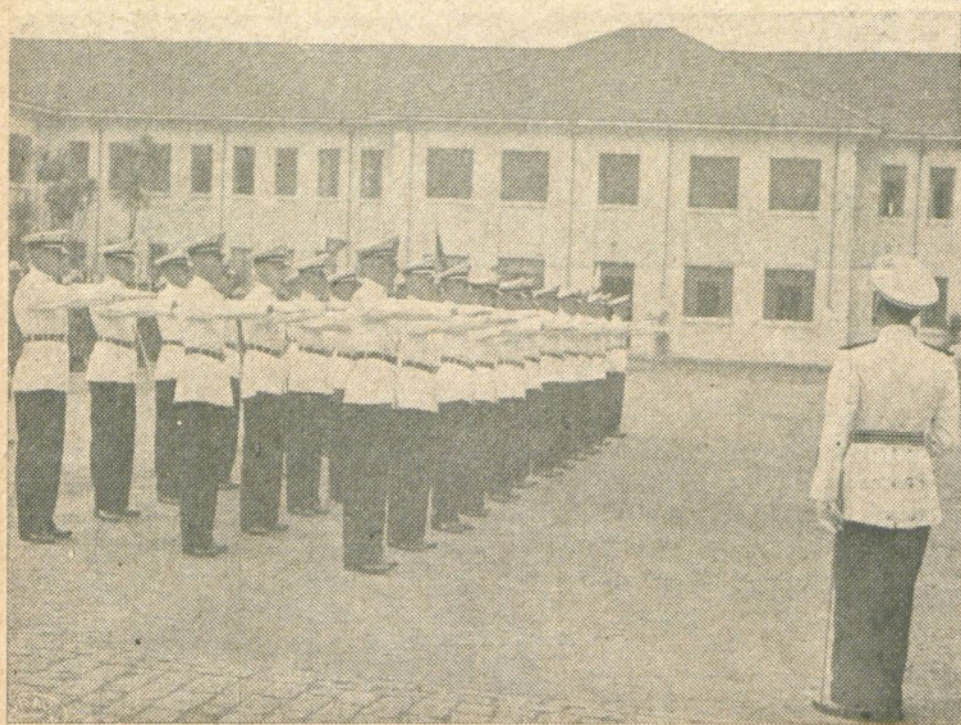
Estiveram presentes àquelas solenidades, que se revestiram do maior brilhantismo, os srs. cel. As-



Agora o comandante da Força Pública também entrega o espadim a um dos seus comandados.

— :: —

Os alunos-oficiais prestam o juramento à Bandeira.





Os alunos-oficiais, após o compromisso, desfilam em continência à Bandeira.

drúbal Eurytisses da Cunha, presidente da Assembléia Legislativa, professor Joaquim Canuto Mendes de Almeida, representando o sr. Governador do Estado, major-brigadeiro Armando de Souza e Melo Arari-gboia, comandante da 4.ª Zona Aé-rea, cel. Milton Cezimbra, repre-sentando o sr. comandante da 2.ª Região Militar, cel. Odilon Aquino de Oliveira, Presidente da T.J.M., cel. Euryale de Jesus Zerbini, coman-

dante geral da Fôrça Pública, vereador Valério Giuli, representando a Camara Municipal, representantes de autoridades civis e militares, comandantes de Corpo, chefes de ser-viço e diretores de estabelecimento da nossa Corporação, delegações de oficiais das unidades sediadas nes-ta Capital e grande número de con-vidados.

Os flagrantes que estampamos neste número bem dizem do brilhan-tismo daquelas festividades.

São Carlos já tem Corpo de Bombeiros

Várias prefeituras já resolveram o importante problema do Corpo de Bombeiros local. Não se compreende mesmo, que cidades populosas e industriais ainda se abstenham de criar seus corpos de bombeiros, sendo, como é certo que, devido à distância, qualquer socorro solicitado ao C.B. da Capital, chegaria sempre atrasado.

No mês de abril, mais uma cidade — São Carlos — assegurou sua tranqüilidade firmando contra-

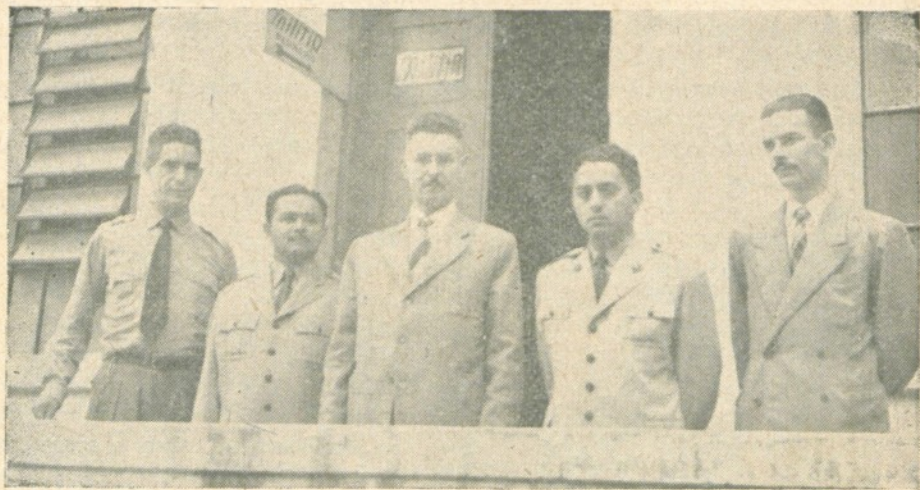
to com a Secretaria da Segurança Pública.

O auspicioso acontecimento foi celebrado com significativas festividades, às quais compareceram o secretário da Segurança Pública, comandante geral da Fôrça Pública, comandante e vários oficiais do Corpo de Bombeiros da Capital, prefeito e autoridades locais, além de inúmeras pessoas da sociedade sancarlense, conforme se verifica no clichê, gentileza de «A Gazeta».



Milicianos Cearenses —

— Em visita a "Militia"



O cap. José Delídio Pereira e o 1.º ten. Antônio Nilson Rodrigues, ambos da PM do Ceará, consoante o que noticiámos em nosso número anterior, estiveram em visita à esta redação, ocasião em que nossa objetiva fixou o aspecto acima, em que se vêem os visitantes tendo ao centro o nosso diretor, cel. Anchieta Torres e ao lado os nossos companheiros cap. Vieira Fonseca e ten. Miguel Sendin.

Sua vista está falhando?



ÓCULOS DE

Lutz Ferrando

DIREITA, 33

SÃO PAULO

Augusto Severo

Mario Severo Maranhão

A 12 de maio de 1.902, ao alvorecer, Augusto Severo morria em Paris, vítima de um terrível desastre quando das experiências definiti-

Batista, na capital da República, em grande mausoléu de artístico aspecto, onde repousam seus restos mortais.



vas do dirigível «Pax», de sua invenção. O Brasil inteiro se interessava pelo problema da navegação aérea e o dia da catástrofe do «Pax» foi de luto. O governo federal providenciou o embalsamamento do corpo e sua condução à Pátria para ser inumado com as honras de exéquias racionais no cemitério de S. João

O cinquentenário dessa data não foi esquecido. Grandes comemorações se realizaram no Rio de Janeiro e em Natal, capital do Rio Grande do Norte, terra de nascimento do aeronauta. O programa levado a efeito no Rio, sob a inspiração do ministro Nero Moura, da Aeronáutica, foi dos mais felizes e evocativos. Teve início com uma cerimônia na necrópole carioca. Com a presença do ministro Nero Moura e dos brigadeiros do ar, políticos, parentes, gente da aviação e gente potiguar quando, juntamente com o ministro colocava uma braçada de flores sobre a lápide do monumento funerário, as cornetas da Aeronáutica cortavam o ar fino daquela manhã de Botafogo com as notas piangentes do toque de silêncio. Ainda sob a emoção do quadro dirigí-me ao Campo dos Afonsos onde as comemorações teriam prosseguimento. Perante a formação da Escola dos Cadetes do Ar, tropa de escol e resplandecente de mocidade, ao som dos hinos francês e brasileiro, ergueram-se no mastro central as bandeiras da França e Brasil e o estandarte arvorado pelo «Pax» nos seus vãos sob o céu da Gália. A seguir o comandante do campo coronel aviador Clovis Travassos fez uma elegante

oração evocativa da efeméride, finda a qual as esquadrihas da base se espalharam pelos ares da terra de Estácio de Sá, deixando cair a reprodução dos boletins que Augusto Severo esperava poder lançar sobre Paris a 12 de maio de 1922: sob as bandeiras cruzadas dos dois países a inscrição «O Brasil saúda a França de bordo do dirigível «Pax». Seguiram-se sessões especiais na Câmara e no Senado onde se fizeram ouvir as vozes autorizadas dos caríssimos amigos deputado Deocleciano Dantas Duarte e senador José Ferreira de Souza, ambos representantes do Rio Grande do Norte. Encerrou-se a série de comemorações uma sessão cívica no Centro Rio Grandense do Norte, sob a presidência de João Café Filho, outra figura dos quadros de minha meninice e hoje elemento de personalíssimo destaque na política nacional e vice-presidente da República.

Além destas manifestações tão confortadoras é preciso lembrar que

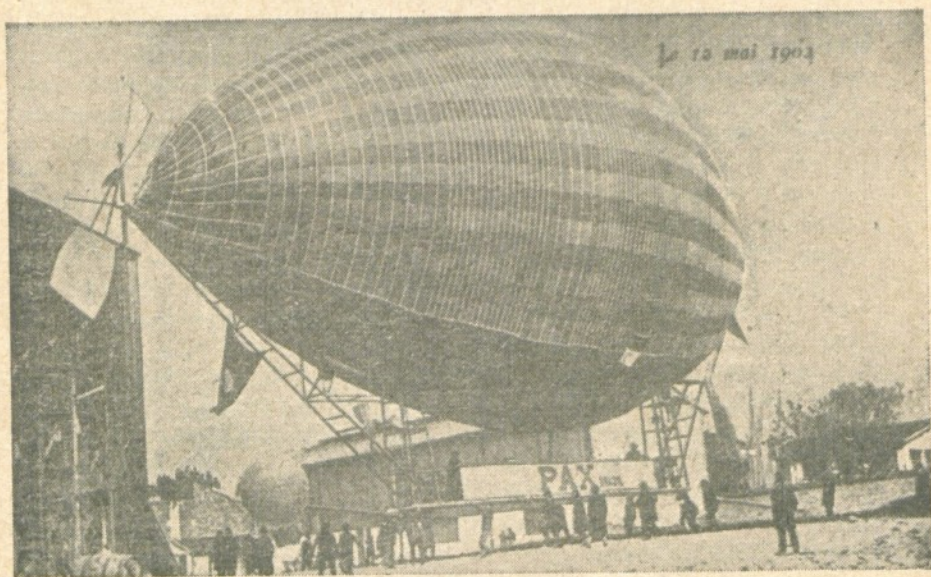
tôda a imprensa, sobretudo no Rio e em São Paulo, dedicou largos espaços de suas edições, relembRANDO o feito, seu autor e a grandeza de sua concepção e propósitos. Américo Neto, jornalista de raros méritos, fêz-se ouvir em interessante palestra na Rádio S. Paulo, sob a inspiração da prestigiosa União Brasileira de Aviadores Cívicos, e, Gaya Gomes, na Rádio América arquitetou uma feliz «radiofonização em tórno da vida e da obra do homenageado.

Bem haja a coletividade que decorrido meio século não esquece aqueles que por ela se sacrificaram levando-lhe uma chama ardente de ideal e geniais concepções no terreno da navegação aérea mais leve do que o ar. Mas quem mereceu do futuro homenagens tão significativas e puras merece ser lembrado nos seus aspectos mais íntimos.

Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, filho do major Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e de D. Feliciano Maria da Silva e

No momento em que "as notas plangentes do toque de silêncio" iam para o ar o dr. Mário Maranhão e o ministro Nero Moura, reverenciam a memória do grande brasileiro





O balão "Pax" prepara-se para a última viagem.

Albuquerque nasceu em Macaíba, à 11 de janeiro de 1864, descendente de uma nobre estirpe de grandes tradições no Rio Grande do Norte, em cuja história, desde a Capitania participou dos mais memoráveis feitos. Criança ainda revelou seu penhor para o problema da navegação aérea sonhando que viria à anular as fronteiras dos povos permitindo o congraçamento da família humana — seu grande ideal.

Aos 12 anos, trabalhando no grande estabelecimento comercial de seu pai, em Guarapes, trapiche particular acima de Natal subindo o curso do Potengi, já fugia das obrigações quotidianas e passava horas na mata onde cevava urubús para observar os segredos da arte de

vôar, segundo me narrou um seu conterrâneo e amigo — o velho Pegado — de ilustre tronco norte rio-grandense, falecido em S. Paulo, cerca de 4 anos, no caminho de Caraguatuba, fiscal que era da construção rodoviária.

Deputado federal em 1892 e reeleito até sua morte, a política não absorveu sua grande preocupação do problema aéreo. Em 1893 contruiu na Escola Militar do Realengo um pequeno balão, o «Bartolomeu de Gusmão» com o qual subiu várias vezes, fazendo evoluções satisfatórias quanto à dirigibilidade e velocidade evidenciando o valor de suas inovações no primeiro dirigível que subiu e manobrou em ceus do Brasil. Em uma das provas sofreu acidente,



Para que esta marca esteja em

BOAS MÃOS

pagamos o que custa o serviço!

O serviço de nossos aviões é levado ao máximo antes de cada vôo, graças aos recursos de que dispomos e à comprovada experiência do nosso pessoal técnico. Para que a milhares e milhares de nossos passageiros seja proporcionado em tôdas as ocasiões o *Confôrto Aerovias*, mantemos uma equipe de homens e de máquinas rigorosamente selecionados.

Recife? Belém?

Sirva-se dos luxuosos

"Skymaster" da

AEROVIAS BRASIL

R. Libero Badaró, 320

Fones: 32-5133 e 34-6000

Encomendas:

Fones: 36-2960 e 36-4302

AEROVIAS BRASIL

PANAM - Casa de Amigos

Chave dos bons caminhos

rebetando-se a barquinha sem maiores danos pessoais para o aeronauta. Posteriormente, intrigas com o governo do Marechal Floriano impediram a continuação das experiências. Não disistiu, porém, Augusto Severo de seus intentos. A custo de sacrificios ingentes, seus e de seus amigos, foi à França onde finalmente construiu o «Pax». No fatídico 12 de maio, data da experiência definitiva apressada pela impertinente crítica dos despeitados, após o «lâchez tut» magnífico que provocou do então chefe da aeronáutica militar francesa um «Ça m' etonne», registrado na imprensa da época, verificou-se a explosão com suas lamentáveis conseqüências. Morreu assim, Augusto Severo, aos 38 anos de idade. Sua obra entretanto foi grande demais para ser esquecida não apenas sob o aspecto idealista mas igualmente pelas concepções de caráter científico tidas hoje como das



Reprodução de um desenho do "Martin", de Paris, no dia da catástrofe.

mais acertadas na campo da navegação aérea pelo mais leve do que o ar.

E T E C L T D A .

Escritório Técnico de Engenharia Civil

Projetos — Construções — Arquitetura

Diretores responsáveis:

Dr. Luiz Pinto Lima
 Dr. Américo M. Vaz
 Dr. Emilio José Reichert
 Ten. Geraldo M. Vaz

Escritório:

Rua Florêncio de Abreu, 36
 5.º andar — Telefones: 52-3353
 e 51-7417
 — SÃO PAULO —

Reminiscências e Saudade

O velho e bravo cel. Pedro Dias de Campos, que deixou sua passagem, pelo Comando da Fôrça, assinalada por uma série de empreendimentos relevantes e meritórios, entre os quais se destaca o da fundação da Cruz Azul, recebeu, há pouco, da França, do cel. Louis Forzinetti, sentida e expressiva carta, da qual, data vênua, publicamos um trecho. Isto fazemos, não só para conhecimento dos «sobreviventes da nossa época», segundo vontade do missivista, mas também para os atuais integrantes da Milícia paulista, como panorama distante de um período áureo na vida da Corporação.

O cel. Forzinetti integrou a Missão Militar Francesa que em 1906 veio ao Brasil e aqui permaneceu até 1913, instruindo a Fôrça Pública.

Eis o trecho da epístola, traduzido para o vernáculo: «O livro do general Rondon me interessará, apaixonadamente, sob o ponto de vista humanístico. Sua obra é gigantesca e me encantará. Antigamente, em nossas cavalgadas, nós conversávamos e vós me explicáveis sua gran-

diosa obra nacional. E' uma felicidade para os brasileiros que êle tenha vivido o suficiente para ver sua admirável obra de humanismo ter êxito, mostrando assim o caminho às novas gerações. Minhas lembranças amigas aos sobreviventes da nossa época, d'antanho, dêsse tempo feliz de doce viver, aos que se lembram ainda de mim, jovens então.

Amei profundamente vossa Pátria. Durante minha estada aí, tenho certeza de que vivi séria e dignamente, de haver trabalhado com fé e atividade com oficiais de elite como vós, com lealdade e devoção absolutas também, com o vosso camarada de nome Pedro Arbues, e com os seus companheiros de arma, dos quais me resta viva lembrança. Saudai, de minha parte, os que sobrevivem ainda, se êles se recordarem de quem tanto amou vossa bela Pátria.

Não sei se nós nos veremos novamente após êste último encontro. Eu nem ousou pensar em 1952. Boa Saúde. Ao velho amigo da mocidade, tôda a minha afeição e acreditai que sempre me entusiasmo com o futuro de vossa jovem Pátria, a terra de Santa Cruz».

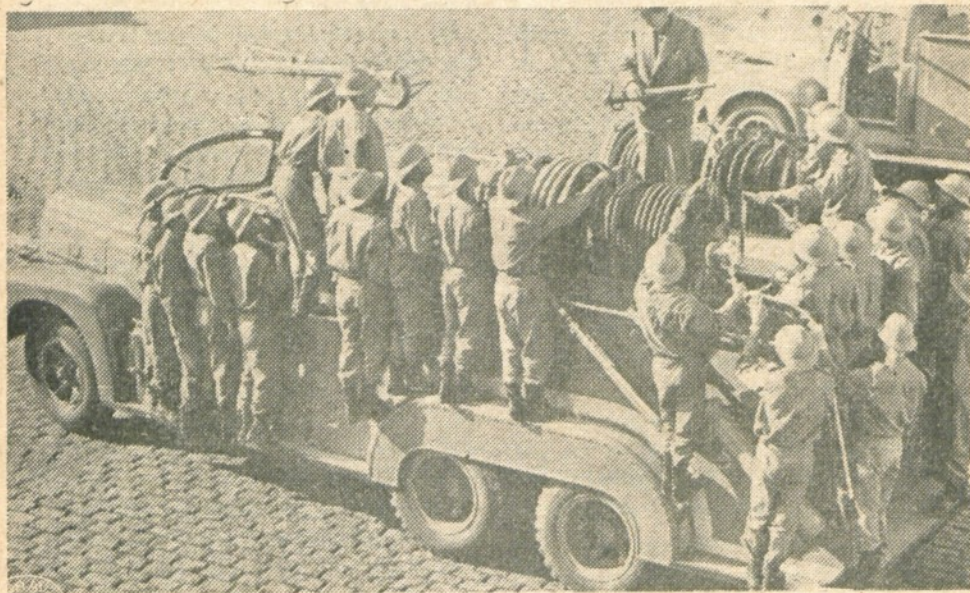
— :: —

ASSIM como a gente não escolhe os seus parentes, mercê de Deus, os nossos foram ilustres, também não escolhe a linguagem que balbucia; e benaventurados os brasileiros porque essa é a ilustre língua portuguêsã. Deu-nos Portugal esta casta e sonora, forte e polida língua portuguêsã, para a honrarmos e acrescentarmos na divulgação do grande povo que havemos de ser.

Ferreira da Rosa

Curso de bombeiros auxiliares

Regulamentação



Acaba de ser aprovado e regulamentado o curso de bombeiros auxiliares que funciona no Corpo de Bombeiros da Capital.

O regulamento em questão é o seguinte:

— «O curso de bombeiros auxiliares funcionará no quartel central do Corpo de Bombeiros e terá por finalidade preparar civis que, onde estiverem e, principalmente junto aos seus locais de trabalho, constituirão elementos imediatos de combate ao fogo, bem como auxiliarão o Corpo de Bombeiros, quando necessário. A matrícula é facultada ao interessado que apresente os seguintes documentos: carteira de traba-

lho ou de identidade, qualquer dêles acompanhado de certificado de idoneidade. Os empregadores poderão matricular, mediante ofício de apresentação até 20 (vinte) de seus empregados ou funcionários, dispensando-se, neste caso, qualquer documento. São condições para a matrícula: a) — ter de 16 a 40 anos. b) — saber ler e escrever. c) — estar em condições físicas e de saúde julgadas normais pelo médico do Corpo de Bombeiros. d) — aceitar o regime de instrução, as exigências do curso e a subordinação e de conduta adotada pelo Corpo de Bombeiros. O curso terá a duração de 60 (sessenta) dias úteis e funciona-

rá somente no período da manhã, em três turnos anuais, sendo: a) — 1.º turno, de março a maio; b) — 2.º turno, de junho a agosto; c) — 3.º turno de setembro a novembro. As matrículas serão efetuadas: a) — de 1 a 12 de fevereiro; b) — de 20 a 31 de maio; c) — de 20 a

30 de agosto, respectivamente para os três turnos. O curso em apreço será inteiramente gratuito e ao aluno aprovado será conferida uma carteira de bombeiro-auxiliar que o identificará para os trabalhos discriminados acima.

Caixa Econômica Federal de São Paulo

— GARANTIDA PELO GOVÉRNO FEDERAL —

Depósitos populares até Cr\$ 100.000,00 a juros de 5% ao ano, capitalizados em 30 de junho e 31 de dezembro.

Empréstimos com garantias de hipotecas, jóias e objetos.

Agências: Brás e Lapa (Capital) e Santos — Campinas — Taubaté — Ribeirão Preto — Baurú — Sorocaba — Santo André — Marília — Ourinhos — Pinhal.

MATRIZ: Praça da Sé, 111 - Enderço Telegráfico: «CAIXAFEDERAL»

NOVA DIRETORIA DO XV DE NOVEMBRO

A 8 de março foi empossada, em sessão solene, a nova diretoria que regerá os destinos do Grémio XV de Dezembro, sociedade recreativa e cultural dos alunos da Escola de Oficiais da Fôrça Pública.

São êstes os responsáveis pelo êxito das atividades do Grémio XV de Dezembro.

Presidente, Hernâni Benedito de Tolosa; Vice-Presidente, Joaquim Aguiar de Carvalho; 1.º Secretário, Neumar Nery; 2.º Secretário, Paulo Wilson Oliveira Bueno; 1.º Tesoureiro, Paulo Ubirajara de Almeida de Oliveira; 2.º Tesoureiro, Nadyr de Souza Teixeira; Bibliotecário Osvaldo Cordeiro; Orador, Biratan Godoy.

Quartel para a _____ _____ 2.^a Cia. Independente

A cidade de São José do Rio Preto, onde está sediada a 2.^a Cia. Independente da Força Pública do Estado de São Paulo, viveu, a 17 de janeiro p. p., momentos de intenso júbilo, por ocasião do lançamento da pedra fundamental, em terreno doado ao Estado pela municipalidade riopretense, do imponente edifício que lhe servirá de sede futura.

Autoridades de destaque da milícia paulista estiveram presentes ao ato. O exmo. sr. cel. Euryale de Jesus Zerbini, Comandante Geral da Força Pública, encabeçou a luzida comitiva que era integrada pelos sr. cel. Ribamar — Diretor Geral de Instrução da Força Pública; tenente cel. Octacilio Vieira — Chefe do Serviço de Engenharia e tenente Feliz Morgado — Ajudante de Ordem de sua excia.

A prefeitura local organizou variado programa que incluiu recepção e homenagens ao ilustre visitante. Eis a sua sùmula:

12,30 hs. — recepção ao sr. Comandante Geral da Força Pública e sua comitiva, pelo sr. Prefeito Municipal, outras autoridades e pessoas de destaque, no Campo de Aviação.

12,40 hs. — visita à Prefeitura Municipal onde o sr. Comandante Geral da Força Pública foi saudado em nome do sr. Prefeito, pelo dr. Olímpio Rodrigues — Procurador do Município.

13,00 hs. — almoço oferecido pela Prefeitura.

14,30 hs. — visita ao Quartel provisório e em seguida um passeio pela cidade.

17,00 hs. — lançamento da pedra fundamental do edifício da 2.^a Cia. Independente. Falou em nome da cidade o dr. Filadelfo Gouveia, Neto, — Prefeito Municipal.

19,00 hs. — jantar no Grande Hotel Ibirá, oferecido ao sr. cel. Euryale de Jesus Zerbini e sua comitiva, pelo seu proprietário.

Comércio e Indústrias Arguiso Ltda.

FORNECEDORES DA FORÇA PÚBLICA,
EXÉRCITO E REPARTIÇÕES PÚBLICAS

Rua Duque de Caxias, 144

Caixa Postal, 4062

Fone 36-2397

End. Teleg. «ARGUIISO»

— SÃO PAULO

Associação de Reformados

— Posse da nova diretoria —



Realizou-se no dia 19 de abril, às 20 horas, em sua sede social, a posse da nova diretoria da Associação dos sargentos, cabos e soldados reformados da Fôrça Pública.

Ao ato compareceram, entre outras autoridades, representantes do governador do Estado e do Comando Geral da Fôrça Pública.

Discursaram, além de outros, o deputado Alfredo Farhat, presidente de honra da associação e o sargento Benedito Soares Saraiva, presidente empossado para o corrente exercício.

Na foto, gentileza de «A Gazeta», o deputado Alfredo Farhat pronunciando seu discurso.

— :: —

PORTUGAL E BRASIL — permiti-me a imagem — são as duas capas de um livro imenso, unidas pela carneira verde do Oceano, contendo em texto, o mesmo poema, que é a Bíblia vernácula dos dois povos, e êsse poema, que ocupa o centro do altar da Raça, não é outro — vós o sabeis — senão os "Luziadas"!

Afrânio Peixoto



DISTRITO FEDERAL

O POLÍCIA MILITAR, ESTE ESQUECIDO

O senador general Onofre Gomes, que já foi comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, falou, ontem, no Senado, sobre a passagem do 143.º aniversário de criação dessa briosa corporação. Fêz o representante do Ceará as mais justas referências a esta milícia, ressaltando «o seu valimento moral e profissional ao mesmo tempo que as suas angústias e as preocupações dos seus servidores humildes, que são seus sargentos, seus cabos e seus soldados». Disse do trabalho estafante dos soldados da Polícia Militar, que são obrigados, não raro, a trabalhar 18 horas diariamente, sem a garantia das 6 horas de folga, porque, muitas vezes, quando vão saindo do quartel, são novamente solicitados a retornar, continuando em serviço «sujeitos à disciplina e legislação militar, su-

bordinados ao Código Militar em grande número de processos a que são levados pelo legítimo exercício da autoridade — disse o senador Onofre — o miliciano percebe a terça parte dos vencimentos do ocupante de cargo equivalente na categoria civil. Sendo assim, a não ser transitóriamente, e para vencer dificuldades momentâneas insuperáveis, ninguém se apresenta para servir nessa corporação».

Continuando, disse o orador que quando comandava aquela milícia, ao ultimar processos de reforma de velhos policiais, verificara, numa proporção que talvez ultrapassasse 90 por cento dos efetivos, a existência de praças isentos de punição e de faltas, o que é um índice expressivo. Disse mais que enquanto um prêso da Penitenciária ou da Detenção tinha para sua alimentação diária, naquela época, 18 cruzeiros, o soldado da Polícia Militar tinha a etapa de Cr\$ 15,50.

Concluindo sua oração, disse o senador Onofre Gomes: — «E' bem possível, sr. presidente, sejamos dentro em breve solicitados para rever a situação realmente angustiada em que se debatem as praças da Polícia Militar, e encerrando esta homenagem àquela briosa Corporação, aproveito a oportunidade para, antecipadamente, pedir ao Senado a maior boa vontade sobre o assunto, quando êste se fizer presente».

Aniversário da Corporação

Sob o dinâmico e vigoroso comando do cel. Niso de Viana Montezuma, a Polícia Militar federal celebrou em maio último, com intenso júbilo, o aniversário de sua

criação, executando interessante programa, organizado para os dias 7 à 13 daquele mês e constituindo a «Semana da Polícia Militar».

Dentre os números do programa, quase todos com ressonância nos meios sociais da Capital da República, pela divulgação da imprensa falada e escrita, revestiu-se de excepcional brilhantismo o jantar de confraternização pública da oficialidade, realizado nos salões do Automóvel Clube do Brasil.

Alí, estiveram presentes, entre os inúmeros convidados, os srs. João Café Filho, vice-presidente da República, Francisco Negrão de Lima, ministro da Justiça, generais Ciro do Espírito Santo Cardoso, ministro da Guerra, Caiado de Castro, chefe da Casa Militar da Presidência da República, Ciro Riopardense de Resende, chefe de Polícia, dr. Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil, senador general Onofre Muniz Gomes de Lima, general Odílio Denys, diretor do Departamento do Pessoal do Exército, ministro Barros Barreto, general Braga Murf, deputados Gama Filho, Benjamim Farah, Ponciano dos Santos, dr. Plínio Travassos, procurador da República e outras autoridades.

No convívio feliz da solenidade, realçado pelo cavalheirismo e distinção dos convidados, fêz-se ouvir, inicialmente, nosso ilustre camarada cel. Peres Barbosa, que dominou tôdas as atenções pela singularidade de sua palavra fácil, incisiva e elegante, pela originalidade da roupagem com que sempre veste a idéia, ornando-a de belos tropos, sem deixar de tocar o pon-

to preciso e apresentar a figura exata.

Magnífico discurso sobre a situação da Polícia Militar de modo particular e no quadro geral do seu emprego na «Manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas».

Dar-lhe-emos publicidade no próximo número.

A seguir, falaram o cel. Montezuma e o ministro Francisco Negrão de Lima, encerrando êste a solenidade com significativo improviso em que reafirmou o alto conceito em que sempre teve a Corporação e a intenção do Governo de reajustá-la para a espinhosa missão que lhe está atribuída.

A oração do cel. Montezuma, é uma importante peça laudatória do princípio da autoridade, mas no sentido lato da expressão, provida de espírito público e sentimento da preservação do bem comum.

Como caso histórico da desintegração de um povo, produzida pelo solapamento dêsse princípio e pela ausência dessas características, destaca o declínio e queda de Roma.

Um dos órgãos da imprensa carioca classificada a oração aludida de «Hino ao Princípio da Autoridade».

Com efeito, não poderia ter denominação mais feliz e acertada, quer pela forma, quer pelo fundo.

Também êsse trabalho será publicado oportunamente.

RIO GRANDE DE SUL

Curso de Motoristas

A vista da grande necessidade de possuir a Brigada Militar um quadro de motoristas para servir às autoridades, serviços e unidades, decidiu o comando da Fôrça a criação do «Curso de Motoristas da Brigada», com funcionamento e supervisão do S.I., baixando mesmo um regulamento para tal fim.

Auxílio ao Clube de Sub-tenentes e Sargentos

Por decreto do sr. governador do Estado, a entidade que congrega os subtenentes e sargentos da co-irmã gaúcha recebeu, como auxílio para o término da construção da sua séde social, a importância de 200 mil cruzeiros. Este foi, sem dúvida, um gesto de grande alcance e alta compreensão dos problemas sociais, por parte de s. excia.

Curso de polícia para sargentos

Este curso, recentemente criado na Brigada Militar, funcionará junto à IV-EM., sob a supervisão do major Manoel de Barros Martins, da P.M. do Distrito Federal. As aulas, iniciadas a 1.º de abril último, vêm sendo ministradas aos sargentos nele matriculados às 2.as., 3.as. 5.as. e 6.as. feiras das 14 às 15 horas.

Visita de cortesia

Estiveram em visita ao Comando da Brigada o ten. cel. do E.B., João Amaro da Silveira, membro da Missão Instrutora da P.M. de Minas Gerais, e antigo diretor da Escola de Educação Física da Brigada.

Oficial da B M na 5.ª Zona Aérea

O 2.º ten. Manoel Jerônimo Marcos foi designado para ministrar instrução de bombeiros junto à 5.ª Zona Aérea, em substituição ao cap. Jarcy Azevedo Queiroz.

Oficial à disposição da Casa Militar

Passou à disposição da Casa Militar o 1.º ten. Atilo Cavalheiro Escobar, a fim de fazer parte da mesma, em face das exigências dos respectivos serviços.

Promoções

Por merecimento: a ten. cel., os majores Wilson Odilon Torres, José Martins, João Pedro de Matteo e Tisiano Felipe de Leoni; a major, os capitães Heitor Lima, Gerson Borges e Afonso Muler Quites; a capitão, os 1.ºs tens. Natalício Gonçalves Sassemiro, Ruy Fonseca, Ari Almeida, Heldah Ramos, Pedro Marcelino Alves de Oliveira e Hercílio Simões Pires; a 1.º ten. os 2.ºs tens. Carlos Ferreira de Azambuja, José Cajal, Anires Pecoits, Martins Francisco de Vasconcelos, Vitor Hugo Martins e Francisco Martins de Souza.

Por antiguidade: a ten. cel., o major Demerval Augusto Pereira de Lima; a major, os capitães Alcebiades Francisco dos Santos e Homero Pereira da Rosa; a capitão, os 1.ºs tens. Wolmi de Missões Bicorny, Renato Moro Ramos, Agrímério José Alves, Ari Lambert, Mauro Pereira Caloy, Gregorio da Silva Nunes, Ovidio Kneipp e Marco Antônio Andrade; a 1.º ten., os 2.ºs tens. Ferruccio Ernani Bauer, Sergio Moni de Oliveira, João Efraim Wagner, Otacilio Barbosa da Silva, Aquiles Gomes da Silva, João Fi-leto Corrêa, Wilson Oliveira Leite,

Heraldo Antônio Faria Cidade e Paulo Mário Canabarro Trois.

Por merecimento intelectual: a 2.º ten. os aspirantes a oficial, Carlos Henrique Kunert, Luiz Iponema, Julio Araujo Rocha, Derly Silva, Cicero Siqueira de Barcellos, Joel Pereira, Ernani Pereira Aquino, Nery da Silva Rosado, Geraldo Coimbra Borges, Ilton Moreira de Souza e João Casanova Filho.

SANTA CATARINA

Elementos da P.M. visitam a Brigada Gaúcha

Uma comitiva de elementos da co-irmã catarinense e integrantes da Liga Barriga Verde de atletismo esteve no Quartel da Brigada Militar Gaúcha, no dia 22 de abril último, em visita de cortesia àquela B.M., chefiados pelo major Maurício Spalding de Souza, da Força Pública de Santa Catarina. Civis e milicianos catarinenses ali foram disputar com a Sogipa (Sociedade Ginástica de Pôrto Alegre).

Recebidos no salão de honra, pelo comandante geral, cel. Venâncio Batista, após o tradicional cafézinho, saíram em visita às dependências do Q.G., S.F., S.M.B. e S.I., demorando-se aqui na visitação das várias secções deste órgão.

Simultaneamente, seguiram para o CIM, em visita de confraternização com os alunos-oficiais sulinos, dois oficiais e três cadetes catarinenses, e ali almoçaram, mantendo estreito contacto com o meio funcional e escolar gaúcho.

No SI, o seu chefe ofereceu um coquetel aos visitantes, ocasião

em que disse da satisfação que tinha em receber a visita de companheiros das forças irmãs, mostrando-lhes tudo quanto produzia aquela oficina de trabalho.

Em nome da delegação catarinense, usou da palavra o major Spalding, que agradeceu, comovido, a carinhosa acolhida que ele e seus companheiros tiveram na Brigada Militar, mostrando-se seriamente impressionado com o desenvolvimento dos seus órgãos provedores, capazes de suprir, satisfatoriamente, as deficiências de meios, comuns e normais às instituições em marcha para o progresso.

Finalmente, falou o cel. Venâncio, saudando os componentes da brilhante comitiva e afirmando que a Brigada Militar estava pronta para receber os camaradas das demais PP.MM., no desejo cada vez maior de estreitar os laços de camaradagem que unem a grande família policial-militar brasileira.

SERGIPE

Nomeado Diretor da Instrução Militar desta Corporação

Posto que foi, à disposição do Governo do Estado, o capitão do E.B. — Antônio Carlos do Nascimento Júnior, vem de ser nomeado, pelo sr. governador, para importante função de Diretor da Instrução Militar desta Polícia, nomeação esta que muito honra a nossa Corporação, pelas virtudes de que é portador o recém-nomeado, incluindo-se a sua capacidade de trabalho e absoluta dedicação à instrução militar.

O oficial em apreço apresentou-se nesta P.M., e, por intermédio de seu comandante, cel. Djenal Tavares Queiroz, foi apresentado ao sr. governador.



O ilustre oficial já se encontra à frente do seu gabinete de trabalho, instalado em uma das dependências do Quartel desta Corporação, elaborando os diversos programas de competência das suas elevadas funções.

Ao ensejo dêsse auspicioso acontecimento, a Polícia Militar congratula-se com o seu Diretor da Ins-

trução e a êle deseja uma feliz estada no seio dos seus velhos companheiros.

Promoções

Por decreto de 8 de abril corrente do Executivo Estadual, foram promovidos os seguintes oficiais e praças: pelo princípio de antiguidade, ao posto de capitão, o 1.º ten. Fausto Alves Feitosa e ao de 1.º ten. o 2.º ten. Vitor Machado dos Santos; pelo princípio de merecimento, ao posto de 1.º ten., o 2.º ten. Manuel Rodrigues Feitosa; ao 2.º ten., os aspirantes a oficial — José Teles do Nascimento e Juvêncio dos Reis; foram declarados aspirantes a oficial, os 1.ºs. sgts. Celso Madureira dos Santos e Manuel Mauricio dos Santos e o 2.º sgt. — José da Silva Teles. Por portaria daquela mesma autoridade, foram ainda promovidos ao posto de subtenente, os 1.ºs. sgts. João Francisco Guimarães Filho e Francisco de Oliveira Rocha.

NOVA BAIXA DE MEDICAMENTOS!

| | |
|---------------------------------------|-------------|
| Dihidro estroptomicina, 1 grama | Cr\$ 12,00 |
| A.C.T.H. 40 miligramas | Cr\$ 160,00 |
| Cortone Merk, 40 comprimidos | Cr\$ 560,00 |
| Cortone Merk injetável | Cr\$ 270,00 |
| Banthine, 100 comprimidos | Cr\$ 200,00 |
| Terramicina, 16 cápsulas | Cr\$ 200,00 |
| Wycillin, 400.000 unidades | Cr\$ 25,00 |

Remetemos pelo reembolso postal — Entregamos a domicílio.
Pedidos e venda, a BIO-MEDICALS LTDA. Rua dos Estudantes, 25
Tel. 36-7915 — Caixa Postal 6350 — São Paulo

NOSSOS REPRESENTANTES

Representam MILITIA no Exterior, nos Estados e Territórios

BOLÍVIA (Cuerpo de Carabineros)

— Dirección General de Policía (La Paz) — cap. Saul Herbas Casanovas.

CHILE (Cuerpo de Carabineros)

— Victoria Subercaseaux, 173 2.º piso (Santiago) — teniente Efraín de la Fuente Gonzáles.

— Prefectura General (Valparaíso) — capitán Franklin Troncoso Bachler.

— IV Zona de Carabineros (Concepción) — capitán Edmundo Perotti Quaglia.

ACRE (Guarda Territorial)

— Q.G. (Rio Branco) — ten. Carlos Martinho Rodrigues Albuquerque.

ALAGOAS (Policia Militar)

— Q.G. (Maceió) — cap. José Cavalcante Maranhão.

AMAPÁ (Divisão de Segurança e Guarda)

— Sede (Macapá) — Raimundo Walter Luz.

AMAZONAS (Policia Militar e Corpo de Bombeiros)

— Q.G. da P.M. (Manaus) — major Luiz Pinheiro de Araujo

BAHIA (Policia Militar)

— Q.G. (Salvador) — cap. Gestsemani G. da Silva.

CEARÁ (Policia Militar)

— B.I. (Fortaleza) — 1.º ten. Antônio Nilson Rodrigues.

DISTRITO FEDERAL (Policia Militar)

— R.C. (Rio de Janeiro, D.F.) — ten. Manoel Apolinário Chaves.

— 6.º B.I. (Rio de Janeiro, D.F.) — cap. Hélio Miranda Quaresma.

— Escola Técnica do E.B. — cel. pe. João Tenei de Camargo e Silva.

— 3.º B.I. (Rio de Janeiro, D.F.) — major Darcy Fontenelle Castro.

ESPÍRITO SANTO (Policia Militar)

— Q.G. (Vitória) — 1.º ten. Alfredo P. Barroca.

GOIÁS (Policia Militar)

— Q.G. (Goiânia) — 2.º ten. Brasil Coury

MARANHAO (Fôrça Policial)

— Q.G. (São Luiz) — major Arlindo Faray.

MATO GROSSO (Policia Militar)

— Q.G. (Cuiabá) — ten. cel. Gonçalo Romão de Figueiredo.

— 2.º B.C. (Campo Grande) — ten. cel. Hermenegildo T. do Nascimento.

PARÁ (Policia Militar)

— Q.G. (Belém) — cap. Mário Barriga Guimarães.

PARAÍBA (Policia Militar)

— Q.G. (João Pessoa) — 1.º ten. Francisco de Assis Veloso.

PARANÁ (Policia Militar)

— Q.G. (Curitiba) — Ten. Hamilton de Oliveira Castro.

— Guarda Noturna (Curitiba) — sr. Floriano José da Costa.

PERNAMBUCO (Policia Militar)

— Q.G. (Recife) — cap. João Rodrigues Pereira.

RIO GRANDE DO SUL (Brigada Militar)

- Q.G. (Porto Alegre) — 2.º ten. Ernani Pereira de Aquino.
- 4.º B.C. (Pelotas) — 2.º ten. Militão da Silva Neto.
- 1.º B.C. (Santa Maria) — ten. Pedro Celeny S. Piress Garcia.
- 2.º R.C. (Livramento) — 2.º ten. Carlos Cravo Rodrigues.
- B.G. (Rio Grande) — 2.º ten. João Matos de Araujo.
- 3.º B.C. (Passo Fundo) — Asp. Armando Chaves Credideu.

SANTA CATARINA (Polícia Militar)

- Q.G. (Florianópolis) — 2.º ten. Maurilo Roberge.

SÃO PAULO (Fôrça Pública)

- Q.G. (Capital) — Cap. Felix B. Morgado.
- C.F.A. (Capital) — 1.º ten. Osvaldo Hildebrand.
- B.G. (Capital) — 2.º ten. Paulo Ribeiro.
- 2.º B.C. (Capita) 1.º ten. Ricardo Gonçalves Garcia.
- R.C. (Capital) — 1.º ten. Plínio Desbrousses Monteiro.
- C.B. (Capital) — 1.º ten. Samuel Rubens Armond
- 3.º B.C. (Ribeirão Preto) cap. Osvaldo Lopes de Brito.
- 1.º B.C. (Capital) — 2.º ten. Rui da Silva Freitas.
- B.P. (Capital) — 1.º ten. Antônio Silva.
- 4.º B.C. (Bauru) — 2.º ten. Alaôr de Souza Campos
- 5.º B.C. (Taubaté) — 1.º ten. Valdemar Indalécio.
- 6.º B.C. (Santos) — 1.º ten. Aldo Campanhã.
- 7.º B.C. (Sorocaba) — ten. Alvaro Parreiras
- 8.º B.C. (Campinas) — 1.º ten. Osvaldo Teixeira Pinto.
- S.M.B. (Capital) — cap. Olívio Franco Marcondes.
- S.E. (Capital) — cap. Augusto de Abreu.
- S.I. (Capital) — cap. Benedito da Silva Matos.
- S.F. (Capital) — 1.º ten. Ari José Mercadante.
- S.Subs. (Capital) — ten. Tiago Vilaverde Prior.
- E.E.F. (Capital) — 1.º ten. Ademar Ferreira.
- S.T.M. (Capital) — 1.º ten. Jalmir Carvalho Costa
- S.S. - H.M. (Capital) — 1.º ten. Irani Paraná do Brasil
- 1.ª Cia Ind. (Mogi das Cruzes) — cap. Fernão Guedes de Souza.
- 2.ª Cia. Ind. (S. Jossé do Rio Preto) — 2.º ten. José Ribeiro de Godof.
- 3.ª Cia. Ind. (Presidente Prudente) — cap. Divo Barsotti
- 4.ª Cia. Ind. (Araraquara) — cap. Antônio Augusto de Souza Filho.
- 1.ª C.I.B. (Santos) — cap. José Limongi França
- Rádio Patrulha (Capital) — sr. Epaminondas Caldas Camargo.

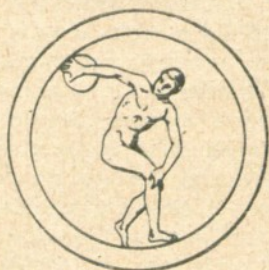
SERGIPE (Polícia Militar)

- Q.G. (Aracaju) — 2.º ten. José Félix da Silva

Além dos supra mencionados, mantemos agentes em tôdas as cidades do interior do Estado de São Paulo.

Aprendizado ou Prática

da Educação Física



Major médico dr. Armando Bergamini
Professor da Escola de Educação Física

O aprendizado da Educação Física é uma especialidade que exige, como qualquer outra, qualidades para compreendê-la, dedicação, para conhecê-la e prazer para praticá-la. Por isso, a Educação Física não se impõe e não se obriga; pela finalidade que almeja e pelo caráter de espontaneidade na sua execução deve encerrar em seus métodos uma orientação que vise despertar interesse e gosto na prática, sem o que fracassará. Para os cursos de Ed. Física devem ser admitidos apenas os que demonstrem pendor e gosto para a mesma, de modo a se obterem instrutores e monitores capazes e à altura de sua importante missão.

Hodiernamente não se concebe a educação do indivíduo sem ter a completá-la a educação do físico.

A Higiene estende cada vez mais seu campo de ação em benefício do homem; no instante em que vivemos os agravos à saúde aumentam assustadoramente a par do crescendo das atividades e do dinamismo humanos. O homem cada vez mais expõe sua saúde na luta pela vida; daí as medidas preventivas

indispensáveis para protegê-lo, tornarem-se mais amplas e eficientes. Já bem velho o ditado: «mais vale prevenir que curar»; por isso, o ideal para a humanidade, o ideal para o homem viver feliz seria evitar tudo que lhe pudesse afetar o organismo e concorrer para a melhoria de sua saúde.

Dentre os meios de que a Higiene lança mão para aprimorar o estado orgânico acha-se a Ed. Física, que é uma parte da Higiene especial.

De que modo poderá, pois, concorrer a Ed. Física para a educação do indivíduo?

A educação integral abrange três aspectos: o físico, o intelectual e o moral. Eles não podem ser considerados separadamente e sim inter-relacionados e seu estudo em conjunto parece-nos lógico, pois, a influência de cada um se faz sentir sobre os outros, donde sua interdependência.

Assim encarado o problema da Ed. Física nos conduz a algumas considerações sobre as relações entre o espírito e o corpo.

A Ed. Física é um vasto e complexo aspecto do amplo problema da educação em geral. A educação para obter sua finalidade mais completa e mais elevada deve desenvolver todos os aspectos da natureza humana; deve guiar a criança durante a infância e a juventude, não sómente para se tornar um cidadão bem equilibrado, um bom pai, um trabalhador inteligente e capaz, mas também deve cultivar seus gostos e adestrar sua inteligência e perícia de modo que possa empregar seus momentos disponíveis em coisas proveitosas para o espírito e para o corpo. A educação, portanto, tem em mira um fim muito prático, visando encaminhar o homem para as atividades que entram em tôdas as modalidades da vida: a utilitária, a social e a estética.



Para essa aspiração elevada, grandiosa e complexa a Ed. Física não permanece à parte; ela concorre ao lado da educação intelectual e moral. Portanto, não são três aspirações independentes, senão uma. Estes três aspectos da educação não são senão parcelas de um só processo. O aspecto físico não se propõe exclusivamente ao desenvolvimento do corpo; seu fim é mais humano. Aspira desenvolver por uma forma de trabalho, em que as atividades práticas sobressaem, os elementos intelectuais e morais, por-

que se no preparo físico entram predominantemente essas atividades práticas, a razão e o caráter lhe são igualmente essenciais. O mesmo se passa com o aspecto intelectual da educação: o físico e o moral fazem parte dêles

A vida não se pode dividir em compartimentos estanques, um chamado físico, outro intelectual e um terceiro moral, e o preparo para a vida será tanto mais deficiente quanto maiores sejam os limites artificiais, para que as ocupações e propósitos da vida escolar se tornem de caráter exclusivamente intelectual ou moral ou físico. Qualquer atividade do homem deve se moldar às condições da vida real tanto da criança como do adulto. A formalidade e a artificialidade são monótonas e estéreis. Sómente as ocupações que se baseiam na natureza, nos sentimentos, nos desejos e nos impulsos humanos terão um lugar permanente na vida e influirão suficientemente na inteligência e no caráter.

A Ed. Física, pois, se é algo mais que um auxiliar meramente formal e artificial da vida, deve se fundar nos desejos e instintos naturais do homem. Assim, os propósitos e atividades pertinentes à Ed. Física, se bem sejam físicos na sua essência e promovam saúde, força e dextreza, devem conter fatores intelectuais, sociais e estéticos. Na França, Montaigne já proclamara a necessidade de não separar a Ed. Física da intelectual; porque «não é uma alma, não é um corpo, o que se trata de formar, e sim um homem».

A dependência recíproca entre as atividades mentais e as corporais constitue a inter-relação da Ed.

Física com os outros aspectos da **Ed.** e, no fundo, é a relação do espírito com o corpo, em que cada um contribue com a sua parte para a vida efetiva.

Temos, de um lado, portanto, a **função do espírito** e de outro a **função do corpo**.

O espírito, pelo trabalho da nossa consciência, tem por função dirigir nossas ações no mundo que nos rodeia. Para isso a inteligência deve formar uma idéia do mundo a mais real e completa; isso ela consegue pelos conhecimentos que obtém e pela luta sem cessar para atingir o fim almejado, sobrepondo-se às dificuldades e esforçando-se para satisfazer às exigências de nossa natureza.

Todos os desejos corporais, intelectuais, sociais, estéticos e religiosos necessitam realizar-se; mas todos eles dependem de algo mais que não está em nós, isto é, da adaptação contínua às pessoas e às coisas que nos cercam.

A função da inteligência é formar uma concepção do bem da vida pela escolha das mais elevadas inclinações e desejos. Os impulsos e desejos criam continuamente conflitos com o bem e aí a inteligência entra em jôgo para escolher o que for melhor e mais racional e sustentá-lo com valor e persistência. O conflito consigo próprio, com o mundo físico e com a sociedade humana é inevitável e a vitória exige qualidades de caráter que se podem resumir na palavra «poder»; poder para sub-meter e para residir. Valor, coragem, intrepidez e resistência necessitam-se para vencer as lutas sociais e pessoais da vida, aliadas ao senti-

mento de confiança em si, da afirmação de si próprio e do respeito a si mesmo.

O espírito, pois, por meio da inteligência e do caráter mantém-se em contacto com o ambiente físico e social e dirige a conduta do indivíduo de modo a lhe assegurar o bem-estar.



Entretanto, a questão se apresenta agora em sabermos de que modo entra o espírito em relação com o mundo exterior para que o conheça e o aproveite, a fim de conseguir sua finalidade humana.

Surge, então, a função do corpo; o corpo é o instrumento pelo qual a consciência se põe em relação com as coisas exteriores. Só através do corpo pode o espírito realizar sua função de conhecer o mundo e adaptá-lo ao bem-estar de todo o sér. Por isso, é com a educação do corpo que se chega a fazer dele um instrumento forte e eficaz a serviço do espírito.

Pensar no corpo como coisa à parte da consciência, educar as atividades do corpo separadamente de suas relações com as atividades mentais é seguir um ponto de vista limitado e falso da educação.

Os antigos gregos já sustentavam que o objetivo da ginástica era

«mais para estimular o aspecto espiritual da natureza do homem do que para adquirir força». Só é possível, portanto, uma concepção verdadeira e compreensiva se considerarmos uma relação inseparável entre as atividades mentais e corporais; a consciência como elemento do organismo que concebe o seu bem-estar inteligentemente e o corpo como instrumento com o qual trabalha a consciência.



Formada, assim, uma concepção do espírito e do corpo com suas mútuas relações podemos, em resumo, definir claramente o objetivo da Educação Física.

Com relação ao corpo a primeira preocupação é de torná-lo forte e vigoroso. Nervos bem equilibrados, coação forte e circulação eficiente, sangue bem oxigenado, pulmões amplos, digestão boa, músculos resistentes à fadiga são fatores essenciais para uma inteligência sã e vigorosa. A inteligência não prescinde de um corpo sã; diz Renato Kehl que «o exercício da inteligência, propriamente dita, requer uma estreita interdependência de todas as faculdades que envolvem os órgãos de percepção e de relação, em suma «o conjunto dos fenômenos de consciência»; a inteligência é um instrumento

complexo, polivalente e de exercício polimorfo quando ao perceber, entender, compreender, conhecer, refletir, discernir, analisar e sintetizar para, num esforço ordenado e final, concluir e ... acertar».

«A inteligência está condicionada a três pontos fundamentais: 1.º a energia básica hereditária, ou base orgânica; 2.º a capacidade de aplicação de natureza constitucional, ou base fisiológica; 3.º a faculdade de discernimento ou juízo concreto ou base psico-crítica».

Se a inteligência depende em parte do maior ou menor desenvolvimento dos fatores intelectivos de várias modalidades, por outro lado o rendimento destes será mais ativo se o estado de saúde orgânico lhes for favorável. Grandes cérebros, homens que poderiam aumentar a produção de suas obras e descobertas deixaram-se aniquilar prematuramente pela saúde precária; jovens de inteligência brilhante com a esperança de serem úteis à pátria e a si próprios definharam pelo desânimo e pela apatia; grande número deles poderia ter-se poupado se recebessem o estímulo orgânico, proporcionado pelos exercícios físicos, como seiva nova a manter-lhe o viço. A saúde, a força a destreza são as virtudes do corpo como instrumento capaz a serviço da inteligência.

Com relação ao espírito podemos afirmar que a consciência, sem dúvida, é o fato que domina os assuntos práticos da vida; necessitamos certas qualidades de inteligência e de caráter para obter êxito. Na atividade prática a forma de inteligência é diferente do que a do estudo teórico. Neste ela deve ser serena e

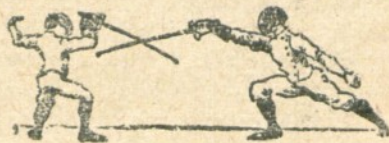
reflexiva tanto numa classe como no gabinete de estudo. Ao contrário no dinamismo e alterações constantes das condições da vida prática não há tempo para a calma e contemplação repousada. Há necessidade de manter alerta a inteligência para aproveitar as oportunidades que, uma vez perdidas, podem nunca mais voltar; perspicácia, sangue frio, raciocínio rápido e ação pronta para tirar o melhor partido, são qualidades imprescindíveis para a vida, que não é senão uma luta ininterrupta contra a natureza e nossos semelhantes. Nesta luta exige-se, sobretudo, a confiança em si mesmo. A independência e a afirmação de si próprio, não admitem facilmente uma derrota. O débil na luta física e humana tem que afastar-se; o êxito é para o forte tanto no caráter como no físico.

Mas não termina aqui a contribuição da Educação Física. A vida não se resume apenas no conflito do físico, do intelecto e da moral contra as condições do meio.

Existe algo que eleva o espírito, que desperta nossos sentidos, que nos satisfaz intimamente e nos transporta a um mundo diferente; é o senso da estética; o senso da beleza que não é um privilégio e sim uma faculdade que nos permite admirar o que é belo, tanto no homem como na arte e na natureza.

Essa faculdade é um apuro da sensibilidade humana que nos torna capazes de apreciar tanto melhor quanto mais nos excitar e agradar os sentidos o objeto em vista. Diz Nietzsche, que o belo e o feio são biológico, tudo quanto é nocivo à raça nos parece feio. Ora, o que é biológico é vida, e vida supõe-se o

que é normal; é a integridade orgânica no seu mais perfeito domínio sobre a vontade. Só podemos, pois, compreender a estética quando, livres de qualquer influência maléfica, estivemos aptos a admirar o belo: a beleza da luz, da cor, do ritmo, da forma.



Podemos criar o belo. A Educação Física é a base da beleza humana; por meio dela apreciamos a beleza do gesto, do movimento, das proporções da forma, de que se aproveita o mais hábil artista para fixá-los na tela ou no mármore. Os gregos e os romanos já exaltavam o valor da beleza do atleta homem ou mulher; e a beleza plástica de um corpo harmonioso dava os mesmos direitos à glória que a vitória das competições.

Assim, a cultura física se propõe de um lado a desenvolver as qualidades estéticas do homem e de outro a permitir-lhe criar o belo dando-lhe o ensejo de se aproximar cada vez mais, da perfeição.

Esse é o objetivo da Educação Física; preparar o homem desde os seus primeiros anos de vida dentro dos aspectos referidos é conseguir elevá-lo a representante fiel de uma raça digna, saudável e civilizada.

Vemos, pois, por estas ligeiras considerações como é vasto o horizonte que abrange a Educação Física.

"TRATADO DE ESGRIMA"

"O autor é reconhecida autoridade no assunto. Desde os bancos da Escola de Oficiais que se dedicava com entusiasmo ao nobre esporte das lâminas. Como aluno da Escola de Educação Física, melhorou consideravelmente sua bagagem de conhecimentos da especialidade, o que lhe valeu ser recrutado para o corpo docente do tradicional Estabelecimento de Ensino, para reger as cadeiras de esgrima dos seus vários cursos. A cátedra dilatou-lhe os amplos horizontes, multiplicou-lhe os grandes conhecimentos esgrimísticos.

"TRATADO DE ESGRIMA" é de cunho eminentemente doutrinário. Encerra um verdadeiro curso de esgrima, com notável senso pedagógico. O autor inicia com as noções primárias e vai aos poucos, em pequenas doses, escalando as altitudes esgrimísticas. A seriação das armas, das lições, a ordenação e a metodologia da obra colocam-na ao alcance de todos. Os iniciantes encontrarão na obra do cap. Adauto um roteiro seguro e acessível. Os medianamente conhecedores da arte tirarão de suas páginas preciosos elementos para ampliação dos seus recursos. Os mestres e os doutos terão horas agradáveis ao folhear os seus capítulos, onde tirarão subsídios para enriquecer os seus conhecimentos.

"TRATADO DE ESGRIMA" vem preencher um claro na bibliografia especializada nacional, bastante escassa, aliás, pois contamos apenas com as obras dos Generais Parga Rodrigues e Valério Falcão, já bastante antigas, a obra do Cap. Delphin Balancier, oficializada na Fôrça Pública, e outros pequenos ensaios. Esse é outro iado que credencia a obra nascente.

"TRATADO DE ESGRIMA", está enriquecido por numerosas gravuras ilustrativas, o que vem aumentar a compreensão dos movimentos.

A obra está despertando a mais viva acolhida nas fileiras da Fôrça Pública, baluarte da difusão do esporte fidalgo em nossa terra, e nos meios especializados de São Paulo, sendo certo que o seu interesse se irradiará por todos os centros esgrimísticos do país. Sem dúyida, o livro do cap. Adauto Fernandes de Andrade está fadado a um grande sucesso. Sobram-lhê méritos para isso" (*).

* Trecho da nota do major Arrisson de Souza Ferraz, fiscal e diretor de ensino da Escola de Educação Física, sôbre o livro do cap. Adauto Fernandes de Andrade.



- * **ABORDA OS ASPECTOS TÉCNICO, PEDAGÓGICO, HISTÓRICO E ORNAMENTAL, PERFEITAMENTE ATUALIZADOS.**
- * **EXCELENTE APRESENTAÇÃO GRÁFICA!**
- * **60 ILUSTRAÇÕES!**
- * **Preço: Cr\$ 50,00 (incluindo o porte registrado).**

Pedidos à Gerência de «MILITIA», mediante remessa em valor declarado, cheque on vale postal.

I Competição das Fôrças Armadas

Tomaram parte Exército, Marinha, Fab, P. M. do Distrito Federal, a Bda. Militar Gaúcha e a F. Pública Paulista.

Reportagem do ten. Bianco Junlor

A 16 de março do corrente ano, concretizou-se a aspiração de antigos desportistas militares, iniciando-se numa confraternização geral, a I Competição das Fôrças Armadas e Auxiliares do País.

tória de suas representações. Projetada dentro do espírito olímpico, ali se defrontariam militares de tôdas as regiões da Pátria, na certeza de concorrer pelo desenvolvimento dos desportos nacionais e para o forta-



Continência dos atletas, participantes da competição.

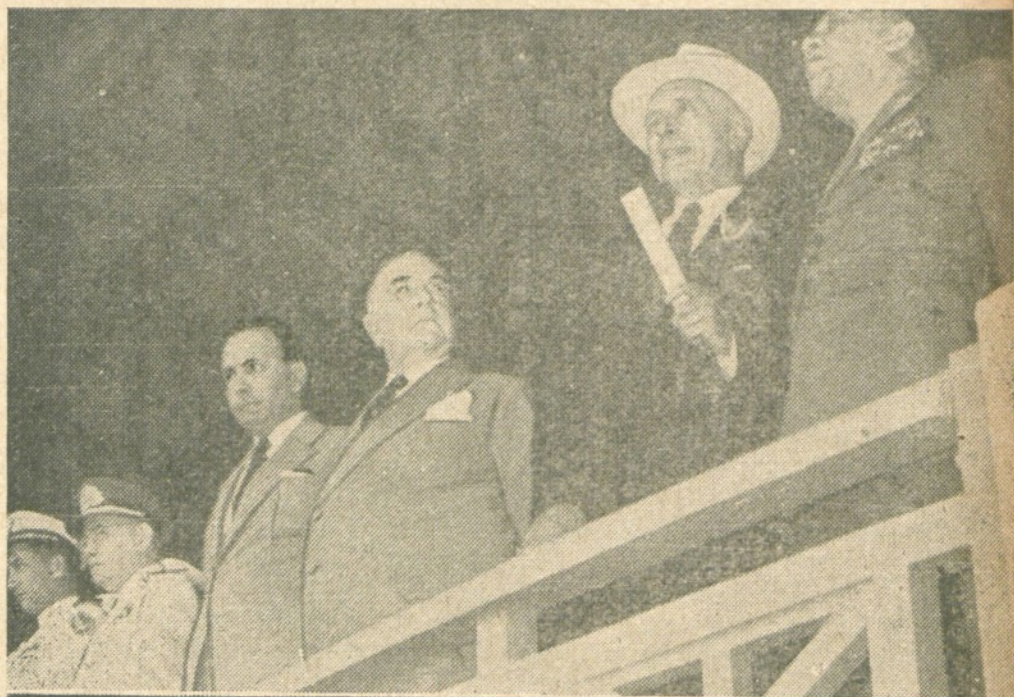
Bandeiras do Brasil, hasteadas nos mastros que rodeiam o simpático campo do Fluminense, apresentavam ao ambiente seletivo um ar patriótico e davam brilho aos que se atiravam nas lides, para a vi-

lecimento da camaradagem entre os que cumprem a missão de servir o país na paz, para a sua defesa na guerra.

As 14.45 horas daquele domingo, enquadram-se as representa-

Na parte superior; o presidente Getúlio Vargas e altas autoridades, assistem a abertura do certame.

Na parte inferior: Desfile dos atletas.



ções, frente à tribuna de honra é na seguinte ordem: banda de música (da Aeronáutica), Comissão Diretora da competição e juizes; Representação da Marinha, Representação do Exército, Representação da Aeronáutica e Representação da Polícia Militar do Distrito Federal, da Fôrça Pública de São Paulo e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Com a presença do exmo. sr. Presidente da República, altas autoridades civis e militares, iniciaram-se às 15,00 horas as solenidades de estilo, com a formatura de tôdas as representações, hasteamento do pavilhão nacional e juramento do atleta participante.

«Declaro aberta a I Competição das Fôrças Armadas»

Com estas palavras, o Ministro da Marinha deu início às festividades programadas para a abertura, seguindo-se: marcha triunfal, executada pela banda de clarins do 1.º Regimento de Cavalaria de Guardas, hasteamento dos símbolos das Fôrças disputantes, içamento

de bandeiras nacionais nos mastros pequenos que circundam o estádio, por praças das diversas representações, acendimento da pira pelo atleta encarregado e uma salva de 21 tiros. Ao toque de sentido, pronunciou-se o juramento seguinte: «Juramos que nos apresentaremos na I Competição das Fôrças Armadas, como concorrentes leais, respeitando os regulamentos e desejosos de participar com espírito cavalheiresco, para bem de nossas representações e para a glória dos desportos nas Fôrças Armadas».

Esta I Competição das Fôrças Armadas, foi promovida pelo Conselho Militar Desportivo das mesmas. Foi a primeira vez que em nosso país se realizou uma competição dêsse estilo, reunindo militares de vários Estados, num conagraçamento feliz e oportuno, numa camaradagem sã, onde almejaram a vitória de suas representações, numa luta franca e leal. Foram realizadas provas de atletismo, jogos de futebol, basquetebol e voleibol, bem

Desfila a Aeronáutica.





Representantes de S. Paulo, vendo-se em pé, ao centro, o ten. cel. Rubens T. Branco, campeão na prova de revólver
(Gentileza de "A GAZETA").

como disputas de esgrima, lutas, tiro, hipismo e natação. Todas as representações militares tiveram vitórias individuais. A Fôrça Pública de São Paulo representou-se condignamente, obtendo as seguintes classificações, nas provas abaixo:

TIRO AO ALVO

Prova para oficiais — Revólver cal. 38
Cal. 38 — mira fixa ou especial
30 tiros a 25 metros
1.º lugar : — Ten. cel. Rubens Teixeira Branco — (F.P.E.S.P.) — 277. pontos

2.º lugar: Ten. cel. Milton G. Silva (B.M.R.G.S.) — 274 pontos

3.º lugar: — Major José Cesar Brandão (Aeronáutica) — 272 pontos

4.º lugar: — Major Hudson Soares de Souza (Exército) — 271 pontos

ATLETISMO

800 metros rasos. — Oficiais

1.º lugar: — Ten. João Bídím — (F.P.E.S.P.) — 2',00 s

3.º lugar: — Asp. Alberto Rodrigues (B.M.R.G.S.) — 2', 6', 4/10

4.º lugar: — Asp. João Requia (B.M.R.G.S.) —

Arremesso de dardo — Oficiais

- 1.º lugar: — Ten. Oto Viana (Aeronáutica) — 47 ms,96
2.º lugar: — Cap. Luiz Maciel Júnior (Aeronáutica) — 44 ms,02
3.º lugar: — Ten. Jorge Pais Leme (F.P.E.S.P.) — 42 ms,31



Chegada do cabo Laudionor Silva, vencedor da prova de 5.000 metros.

- 4.º lugar: — Ten. Múcio de A. Nóbrega (Exército) — 38 ms,50

100 metros rasos — Praças

- 1.º lugar: — Sd. José Teles da Concelção (Aeronáutica) — 10', 8/10

- 2.º lugar: — cabo Diomedes S. Filho (Aeronáutica) — 11 segundos
3.º lugar: — sd. Augusto Cândido (F.P.E.S.P.) — 11 segundos.
4.º lugar: — sd. Aloysio Rodrigues (Exército)

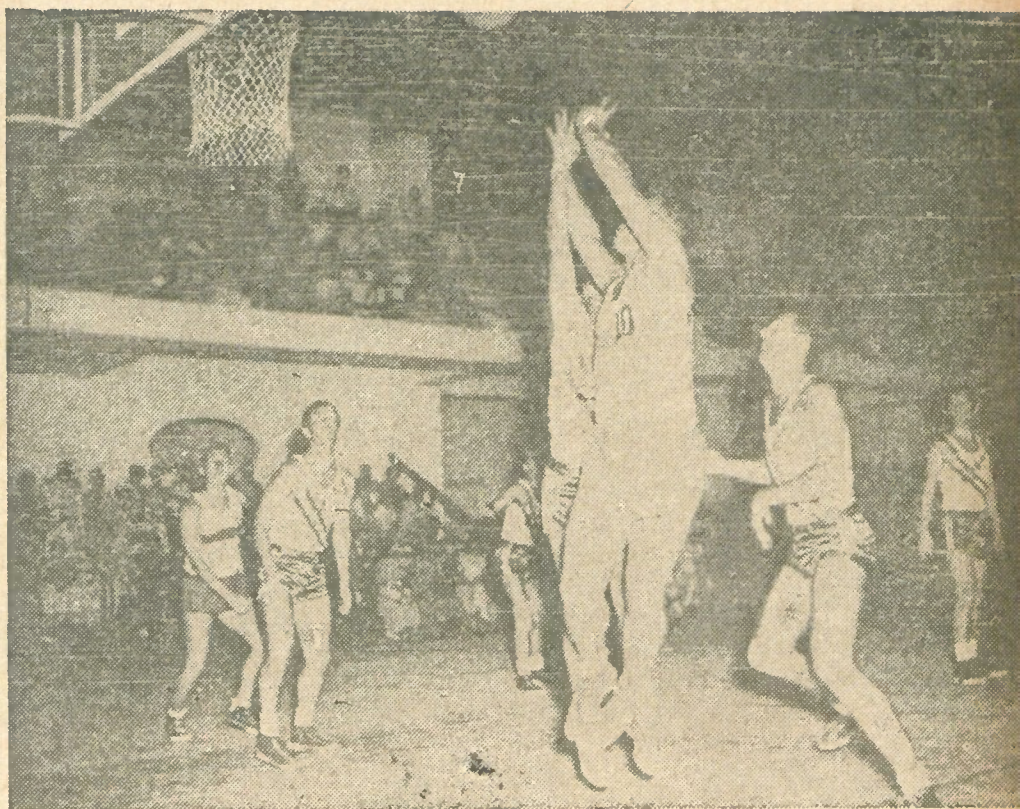
1.500 metros — Praças

- 1.º lugar: — cabo Laudionor da Silva (F.P.E.S.P.) — 4', 4', 8/10
2.º lugar: — sd. Luiz Gonzaga Rodrigues — 4', 5', 1/10
3.º lugar: — sd. Waldemar Caldas Varela (Aeronáutica) — 4', 6', 4/10
4.º lugar: — sd. Hermogenes Lopes (Aeronáutica)

5.000 metros — Praças

- 1.º lugar: — cabo Laudionor da Silva (F.P.E.S.P.) — 16', 11", 4/10
2.º lugar: — sd. Hermogenes Lopes — (Aeronáutica) — 16', 18, 1/10
3.º lugar: — sd. Antônio de Freitas — (Aeronáutica)
4.º lugar: — cabo Joaquim Gonçalves da Silva (P.P.E.S.P.)

Nos outros desportos, sobressaiuse a nossa Força Pública pelo denodo com que se houve e, se não obteve melhores resultados, soube perder com coragem, arrancando aplausos dos que assistiram e parabens dos que venceram. Frente às representações do Exército, Marinha e Aeronáutica, que reúnem grande número de atletas de todo o Brasil, selecionados para os diversos desportos, a nossa milícia tudo fez, dentro de suas possibilidades. Onde foi preciso um participante, ali esteve a Força Pública, envergando um número, adversário leal, lutando com interesse. Não desmereceram, portanto, a sua tradição desportiva, apresen-



Instantâneo do jogo Marinha x Exército

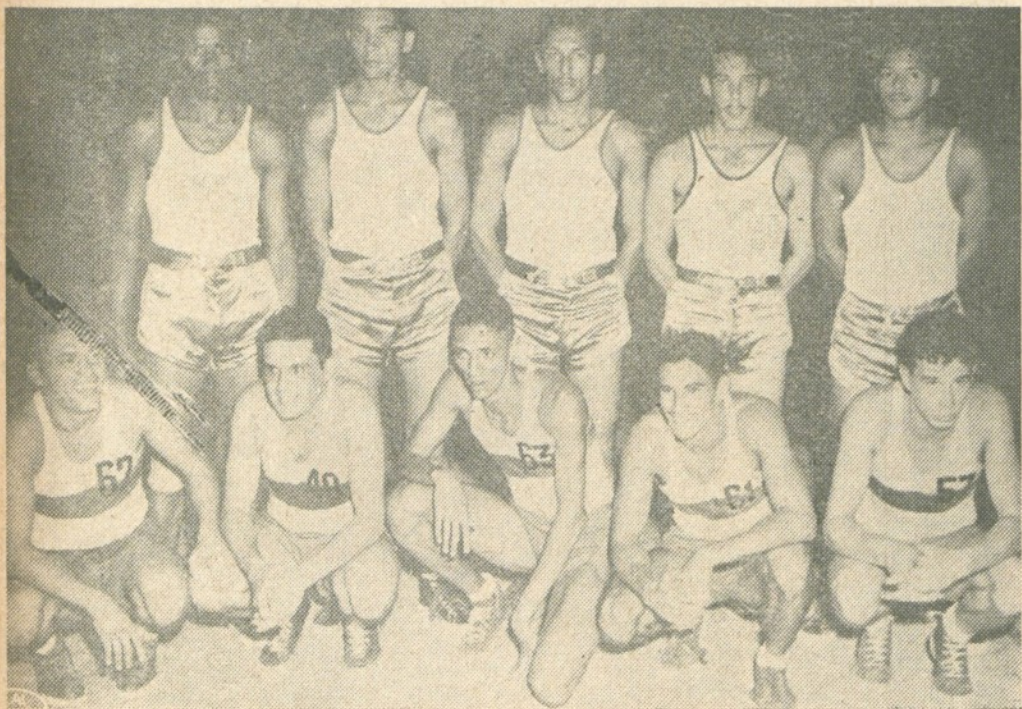
tando-se tènicamente em boa forma.

Nossos adversários foram leais e cavalheiros. Mereceram suas vitórias e nós também os aplaudimos com entusiasmo.

Écos de um almoço de confraternização

Na despedida da I Competição das Fôrças Armadas e Auxillares, a Fôrça Pública de São Paulo e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, unidas pelo mesmo propósito e o reconhecimento profundo pela hos-

pedagem e camaradagem proporcionados pela co-irmã, Policia Militar do Distrito Federal, ofereceram-lhe um almoço, que teve lugar na Sala da Biblioteca do Club Ginástico, situado na Av. Graça Aranha. Compareceram a êsse almoço, representantes de tôdas as Fôrças Armadas. Usou da palavra, inicialmente, o sr. ten. cel. Hipólito Trigueirinho, da delegação de São Paulo, agradecendo à Policia Militar do D.F. a hospedagem tão amiga. Foi uma oração simples e bonita, entremeada de tre-



Em pé: equipe de sargentos da Aeronáutica, campeã de basquete na classe de sargentos.

(Gentileza de "A GAZETA").

chos ricos em sensibilidade. Disse o sr. ten. cel. Trigueirinho: «Não podíamos nós, da Fôrça Pública de São Paulo e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que tanto acabamos de obter de todos vós, queridos camaradas da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e da Polícia Militar do Distrito Federal, deixar de dar-vos um pouco do que possuímos pouco que é muito, porque é tudo o que havemos. Vimos trazer-lhes, neste altar sagrado da refeição, não o prazer material dos festins pagãos da Roma dissoluta do Nero matricida, senão a segurança da nos-

sa gratidão fraterna, da nossa reconhecida amizade por tudo que nos fizestes. Disputámos todos com o coração ardente pela vitória, porém amigo, pelo amor fraterno. A Polícia Militar do Distrito Federal abriu-nos ainda os seus quartéis, dando-nos a certeza de estarmos como em nossa casa. Tudo isso trouxe-nos o grande conforto, e mais que isso — a certeza certa de que a união se solidificou entre nós, nestes dias em que a desintegração malsã ultrapassou as lindes do animado, para atingir os arcânos do inimigo. Na batalha da desintegração contempo-



Equipe da Marinha, campeã de basquete.

rânea, venceu o Brasil, através as disputas, de que acabamos de participar. Está por certo, evidente, o motivo desta reunião em tórno da mesa sagrada: queremos expressar a todos igualmente, o nosso profundo, sincero e imorredoiro reconhecimento, pela certeza que nos propiciastes, de que estamos unidos, pelo Brasil e para o Brasil, pela Pátria e por Deus, para a preservação do nosso patrimônio total».

Falou também, em brilhante improviso, o major Walter Guimarães, digno comandante interino do 4.º B.I. da Polícia Militar do D.F. Fêz uso da palavra, em seguida, o sr. cel. Niso de Viana Montezuma, comandante geral da mesma milícia, congratulando-se com o sucesso da

Competição, referindo-se, num dos trechos, à amizade que o prende à Fôrça Pública de São Paulo e muito especialmente ao seu comandante cel. Euryale de Jesus Zerbini, seu antigo e mui diletto discípulo. Finalmente, falou o sr. coronel Orlando Silva, diretor do Departamento Desportivo do Exército, congratulando-se também pelo esforço e cooperação desenvolvidos por tôdas as representações, criticando acerbamente o profissionalismo do desporto e antevendo o futuro promissor dos desportos militares, que se disputam no campo estrito do amadorismo, sob os impulsos do patriotismo da caserna. Os oradores foram muito ovacionados, terminando-se êste cordial e inolvidável almoço



Competidores da prova de tiro de revólver e juri da F.M.T.A., vendo-se, em pé e à direita, diretor do D.D.E.

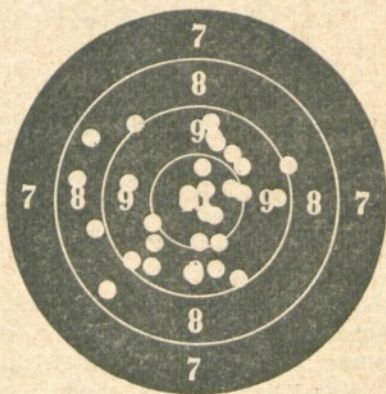
com os abraços fraternos de despedida.

A semana da Competição que poderia ser chamada com acêrto de «A semana da confraternização militar», trouxe ótimos frutos; disseminou a camaradagem já tão estreita entre as Corporações militares e seleccionou uma plêiade de atletas, que poderá perfeitamente representar a nação em qualquer competição militar sul-americana ou mesmo mundial. Grande ardor e combatividade, excelente disciplina e ótimos índices técnicos apresentados. Não é demais repetir que as Fôrças Armadas e Auxiliares, sempre foram celeiro de bons atletas. Aí está a verdade, quando apresentando grandes resultados de provas, verificamos com bastante otimismo o padrão dos

homens, que lutaram por suas representações. Continua até hoje essa fama e a caserna mantém, com verdadeiro entusiasmo, grande número de desportistas, no sentido exato da palavra. Amadores por excelência, disciplinados e conscienciosos, tudo fazem pelo desporto pátrio, no preparo constante e cuidadoso. Todos pugnaram com lealdade e apresentaram ao grande público assistente, soberbos espetáculos em tôdas as provas da competição. Está de parabens o D.D.E. e seu digno diretor, coronel Orlando Silva; estão de parabens as delegações representativas das Fôrças Armadas e Auxiliares e seus preclaros chefes. Todos militaram para orgulho do Brasil, prognosticando um futuro grandioso para a vida militar desportiva e

porque não dizer, para o desporto nacional. A I Competição Militar constitui um sucesso sem precedentes na história desportiva da nação. O Exército, a Aeronáutica, a Marinha, a Força Pública de São Paulo, a Polícia Militar do Distrito Federal, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul e outras, irmanaram-se e produziram uma confraternização perfeita.

Nas suas grandes disputas, estreitando suas amizades, sobejamente conhecidas, deram eles o máximo de suas energias físicas e morais para a glória do Brasil.



Reprodução do alvo em que o cel. Rubens bateu o recorde das Forças Armadas, no tiro de revólver a 25 metros.

Se você deseja obter qualquer das fotos insertas nesta revista, procure:

FOTO "DUQUE DE CAXIAS"

Especialista em reportagens fotográficas militares, policiais e esportivas.

Rua Libero Badaró, 651 — 2.º andar — São Paulo

UM homem só deve falar, com impecável segurança e pureza, a língua da sua terra; — tôdas as outras as deve falar mal, orgulhosamente mal, com aquêlê acento chato e falso, que denuncia logo o estrangeiro. Na língua verdadeiramente reside a nacionalidade. O cosmopolitismo do verbo irremediavelmente lhe dá o cosmopolitismo do caráter. Por isso o poliglota nunca é patriota.

Há por aí uns chorões, que não perdem oportunidade de mostrar as suas "lágrimas de tristeza", porque herdamos, para nosso uso, uma língua fechada e difícil.

Olavo Bilac

HIPISMO

Olimpíadas de Helsinki

Cap. Plínio D. Montelro

A fim de representar o Brasil no próximo certame olímpico a se realizar no corrente ano, em Helsin-ki, capital da Finlândia, foram realizadas, sob os auspícios da Confederação Brasileira de Hipismo, para a seleção hípica, quatro provas, sendo duas no Distrito Federal e duas em São Paulo.

A última destas provas teve lugar na Sociedade Hípica Paulista, no dia 20 de abril próximo passado, onde se congregou a mais fina sociedade de São Paulo para assistir a esta magnífica prova pré-olímpica, em que a par da beleza do ambiente, exibiram-se em renhida disputa os melhores cavaleiros do País. Prova de grande interesse para os afeiçoados do hipismo, apresentou as características aproximadas das provas que serão realizadas na Europa, de 19 de julho a 3 de agosto de 1952.

O final acusou o seguinte resultado: — 1.º lugar: — cap. Renildo Ferreira, do E.B., que de fato, conquistou merecida e brilhantemente esta colocação fazendo um magnífico percurso; 2.º lugar: — ten. cel. Elói Menezes, do E.B.; 3.º lugar: — sr. Alvaro Dias de Toledo (S.H.P.); 4.º lugar: — major Gerson Borges, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.



Major Gerson Borges, quando saltava 1,60, montando "Beduino".

A esses cavaleiros de escol, a quem, sob a direção do ten. cel. Franco Pontes, do Exército Brasileiro, caberá elevar o nome esportivo do nosso Brasil no âmbito internacional da próxima Olimpíada, «MILITIA», faz os mais sinceros votos de felicidade, desejando que possam, orgulhosamente, ver tremulando vitoriosa, em Helsin-ki, a Bandeira do Brasil.

No clichê, vemos o major Gerson Borges, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, quando na Sociedade Hípica Paulista, durante a realização da final, saltava com «Beduino», um muro a 1,60.

Provas extra-calendário

No Club Hípico de Santos, situado em S. Vicente, teve lugar um concurso extra-calendário da F.P.H., constando o programa de duas provas, das quais participaram os cavaleiros daquele Clube e do Regimento de Cavalaria da Fôrça Pública.

A primeira prova, tendo por escopo homenagear o cel. Cândido Bravo na qualidade de comandante do R.C., e na de Presidente da Federação Paulista de Hípismo, constou de um percurso sôbre doze obstáculos, a 1,20 m, com barragem obrigatória. Tênicamente perfeita, teve a prova um final brilhante para a representação da Fôrça Pública, pois, tendo havido empate, chegou-se ao fim com os obstáculos a 1,50 m, e com a seguinte classificação: — 1.º lugar: — ten. Sílvio Marcondes Re-

zende, conduzindo «Amankay»; 2.º lugar: — ten. Félix de Barros Morgado montando «Marambáia»; 3.º lugar: — cap. Fernando Henrique da Silva, sôbre «Galã».

Todos os classificados nesta prova fizeram um bellissimo percurso com zero pontos perdidos dor falta.

A segundo prova, chamada «Tiradentes», foi prova especial, tipo «Energia», com 3 obstáculos, inicialmente a 1,30, 1,30, 1,40 e 1,50, 1,50, 1,60 no final, com o seguinte resultado: — 1.º colocado: — ten. Sílvio Marcondes Rezende com «Amankay»; 2.º classificado: — ten. Wilson de Vasconcelos, montando «Cabrito»; 3.º classificado: — ten. Félix de Barros Morgado, conduzindo «Marambáia».

E' de se destacar a atuação do 1.º ten. Sílvio Marcondes, que depois de alguns anos de afastamento da Fôrça Pública, volta a brilhar neste setor do esporte, conquistando, em duas provas, dois primeiros lugares para o Regimento de Cavalaria. No clichê vemos aquêlê official, durante um treinamento, conduzindo o seu notável «Pirolito», sôbre um muro de 1,60 m.

Após as provas, que foram feitas pelos magníficos resultados obtidos, fêz entrega dos prêmios aos vencedores o sr. Prefeito de S. Vicente, pondo término à bela tarde esportiva em que marcaram brilhante tento os cavalos e cavaleiros da nossa Corporação.



Tenente Sílvio Marcondes, conduzindo «Pirolito», ao transpor o muro de 1,60.

TIRO AO ALVO



Prova

“Coronel Ferraz”

Pedro Simão venceu a prova «Cel. Ferraz» com 282 pontos, estabelecendo novo recorde, 10 pontos, acima do anterior, que era de 272, conseguidos em 1948.

Com a participação de 45 atiradores, a Federação Paulista de Tiro ao Alvo realizou no Estande de Tiro do Barro Branco, a já tradicional prova de tiro ao alvo «Cel. Ferraz» de revólver calibre 32 a 38, sobre alvo internacional a 25 metros.

A fim de dar maior incentivo ao tiro ao alvo, a Federação Paulista classificou os participantes em dois grupos; 1.º grupo — Veteranos e seniores — 2.º grupo juniores e novos, premiando com medalha os 5 primeiros colocados de cada grupo.

Foram os seguintes os resultados conseguidos:

Veteranos e Sêniores

1.º lugar, Dr. Pedro Simão (Recorde) 282; 2.º lugar, ten. cel. Rubens Teixeira Branco, 274; 3.º lugar, Alan Sobocinski, 268; 4.º lugar, cap.

Jorge Mesquita de Oliveira, 268; 5.º lugar, Ten. Nelson Simões Scheffer, 265; 6.º lugar, Carlos Cyrillo, 263; 7.º lugar, cap. José Tenório Quirino dos Santos, 262; 8.º lugar, dr. Renato Penteado Abate, 259; 9.º lugar, Cap. Elio A. da Cunha, 255 e 10.º lugar, Pedro M. Aranha Packness, 251.

Júniiores e Novos

1.º lugar, ten. Luiz Moreira, 263; 2.º lugar, Milton Sobocinski, 262; 3.º lugar, major Fausto Quirino Simões, 260; 4.º lugar, sub-ten. Agenor Silva, 251; 5.º lugar, ten. Cícero Solano Pereira, 250; 6.º lugar, ten. Flávio Capeleti, 250; 7.º lugar, Antônio Antunes Almeida Filho, 249; 8.º lugar, Afonso Muniz, 249; 9.º lugar, ten. Francisco A. Bianco Júnior, 247; 10.º lugar, João Clemente, 246; 11.º lugar, Genival Vasconcelos, 245; 12.º lugar, ten. Antônio Sampaio, 244; 13.º lugar, ten. Dalton E. W. Vasconcellos, 244; 14.º lugar, ten. Miguel M. Sendin, 243; 15.º lugar, ten. Alfredo P. das Neves, 242; 16.º lugar, ten

Rênato Ouriquê Carvalho, 241; 17.º lugar, ten. Ilques Barbosa, 237; 18.º lugar, João Sobocinski, 233; 19.º lugar, ten. Carlos A. Faria, 232; 20.º lugar, major Luiz G. Cardoso d'Avila, 232; 21.º lugar, ten. Sadoc Chaves Sima, 230; 22.º lugar, Luiz Artigas Martins, 229, 23.º lugar, Antônio Gusman, 227; 24.º lugar, ten. Aurélio Pedrazóli, 226; 25.º lugar Mário Mota, 220; 26.º lugar, Santelmo

Couto Magalhães Filho, 220; 27.º lugar, ten. Luiz Ferreira, 219; 28.º lugar, Olival Wey, 214; 29.º lugar, Antônio Teixeira Muniz, 212; 30.º lugar, cap. Cálido de Campos Montes, 199; 31.º lugar, Sabino Griezli, 196; 32.º lugar, Bento Camargo Barros, 195; 33.º lugar, Santelmo Couto Magalhães, 189; 34.º lugar, Amílcar de Moura Caldeira, 171 e 35.º lugar, dr. Italo Sciacia, 129.



Vamos fisgar “tubarões”?

A pesca aos tubarões é um esporte. Esporte difícil, daí os poucos adéptos com que conta entre nós. O cap. Servio Rodrigues Caldas é campeão desse pouco conhecido esporte e, na fotografia, vê-

mo-lo ladeado pelo ten. Alberto e o reporter «Mourinha», de «A Gazeta», a cuja gentileza devemos o clichê estampado, quando, na Semana Santa, percorria as feiras de São Paulo, em busca de «tubarões».





REGULAMENTO

O torneio compreenderá os trabalhos publicados em dois números de "MILITIA".

Cada trabalho decifrado valerá um ponto.

São aceitas charadas antigas, novíssimas, casais, auxiliares, sincopadas.

São também aceitos problemas de palavras cruzadas, logogrifos em prosa e verso e enigmas figurados e pitorescos.

Os trabalhos enviados deverão ser organizados pelo "Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa", de Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso, "Breviário do Charadista" e "Dicionário de Sinónimos" de Silvio Alves.

Em cada torneio serão conferidos os seguintes prêmios: ao 1.º classificado, um dicionário dos adotados na secção; aos que decifrarem mais de 50% dos problemas, uma obra literária mediante sortelo.

O prazo para a remessa das soluções será de 60 dias, contados do último dia do bimestre a que se refere a revista.

Toda colaboração referente a esta secção deverá ser dirigida à redacção de "MILITIA" e endereçada a "Aesse".

CHARADAS NOVISSIMAS

1 — Aquil, a pessoa suja e desmazelada, vive como o pequeno rato doméstico. 1 — 3

2 — A perola, embora corra mundo, só presta se está limpa 2 — 1 — 1.

P. Q. NINO

3 — Com este instrumento agrícola já matei um porco e uma ave palmípede 1 — 1.

JOCA

CHARADA ANTIGA

4 — Tudo pode suceder — 1
(Embora pareça incrível).
Ao sujeito desprezível — 1
E torpe. Não queres crêr?

P. Q. NINO

CHARADA AUXILIAR

5 — + na = cadeia
+ to = vivente
+ ma = fenda
+ ca = cabana de índios
conceito = dança antiga.

O. BENTO

CHARADAS CASAIS

6 — Aquêlé que tem pouca força está atacado de debilidade — 3.

P. Q. NINO

7 — Há perigo na ráia — 2.

JOCA

8 — Nem todo patife é gordo — 2

9 — Quando há briga é provável haver facada — 2.

ALFEU

CHARADAS INVERTIDAS

(Por letras)

10 — Observa, primeiro; depois acomete — 5.

P. REGO

11 — Voar não causa estertor. péssoco a todos 3 — 2.

12 — Quanto mais desgasta mais
vêjo Inchar — 4.

PLINIO

CHARADAS SINCOPADAS

13 — O homem servil flexiona o

14 — O malfetor organizou uma
perigosa quadrilha 3 — 2.

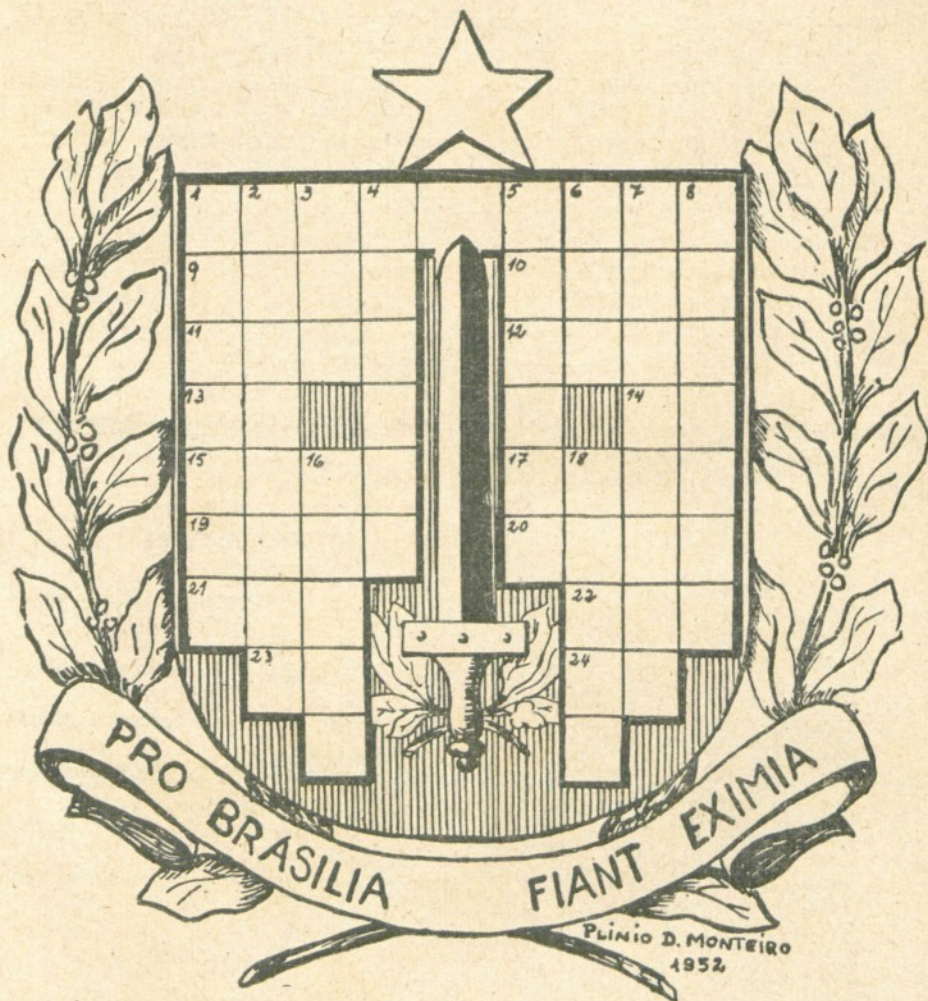
LINO

JOCA

15 — O janota não usa faixa 3 — 2.

SILVOSKI

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS

1 — Poleiro de falcão 9 — No-

me que os selvagens brasileiros da-
vam aos franceses. 10 — Irritar. 11

— Divide ao meio. 12 — Aviste. 13
 Nota musical. 14 — Prefixo, indica
 falta, privação. 15 — Planta avas-
 cular, sem raízes, fôlhas ou caule.
 17 — Utensilio que serve para jun-
 tar o sal nas marinhas. 19 — (Bras)
 Bicho de esterco. 20 — Rezas. 21
 — Donativo que o marido fazia à
 mulher no dia seguinte ao casamento.
 22 — Jornada. 23 — De outro mo-
 do. 24 — Símbolo do elemento quí-
 mico de péso atômico 130,2.

VERTICAIS

1 — Mangerona. 2 — Que têm
 lâminas. 3 — Reme para trás. 4 —
 Lavração. 5 — (Zool). Que é com-
 pôsto de 2 segmentos. 6 — Ganho
 nas tangas. 7 — Qualidade do que
 é pouco vulgar. 8 — Coberto de are-
 ia. 16 — Intensidade (pl). 18 — Di-

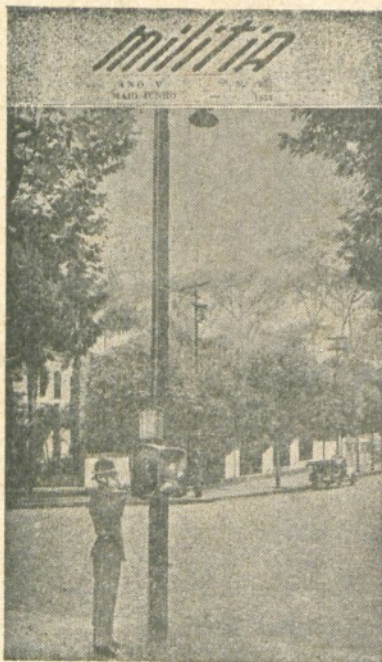
vindade secundária de culto gège-
 magô.

SOLUÇÕES DO NÚMERO 26

1 — Mausoléu. 2 — Telúrico.
 3 — Salto. 4 — Siso 5 — Malacara.
 6 — Sólido. 7 — Macaco. 8 — Ba-
 lofo — bafo. 9 — Periga — pega.
 10 — Convento — conto. 11 — Mé-
 todo — mêdo. 12 — Novêlo - a. 13
 Tiro — a. 14 — Trolho — a. 15
 Mina.

Solução:— Horizontais:— Sapé;
 5 — Arola; 7 — Rireis; 9 — Caa;
 10 — Clã; 11 — Mi; 12 — R.C.;
 13 — Estourada; 16 — Lais; 17 —
 Aral.

Verticais:— 1 — Sara; 2 — A-
 rianos; 3 — Pôr; 4 — Electra; 6 —
 All (Lia invertida); 8 — Sarda; 8 —
 Cisa; 11 — Mel; 12 — A - Cao; 14
 — Ti; 15 — Ar.



NOSSA CAPA

1913

Um soldado da Fôrça Pública
 — Guarda Cívica — policiando uma
 das avenidas de São Paulo, utiliza
 a caixa automática de avisos, desti-
 nada aos pedidos de socorros, na
 via pública.